



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

**CIRCUITOS E MODELOS DA DESIGUALDADE
SOCIAL INTRA-URBANA**

OSEIAS DA SILVA MARTINUCI

PRESIDENTE PRUDENTE – SP

2008

OSEIAS DA SILVA MARTINUCI

**CIRCUITOS E MODELOS DA DESIGUALDADE
SOCIAL INTRA-URBANA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Geografia da Faculdade de Ciências e
Tecnologia, UNESP/Presidente Prudente,
como requisito para a obtenção do título
de Mestre em Geografia.

Orientador: Raul Borges Guimarães

Presidente Prudente - SP

2008

Martinuci, Oséias da Silva.
M334c Circuitos e modelos da desigualdade social intra-urbana / Oséias da Silva Martinuci. - Presidente Prudente : [s.n], 2008
 xiv, 156 f. : il.

 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Orientador: Raul Borges Guimarães
Banca: Everaldo Santos Melazzo, Christovam Barcellos
Inclui bibliografia

 1. Geografia. 2. Pobreza urbana. 3. Exclusão social. 4. Teoria dos
 coremas. I. Autor. II. Título. III. Presidente Prudente - Faculdade de
 Ciências e Tecnologia.

CDD(18.ed.) 910

**Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da
Informação – Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - UNESP, Câmpus de
Presidente Prudente.**



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

“Circuitos e Modelos da Desigualdade Social Intra-urbana.”

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia

—
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Campus de Presidente Prudente

Área de Concentração:

Produção do Espaço Geográfico

Grupo de Pesquisa:

Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas
CEMESPP

Linha de Pesquisa:

Produção do Espaço Urbano

Apoio

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP

Capa:

Paula Vanessa de Faria Lindo

Orientação

Prof. Dr. Raul Borges Guimarães

Oséias da Silva Martinuci

Presidente Prudente, dezembro de 2008

BANCA EXAMINADORA

Titulares

**Prof. Dr. Raul Borges Guimarães
(Orientador)**

**Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo
(Unesp – Presidente Prudente)**

**Prof. Dr. Christovam Barcellos
(FIOCRUZ)**

Suplentes

**Arthur Magon Whitacker
(Unesp – Presidente Prudente)**

**María Laura Silveira
(USP)**

AGRADECIMENTOS

Em Primeiro lugar, é preciso dizer, esse trabalho não é resultado apenas de uma trajetória individual. Ele é fruto de uma trajetória coletiva e de compartilhamento de idéias.

Quero aqui registrar meus agradecimentos à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo apoio financeiro oferecido à pesquisa que resultou na presente dissertação. É importante destacar o papel dessas duas agências de pesquisas para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia brasileiras, de maneira mais geral que, ao mesmo tempo, permite aos pesquisadores ter a possibilidade de se dedicar integralmente ao desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Agradeço a minha família por todo apoio a mim dispensado, sempre preocupada comigo em minha estadia na cidade de Presidente Prudente, pelas orações e pelas palavras de ânimo.

Quero também agradecer ao Prof. Dr. Raul Borges Guimarães, que tem acompanhado o desenvolvimento desta pesquisa desde os primeiros anos da Graduação em Geografia. Não somente por isso, mas também por ter se revelado um grande amigo e companheiro, tanto nos momentos de aperto, quanto nos momentos de conquistas, em cada projeto aprovado, em cada resultado positivo alcançado. De igual forma quero agradecer ao Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo, que também participou de forma muito presente e ativa no desenvolvimento da pesquisa, desde a graduação. Durante o mestrado, contribuiu de maneira significativa, tanto direta como indiretamente, com algumas das idéias presentes nesta dissertação. De igual forma, quero agradecer pelo companheirismo e pelas conversas bastante interessantes.

Meus agradecimentos também às minhas amigas da seção de pós-graduação, Ivonete, Erinati e Márcia, pelas conversas descontraídas, e também pela paciência em me atender nos momentos de prazos apertados. Estendo esses agradecimentos aos demais funcionários da UNESP que em algum momento me auxiliaram. A todos o meu muito obrigado.

A vida acadêmica se revela muito rica para aquele que se dedica integralmente ao desenvolvimento da pesquisa. Nesse momento podemos conhecer amigos dos mais diversos estilos, com alguns nos identificamos mais, com outros menos, mas certamente, todos têm a sua contribuição importante para o nosso crescimento. Dentre

estes, alguns deles estão a mais tempo comigo outros por um período mais curto. Dentre esses estão a Paula, a Nati, o Marcião e o Igor. À Paula, com sua maneira instigadora de questionar, sempre me obrigava a pensar mais sobre o meu objeto de pesquisa. Mais do que isso, sou grato, para além da academia, pela grande amizade e pelo companheirismo. À Nati, companheira de grupo de pesquisa, que tanto me auxiliou na pesquisa, tanto na graduação quanto no mestrado. Ao Marcião, pelo auxílio na aplicação de questionários e por tornar sempre nossos momentos na faculdade e nas viagens sempre mais agradáveis e divertidas. Ao Igor, apesar de ter ingressado comigo no mestrado, apenas recentemente nos tornamos amigos, ainda que minha admiração por ele fosse desde as primeiras vezes em que ele se pronunciava em sala de aula. Dotado de um brilhantismo ímpar, me ensinou que precisamos defender aquilo que nós acreditamos sempre que somos questionados.

Quero mencionar os demais colegas de grupos de pesquisa que me ajudaram na pesquisa de campo. Ao Rafael, à Raquel, à Letícia, ao Gutierre e ao Eder, meus mais sinceros agradecimentos.

Por fim, é preciso lembrar da universidade pública que, nos permite, com maior desprendimento, pensar de forma independente questões sociais cruciais dos nossos dias, ao mesmo tempo em que buscamos uma ação comprometida com o desenvolvimento social. Agora está mais claro, pelo menos para mim, que o modo como entendemos a realidade, o discurso que construímos do mundo, pode ter impactos significativos a médio e longo prazo. Já dizia meu professor de Geografia Agrária na graduação, “se existe a palavra existe o bicho”. Por isso é preciso alinhar o discurso da Geografia a um discurso mais politizado e entender a dimensão espacial como fundamental na ação pública bem planejada. Focalizar minha atenção nesses aspectos foi essencial para a minha vida acadêmica.

SUMÁRIO

INDICE DE TABELAS	x
ÍNDICE DE GRÁFICOS	x
INDICE DE FIGURAS	x
INDICE DE MAPAS	xi
RESUMO	xiii
RESUMÉ	xiv
1. INTRODUÇÃO	1
2. A COREMÁTICA	18
2.1. Os modelos na literatura científica	19
2.2. Os modelos na Geografia	21
2.3. Meios de divulgação da coremática	26
2.4. Os modelos mais célebres	27
3. A POBREZA E SUAS REPRESENTAÇÕES	30
3.1. Pobreza: tempo e perspectivas	30
3.2. A pobreza como medida	34
3.3. Por que é difícil medir a pobreza	35
3.4. A pobreza à luz dos dois circuitos da economia urbana: dimensão econômica e espacial	37
3.5. A face política da pobreza	44
4. A EXCLUSÃO SOCIAL E O MAPEAMENTO DA POBREZA URBANA	52
4.1. Do conceito de exclusão social	52
4.2. O estudo da exclusão social nas cidades médias	60

4.3. Processos sociais intra-urbanos	63
4.4. Do questionário e das cidades pesquisadas	66
5. ANÁLISE COREMÁTICA INTRA-URBANA	70
5.1. O caso de Presidente Prudente	70
5.2. A composição dos modelos	96
6. A CIDADE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	106
7. CONCLUSÃO	133
REFERÊNCIAS	138

INDICE DE TABELAS

Tabela 1: Pessoas de 18 anos ou mais de idade, filiadas a sindicatos ou associações de empregados	47
Tabela 2: Pessoas de 18 anos ou mais de idade, filiadas à partidos políticos ou associações comunitárias	47
Tabela 3: Pessoas de 18 anos ou mais por grupos de ano de estudo, segundo atividades em que participaram	48
Tabela 4: Pessoas de 18 anos ou mais filiadas às associações comunitárias, segundo classes de rendimento mensal	48
Tabela 5 – Definição da Amostra	68
Tabela 6 - Formas de deslocamentos em Presidente Prudente/SP	74

INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa média de crescimento anual dos municípios por tamanho da população (1991-2000)	60
Gráfico 2: Serviços reclamados nos bairros de exclusão social – Pres. Prudente	87
Gráfico 3: Natureza da participação social – Pres. Prudente	87
Gráfico 4: Serviços reclamados nos bairros de exclusão social – S. J. do Rio Preto	119
Gráfico 5: Natureza da participação social – S. J. do Rio Preto	120

INDICE DE FIGURAS

Figura 1: Modelos da Física	20
Figura 2: Modelos da História	21
Figura 3: Modelos clássicos da Geografia	22
Figura 4: Modelos do Brasil e da Indonésia	24
Figura 5: Tabela de coremas	25
Figura 6: <i>Banane Bleue</i>	27
Figura 7: Os modelos do território brasileiro	28
Figura 8: Modelo do Estado de São Paulo	70
Figura 9: As três principais unidades territoriais – Pres. Prudente	97
Figura 10: Principais vias – Pres. Prudente	98
Figura 11: Principais centros de comércio e serviços – Pres. Prudente	99
Figura 12: O centro tradicional – Pres. Prudente	99
Figura 13: O território do trabalho – Pres. Prudente	100
Figura 14: Condomínios fechados de alto padrão – Pres. Prudente	101
Figura 15: Frentes de expansão urbana – Pres. Prudente	101
Figura 16: Os Fluxos – Pres. Prudente	102
Figura 17: Apropriação do território urbano – Pres. Prudente	102
Figura 18: Segregação sócio-espacial – Pres. Prudente	103
Figura 19: Modelo de Presidente Prudente	104

INDICE DE MAPAS

Mapa 1: Localização das cidades pesquisadas	68
Mapa 2: As discontinuidades urbanas – Pres. Prudente	71
Mapa 3: Mapa de inclusão/exclusão social – Pres. Prudente	72
Mapa 4: Localização dos setores de exclusão social e seus respectivos bairros – Pres. Prudente	73
Mapa 5: Apropriação do território para uso dos serviços bancários – Pres. Prudente	76
Mapa 6: Apropriação do território em função do trabalho – Pres. Prudente	77
Mapa 7: Fluxos estabelecidos na busca pelo trabalho – Pres. Prudente	78
Mapa 8: Apropriação do território para as compras – Pres. Prudente	80
Mapa 9: Apropriação do território em função do ensino – Pres. Prudente	81
Mapa 10: Apropriação do território em função da participação social – Pres. Prudente	82
Mapa 11: Apropriação do território por motivos religiosos – Pres. Prudente	83
Mapa 12: Apropriação do território em função do uso dos serviços de saúde – Pres. Prudente	84
Mapa 13: Apropriação do território em função do lazer – Pres. Prudente	85
Mapa 14: O território usado a partir do setor 164 – Pres. Prudente	90
Mapa 15: O território usado a partir do setor 166 – Pres. Prudente	90
Mapa 16: O território usado a partir do setor 169 – Pres. Prudente	91
Mapa 17: O território usado a partir do setor 180 – Pres. Prudente	91
Mapa 18: O território usado a partir do setor 220 – Pres. Prudente	92
Mapa 19: O território usado a partir do setor 240 – Pres. Prudente	92
Mapa 20: O território usado a partir do setor 172 – Pres. Prudente	93
Mapa 21: O território usado em Presidente Prudente	94
Mapa 22: Processos de exclusão social	95
Mapa 23: Mapa de inclusão/exclusão social de São José do Rio Preto	107
Mapa 24: Localização dos setores de exclusão social e seus respectivos bairros – S. J. do Rio Preto	108
Mapa 25: As principais discontinuidades urbanas – S. J. do Rio Preto	110
Mapa 26: Apropriação do território para uso dos serviços bancários – S. J. do Rio Preto	112
Mapa 27: Apropriação do território em função do trabalho – S. J. do Rio Preto	113
Mapa 28: Apropriação do território para as compras – S. J. do Rio Preto	115
Mapa 29: Apropriação do território por motivos religiosos – S. J. do Rio Preto	117
Mapa 30: Apropriação do território em função do ensino – S. J. do Rio Preto	117
Mapa 31: Apropriação do território em função do uso dos serviços de saúde – S. J. do Rio Preto	118
Mapa 32: Apropriação do território em função do lazer – S. J. do Rio Preto	118
Mapa 33: O território usado a partir do setor 006 – S. J. do Rio Preto	122
Mapa 34: O território usado a partir do setor 011 – S. J. do Rio Preto	122
Mapa 35: O território usado a partir do setor 226 – S. J. do Rio Preto	123
Mapa 36: O território usado a partir do setor 253 – S. J. do Rio Preto	123
Mapa 37: O território usado a partir do setor 255 – S. J. do Rio Preto	124

Mapa 38: O território usado a partir do setor 258 – S. J. do Rio Preto	124
Mapa 39: O território usado a partir do setor 264 – S. J. do Rio Preto	125
Mapa 40: O território usado a partir do setor 294 – S. J. do Rio Preto	125
Mapa 41: O território usado a partir do setor 305 – S. J. do Rio Preto	126
Mapa 42: O território usado a partir do setor 316 – S. J. do Rio Preto	126
Mapa 43: O território usado a partir do setor 321 – S. J. do Rio Preto	127
Mapa 44: O território usado a partir do setor 322 – S. J. do Rio Preto	127
Mapa 45: O território usado a partir do setor 324 – S. J. do Rio Preto	128
Mapa 46: O território usado a partir do setor 325 – S. J. do Rio Preto	128
Mapa 47: O território usado a partir do setor 398 – S. J. do Rio Preto	129
Mapa 48: O território usado a partir do setor 400 – S. J. do Rio Preto	129
Mapa 49: O território usado a partir do setor 417 – S. J. do Rio Preto	130
Mapa 50: O território usado em São José do Rio Preto	131

RESUMO

Os estudos a respeito da pobreza e da exclusão social estão se ampliando cada vez mais no âmbito da geografia. Esses estudos são reveladores de como a sociedade se relaciona com o território. Levando-se em consideração que o mercado é o responsável por uma série de determinações nos dias atuais, essa apropriação do território se dá de maneira diferenciada. Assim sendo, as diferentes camadas sociais, em função do seu poder de compra se apropria, circula e usa o território de modo diferente. Ao mesmo tempo em que cresce a importância dos estudos sobre a pobreza e a exclusão social, as cidades médias assumem importância significativa nas escolhas locacionais de várias empresas ligadas ao circuito superior da economia. A par disso, e considerando que a maioria dos estudos que existe no Brasil ainda versa sobre as metrópoles, é urgente para a geografia pensar sobre a realidade das cidades do interior do país. O objetivo deste trabalho não é discutir o conceito de cidades médias e sua importância econômica, mas sim a desigualdade social extrema a elas ligada, o que exige pensar as relações entre a pobreza e a exclusão social. O grupo de pesquisa no qual se insere este trabalho já estudou esses aspectos em várias cidades médias do Estado de São Paulo. Agora é preciso buscar uma leitura de síntese para essas diferentes realidades, no sentido de estabelecer comparações e encontrar similitudes. Acreditamos que a cartografia pode nos trazer contribuições importantes. No entanto, um estudo intra-urbano que faça uso da cartografia tradicional pode ter várias limitações. Vendo essas limitações propomos entender a pobreza e a exclusão social nessas cidades através da teoria dos coremas, formalizada pelo geógrafo francês Roger Brunet. Ela nos dá apontamentos que permitem estabelecer comparações e encontrar similitudes, padrões. Desta forma, o presente trabalho busca a compreensão dos padrões e dos circuitos da desigualdade social intra-urbana em cidades médias do interior paulista.

Palavras chave: Pobreza urbana, exclusão social, cidades médias, teoria dos coremas

RÉSUMÉ

Les études sur la pauvreté et l'exclusion sociale s'élargissent de plus en plus dans le domaine de la Géographie. Ces études sont révélateurs du mode comme la société se relacione avec le territoire. Prenant en compte que le marché est le responsable par une série de déterminations dans les jours actuels, l'appropriation du territoire est faite d'une manière différenciée. De cette façon, les différentes couches sociales circulent sur le territoire, s'approprient de lui et l'utilisent de façon différente selon son pouvoir d'achat. Tel comme les études sur la pauvreté et l'exclusion sociale augmentent, les villes moyenne assument une importance significative dans les choisis locationnelles des entreprises liées au circuit supérieur de l'économie. À côté de cela et prenant en compte que la majorité des études existantes au Brésil versent encore sur les métropoles, c'est urgent pour la Géographie commencer à penser sur la réalité des villes de l'intérieur du pays. Néanmoins, l'objectif de cette dissertation n'est pas de discuter le concept de ville moyenne bien que son importance économique, mais d'analyser l'inégalité sociale extrême que ces villes présentent. Cela exige penser les relations entre la pauvreté et l'exclusion sociale. Le groupe de recherche dans lequel le thème de cette dissertation s'insère a déjà étudié ces aspects dans plusieurs villes moyenne de l'État de Sao Paulo. Maintenant, c'est nécessaire chercher une lecture de synthèse pour ces différentes réalités en vue d'établir des comparaisons et de trouver des similitudes. Nous croyons donc que la Cartographie peut nous emmener des contributions importantes. Pourtant, une étude à l'échelle intra-urbaine qui utilise la cartographie traditionnelle peut présenter plusieurs limitations. En regardant ses limitations, nous proposons de comprendre la pauvreté et l'exclusion sociale dans les villes moyennes à travers de la théorie des chorèmes qui a été formalisée par le géographe français Roger Brunet. Cette théorie nous permet d'établir des comparaisons et de trouver des similitudes, voire des patrons. De cette façon, la présente dissertation cherche la compréhension des patrons et des circuits de l'inégalité sociale intra-urbaine des villes moyenne de l'intérieur de l'État de Sao Paulo.

Mots-clés : Pauvreté urbaine, exclusion sociale, villes moyennes, théorie des chorèmes.

CIRCUITOS E MODELOS DA DESIGUALDADE SOCIAL INTRA-URBANA

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um desdobramento de preocupações recentes no desenvolvimento de pesquisas dentro do CEMESPP, o Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas, e está muito diretamente relacionado ao trabalho desenvolvido durante quatro anos na graduação. Nesses quatro primeiros anos de pesquisa lançamos o desafio de compreender a pobreza, a exclusão social e suas relações com o circuito inferior da economia urbana a partir da obra de Milton Santos, *"O espaço dividido"*. O que procurávamos fazer não era uma leitura econômica da cidade, ou das suas áreas mais pobres, mas uma abordagem social a partir da teoria dos dois circuitos. O próprio Milton Santos na sua obra *"Pobreza urbana"* afirma que a pobreza está intimamente ligada ao circuito inferior, não constatada como um mal em si, mas resultado de perversas articulações com o circuito superior, no qual predomina as empresas de grande poder econômico. Na graduação não nos parecia muito claro os benefícios de se estudar a pobreza urbana a partir da teoria dos dois circuitos, mas percebemos logo que a idéia de circuitos traz à tona a noção de fluxos e relações de dependência e subordinação entre esses dois subsistemas dentro da cidade. Assim, eles não são estanques e permitem uma análise dinâmica do espaço intra-urbano.

Ainda durante a graduação, foi intensa a nossa participação no processo de produção do "Atlas da Exclusão Social do Interior Paulista" (2004), quando aprendemos a lidar com as ferramentas de geoprocessamento. Na época foram mapeadas vinte e uma cidades do interior do Estado de São Paulo, mais precisamente aqueles que possuíam alguma unidade da Unesp (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho). Dentre essas vinte e uma cidades estava Presidente Prudente. A partir do mapeamento que deu origem ao *"Atlas da Inclusão/exclusão Social"*, foi possível identificar as áreas de maior vulnerabilidade, portanto, nos quais os processos de reprodução da vida tornam a exclusão social mais perversa. Assim sendo, nos propomos a estudar minuciosamente as denominadas *"áreas vermelhas"*¹ aplicando questionários e coletando informações relacionadas às condições de vida e infraestrutura local. Tomando-se como referência a obra de Lúcia Gerardi e Silva, *"Quantificação em Geografia"* (1981), determinamos uma amostra de 320

¹ Chamadas assim em função das áreas com os piores indicadores terem um preenchimento zonal vermelho.

questionários para um universo de 1980 residências. Não queríamos nos deter a apenas em um aspecto da vulnerabilidade social. Nem mesmo intentávamos compreender a pobreza apenas enquanto privação de recursos, como muitos preferem, mas também como precariedade política e organizacional, que pesa de maneira significativa na configuração das condições de vida das massas pobres urbanas².

Assim, compreendemos a exclusão social e a pobreza como fenômenos multidimensionais, sendo o primeiro, relacional e multiprocessual e o segundo relacional e situacional³.

A partir, então, das informações levantadas em campo com a aplicação de um questionário que contemplava essa compreensão de pobreza e de exclusão social, os dados foram trabalhados e representados cartograficamente. Uma das questões levantadas dizia respeito à circulação da população pela cidade, em busca de serviços e infra-estruturas não encontrados no local de moradia. Desse modo, foram construídos dezenas de mapas. Em diálogos com o professor Raul Borges Guimarães intentamos fazer uma mapa síntese, ou um mapa de correlação, no qual sobrepomos todos os mapas, um sobre o outro, manipulando-os exaustivamente. Apesar de muito pensado do ponto de vista da representação dos processos excludentes, houve pouca preocupação com a qualidade gráfica do mapa síntese. O resultado, nessas condições, foi visualmente pouco eficaz, pois apesar de representar os complexos processos de exclusão, a leitura era difícil por se tratar de um mapa com muitos elementos gráficos (observem que não dissemos “muitos processos representados”).

Tendo em vista a compreensão de pobreza urbana que havíamos adotado, durante o último ano de pesquisa na graduação buscamos trabalhar mais diretamente com a questão da politicidade⁴ nas áreas de exclusão social, quando então iniciamos diálogos com associações de moradores da porção norte e leste da cidade. Encaminhamos-nos, então, imbuídos da pesquisa participante. Tendo em vista as diversas articulações e contatos a serem feitos para se viabilizar esse tipo de pesquisa e o exíguo tempo que tínhamos, a pesquisa enfrentou também bastante dificuldade.

Ao final da graduação, então, precisávamos propor um projeto de mestrado, quando nos debatíamos sobre duas questões: a da representação cartográfica e a da

² Esta compreensão está baseada nas idéias de Pedro Demo sobre a *pobreza política*, bem desenvolvidas em sua obra “Pobreza da pobreza”.

³ Para Milton Santos, na sua obra o “Pobreza urbana”, a situação de pobreza do indivíduo é definida e diferenciada no tempo e no espaço.

⁴ Vide Martinuci (2006).

pesquisa-ação, segundo aquilo que propõe Michel Thiollent. Para o desenvolvimento do projeto de pós-graduação, optamos pela questão da representação cartográfica, que exigia o desafio de avançar para além da representação zonal.

Apesar de ter trabalhado de forma intensiva com SIG (Sistema de Informação Geográfica) durante a graduação, nunca nos propusemos a discutir questões ligadas à cartografia e à representação gráfica. Daí então, além de lidar com esses temas, colocamo-nos diante de outro desafio, trabalhar sobre os pressupostos do que poderíamos chamar de uma “*meta-cartografia*”⁵. Trata-se da teoria dos coremas formalizada pelo geógrafo francês Roger Brunet.

A idéia central deste trabalho é buscar uma abordagem de síntese e correlações entre as diversas cidades mapeadas pelo CEMESPP, que têm sido estudadas de modo bastante fragmentado e, em particular, do ponto de vista da compreensão da pobreza e da exclusão social. Daí impõe-se um duplo desafio: compreender uma teoria que pouco se estuda aqui no Brasil⁶ e aplicá-la em função da realidade social intra-urbana⁷ das cidades que têm sido mapeadas pelo CEMESPP.

Neste trabalho nos propomos avançar neste sentido. O leitor encontrará, então, um amplo processo de mapeamento, que se realiza, fundamentalmente na escala intra-urbana e se completa com o processo de modelização gráfica. Assim, o trabalho se desenvolve no intuito de avançar na direção de uma representação gráfica do espaço que contemple os complexos processos sociais encontrados na cidade e que muitas vezes não conseguimos representá-los de forma adequada sobre as bases de uma cartografia tradicional.

Procuramos discutir a pobreza, a pobreza urbana, a exclusão social, a cartografia e apresentar à pesquisa urbana a teoria dos coremas. A par da compreensão desses fenômenos, tomando como exemplo e recorte territorial cidades médias do interior do Estado de São Paulo, procuramos fazer uma abordagem coremática dos processos intra-urbanos relacionados à pobreza e à exclusão social. As cidades tomadas como exemplos para esta pesquisa são: Presidente Prudente, já exaustivamente estudada pelos geógrafos e São José do Rio Preto. A escolha dessas cidades se deu em função da existência de trabalhos que as têm como objetos de pesquisa, já desenvolvidos no próprio CEMESPP,

⁵ Expressão utilizada por Herve Thery em um curso proferido no PPGG da Unesp de Presidente Prudente ao se referir à teoria dos coremas proposta pelo geógrafo Roger Brunet.

⁶ A evidência disto é a pouca existência de trabalhos desta natureza no Brasil, especialmente trabalhos que a discutam de maneira aprofundada. Mesmo os trabalhos publicados em português por Herve Thery trazem uma abordagem superficial da teoria dos coremas em si.

⁷ Também pouco trabalhado no âmbito da teoria dos coremas como um todo, apesar de não eliminá-la.

facilitando a compreensão de processos gerais que acontecem nessas realidades, dos quais pudemos nos servir.

Acreditamos que a teoria dos coremas, como instrumento metodológico para a compreensão das dinâmicas territoriais, pode nos auxiliar muito na compreensão e na representação de processos sociais intra-urbanos, e nos padrões existentes entre diferentes realidades espaciais.

O presente trabalho está dividido em seis capítulos. O primeiro deles, intitulado “*A cartografia e a dimensão territorial das questões sociais*”, trata de aspectos relacionados à cartografia e sua história, e a sua importância na história da humanidade. Este capítulo nos dá os primeiros aportes para uma abordagem que leva em conta uma abordagem territorial das questões sociais marcantes do nosso tempo: a pobreza e a exclusão social. Para tanto, temos também neste capítulo, uma primeira aproximação entre dois autores que dificilmente são tratados em um mesmo trabalho e conjuntamente. São os geógrafos Roger Brunet, francês, e Milton Santos, brasileiro. Notamos, em ambos, abordagens teóricas que podem nos ajudar na compreensão do território e suas dinâmicas. O conceito de território usado em Milton Santos e a teoria dos coremas, de forma geral, em Roger Brunet, nos fornece um importante suporte metodológico para compreender o território.

No segundo capítulo, intitulado “*A coremática*”, trata sobre a teoria dos coremas, elaborada pelo geógrafo francês Roger Brunet, ainda pouco referenciado no Brasil, mas que possui um importante trabalho, que pode ajudar a compreender as dinâmicas territoriais em suas diferentes escalas. Versamos, ainda, sobre sua história, o método por trás da teoria, assim como exemplos de trabalhos célebres já desenvolvidos com o seu uso. A idéia de que a sociedade ao trabalhar no espaço cria formas sobre o território, e que essas formas podem ser expressas graficamente, podem ajudar sobremaneira a identificar e interpretar as dinâmicas sociais e territoriais.

No terceiro e quarto capítulos, intitulados, respectivamente, “*A pobreza e suas representações*” e “*A exclusão social e o mapeamento da pobreza urbana*”, tratamos de temas já a longa data discutidos pelo Grupo de Pesquisa CEMESPP. São eles: a pobreza e a exclusão social e, por conseguinte, o seu processo de mapeamento. Nestes dois capítulos abordamos teoricamente os dois temas, buscando reforçar neles uma dimensão ainda pouco valorizada ou no mínimo, pouco trabalhada entre os trabalhos que tratam da pobreza e da exclusão social. Trata-se da sua dimensão política, reveladora das formas de subordinação das classes menos privilegiadas em relação às mais abastadas.

Nos capítulos 5 e 6, intitulados “*Análise coremática intra-urbana*” e “*Análise comparativa*”, tomamos duas cidades como exemplo para trabalhar uma abordagem coremática intra-urbana, escala geográfica na qual está focalizado este trabalho. Ainda é pouco expressiva esta forma de abordagem na Geografia Urbana brasileiro, ao mesmo tempo em que ela precisa, ainda, ser mais trabalhada e desenvolvida no âmbito da teoria dos coremas, com o intuito de identificar estruturas elementares do espaço intra-urbano. Assim, no capítulo 5 realizamos uma análise do espaço intra-urbano da cidade de Presidente Prudente tomando como perspectiva as áreas pobres da cidade. Passamos, então, por uma abordagem cartográfica, sobre suas bases mais tradicionais, para em seguida, fazer aparecer as estruturas elementares do espaço intra-urbana dessa cidade média e, concomitantemente, compor um modelo coremático prudentino. No capítulo 6, por fim, tomamos a cidade de São José do Rio Preto, também uma cidade média do norte paulista, como exemplo a ser comparado com Presidente Prudente, e levantar e fazer aparecer suas estruturas elementares para que, com isso, possamos perceber o que é geral e o que é particular na organização territorial do espaço intra-urbano.

Na conclusão fazemos, então, breves apontamentos sobre as possibilidades de leituras, vantagens do uso do método coremático e indicar, ao fim, uma possível agenda de questões a serem tratadas.

1. A CARTOGRAFIA E A DIMENSÃO TERRITORIAL DAS QUESTÕES SOCIAIS.

1.1. Da cartografia à coremática

O espaço é uma dimensão fundamental da existência humana. Existir, necessariamente, é situar-se no espaço. Este fato pode ser observado em diferentes culturas e lugares. Nos primórdios da existência humana, frente à exigüidade das técnicas, o espaço, o terreno, se colocavam como um fator limitante de mobilidade, assim como de perigo e, portanto, precisava ser conhecido. Face á essas questões essenciais à existência humana, o homem começava a esboçar estruturas espaciais elementares, que se tornariam ao longo do tempo, com o desenvolvimento técnico e científico, em mapas e cartas. Nesta mesma linha de raciocínio Martinelli aponta:

Nos albores de sua existência, o homem gravou em pedra ou argila, pintou em peles de animais ou estruturas diversas o seu lugar, seu ambiente, suas atividades. Ao fazer isso não só representava a prática das suas relações espaciais, em terra ou mar, como também expunha o conteúdo das relações sociais de sua comunidade.

Os desenhos e as estruturas apresentavam desde então uma forma original de interpretação acerca de seus territórios ou domínios em mares, sempre servindo para satisfazer as necessidades que foram surgindo nas condições do trabalho humano, para demarcar vias de comunicação, definir lugares de ação e outros. (MARTINELLI, 2006, p. 7-8).

Vemos então que ao longo do tempo, o espaço, como fator limitante, passa a ser com o seu conhecimento, informação estratégica e, assim como aponta o autor, esse conhecimento, expresso através da linguagem gráfica, sempre foi instrumento de poder. Ao longo da história isto ficou muito evidente com as conquistas de certos povos sobre outros. Esse conhecimento do espaço desde há muito tempo esteve associado às estratégias militares, de ocupação e de dominação. Conhecer o terreno, por conseguinte, significava ter uma ação mais eficiente, além de legitimar a posse. O colonialismo, certamente, retrata bem isso que estamos dizendo aqui, num momento em que o interesse pela conquista de novos mercados, associado a um amplo desenvolvimento da cartografia, garantiu aos Estados soberanos a descoberta e o domínio de territórios ultramarinos (SANTOS, 2002).

Portugal, seguramente, é pioneiro neste sentido, no momento em que D. Henrique leva á cabo uma ampla política cartográfica, reunindo em torno do Império especialistas de diversas áreas que contribuíram para o desenvolvimento da navegação e da cartografia. Raisz (1969) considera D. Henrique como um divisor para cartografia, encerrando a cartografia medieval, cheia de imprecisões e superstições, e iniciando a moderna cartografia, científica e funcional. A cartografia, agora sistematizada, livre dos misticismos medievais, amparada por vários instrumentos (quadrantes, bússolas, balestilhas, barcos a vela, etc.), assistiu a um amplo processo de elaboração de cartas náuticas, assim como registros sistemáticos das novas terras descobertas. Tratava-se, a priori, de cartografar os novos territórios, para assim legitimar seu domínio. No âmbito da geopolítica a cartografia desempenhou papel fundamental, em especial, para Portugal, na demarcação das terras imposta pelos tratados (de Madrid, de Santo Ildefonso, mais tarde o de Tordesilhas, das capitánias hereditárias, em se tratando de Brasil). De modo geral, vê-se nesse período transitório, de uma cartografia medieval para uma cartografia moderna, que conhecer o espaço, o terreno, eliminar dele seus temores, era condição essencial para a ação, para a ocupação, enfim, para as estratégias geopolíticas. Em resumo, os descobrimentos e o imperialismo desempenharam papel fundamental no desenvolvimento da cartografia, ao mesmo tempo em que se assiste o estabelecimento de uma nova espacialidade, afirmando esta dimensão como fundamental para a vida do homem e da sociedade.

Mais tarde, também desempenhara papel importante com o colonialismo do século XIX, em que a África e a Ásia são partilhadas entre as nações imperialistas. As tensões geradas a partir de um mundo dominado por diversas potências desembocam, inevitavelmente, na Guerra Franco-prussiana, onde o conhecimento do terreno será também elemento fundamental para o exercício da guerra. Este evento foi fundamental não somente para o desenvolvimento da Cartografia como também da Geografia.

É consenso entre os especialistas o enorme peso da guerra para o desenvolvimento da cartografia, no melhoramento das técnicas, equipamentos e produtos originários das necessidades dessa prática (RAISZ, 1969; OLIVEIRA, 1983). No entanto, é decisivo o papel que a Segunda Guerra Mundial desempenhou no desenvolvimento da cartografia, tanto em profundidade quanto em extensão e quantidade. Erwin Raisz nos dá inúmeros exemplos disso, dentre os quais citaremos apenas alguns sem abordá-los de maneira aprofundada, tendo em vista a complexidade dos desenvolvimentos em questão.

Até a Segunda Grande Guerra, cada país, dentre os que tinham uma tradição cartográfica, tinha o seu próprio sistema de medidas e projeções, o que dificultavam, em muito, as possibilidades de correlação. Seguiu-se então, um amplo esforço para a adequação dos sistemas de medida, assim como adequação dos sistemas de projeção. Raisz afirma:

Os sistemas de redes superpostos causavam uma confusão sem fim durante a guerra, mas tão logo o combate terminou a rede Universal Transversal de Mercator foi introduzida. Então sobre uma rede isógona os cálculos eram mais simples. (1969, p. 234)

A produção de mapas e cartas, nesse momento, passou por crescimento explosivo. Para se ter uma idéia, Raisz aponta que somente o Escritório Hidrográfico e da Marinha dos Estados Unidos, subiu rapidamente para mais de 45 milhões de cartas por ano. Muitas cartas da aeronáutica foram impressas em material especial fluorescente para a visualização noturna, assim como para ambientes úmidos, que com a umidade ficavam mais resistentes. Um outro tipo de carta que surge com a guerra é a “carta de alvo”. Raisz afirma que *“esse novo tipo de carta foi introduzido durante a guerra, e ele logo se tornou um dos mais importantes itens da cartografia de guerra”* (1969, p.235). Em função disso nunca houve um uso tão intensivo de aerolevantamentos, pois essas cartas, que eram cartas de precisão, de identificação de alvos, tinham de ser formuladas a partir de fotografias aéreas. Conheceram também amplo desenvolvimento os modelos de relevo, mapeamento das costas marítimas, cartas de radar, mapas de estradas e, por fim, um impressionante mapeamento urbano. Nas palavras de Raisz:

Na segunda Guerra Mundial, mais do que em qualquer outra guerra anterior, o combate foi concentrado nas cidades e por isso mapas de grande escala foram produzidos em quantidade. Elas foram usadas como complemento das cartas de alvo, mas seu uso principal foi para a artilharia e a infantaria invasoras. No presente elas auxiliam a administração civil. Nunca antes foram tantas cidades mapeadas com convenções uniformes e tantas linguagens, e estes mapas serão de grande utilidade para a geografia urbana. (1969, p. 237)

Neste sentido, desenvolvia-se uma cartografia cada vez mais precisa, com auxílio de modernos procedimentos técnicos e com ajuda de alta tecnologia. Vale lembrar que muitos desses mapas, assim como ocorria no período do colonialismo e dos grandes descobrimentos, eram de acesso restrito. Para muitos deles apenas o governo

tinha acesso. Certamente, a Segunda Guerra Mundial foi um período de grandes avanços na área da cartografia.

Apesar dos grandes avanços operados no campo de uma cartografia técnica, tecnológica, portanto, mais aplicada, o desenvolvimento da cartografia enquanto ciência é um evento relativamente novo e data do Pós-Segunda Guerra Mundial, como nos esclarece Kanabuco (1995). Para ele, isso se deve ao fato de que durante muito tempo os levantamentos cartográficos estavam ligados ao exército, o que evidenciava uma preocupação estratégica e não científica, caracterizada pela priorização dos aspectos técnicos e práticos.

Até então pouca importância era dada à cartografia temática e à seus princípios fundamentais (BOARD, 1994). Assim, face à essa problemática que se impunha no pós-guerra, cartógrafos e geógrafos do mundo inteiro se reúnem em torno da UCI (União Cartográfica Internacional, fundada em 1959) e passam a se preocupar com os problemas teóricos da cartografia. Dentre os mais importantes, poderíamos citar aqui alguns, como Tositomo Kanabuko, Cornelis Koeman, C.Board e A. Kolacny. Apesar de existirem divergências teóricas entre esses pensadores da cartografia, havia uma problemática central, dar estatuto de ciência à cartografia, considerando o processo de produção e uso de mapas. Kolacny, em especial, defendeu a valorização do usuário do mapa, sob o que ficou conhecido como “teoria da informação cartográfica”. É, principalmente, com Kolacny que se passa a pensar o processo cartográfico. Para Koeman “um mapa deve dar prazer aos olhos, portanto, ele estimula o interesse e seu conteúdo é melhor assimilado pelos usuários” (1995, p. 10). A afirmação desse autor retrata bem a preocupação dos cartógrafos e geógrafos reunidos em torno da UCI, na busca pelo desenvolvimento de uma ampla teoria da comunicação cartográfica. Comunicar eficientemente as informações contidas nos mapas era um ponto a se avançar. No entanto, havia grandes dificuldades, a começar pela não existência de convenções cartográficas, ou mais precisamente uma linguagem cartográfica, dada pela grande amplitude de sociedades de cartografia e geografia. Reuni-las era uma das preocupações centrais, evidenciada nas palavras de Kolacny quando afirmava que a cartografia só alçaria avanços significativos quando houvesse um grande processo de cooperação entre geógrafos e cartógrafos do mundo inteiro.

Somente no final da década de 1960 que esse impasse referente às convenções cartográficas, em especial, à linguagem cartográfica é, em parte, resolvido. Trata-se da obra de Jacques Bertin, “*Semiologie graphique*”, considerada uma das mais importantes

contribuições para a cartografia desde há muito tempo. Acreditamos que dadas às necessidades da geografia em formular hipóteses, reconhecer processos, estabelecer padrões, culmina na década de 80, também na França, a sistematização da teoria da modelização gráfica, feita por Roger Brunet. Isto retrata, de certa forma, os anseios de Board (1995), para o qual a transmissão de fatos e processos geográficos de forma inteligível deve ser buscada até mesmo em detrimento do detalhe e da precisão⁸.

Mais recentemente, com o intenso avanço da tecnologia e da informação, bem como com sua popularização, o conhecimento espacial, como estratégia de ação, fica mais claro com o uso de satélites que capturam em detalhes objetos da superfície terrestre. Além disto, os impactos da linguagem computacional sobre a cartografia foram marcantes (MARTINELLI, 2006; JOLY, 2007; LOCH, 2006; ROSA, 1996), exigindo, inclusive, novas discussões e conceituação sobre o que é a cartografia. Vários pacotes tecnológicos têm sido desenvolvidos como uma demanda nascida da valorização da dimensão espacial como estratégia da ação, tanto para a pesquisa quanto para o mercado. É comum atualmente a constatação de que várias empresas estão adotando pacotes de geoprocessamento, por exemplo, para a otimização de seus lucros.

Enfim, conhecer o terreno é condição essencial para uma ação bem sucedida de um número cada vez maior de atores. Mais do que isso, conhecer as geografias do território em questão é, sem dúvida, aspecto fundamental para a ação. Nestes termos, as teorias que se desenvolvem para explicar a atual organização espacial do mundo contemporâneo, procuram mapear, ainda que mentalmente, ou descritivamente, fixos e fluxos. Conhecer o mundo, entender o mundo, explicar o mundo passa pela condição da apropriação da noção de espaço, muitas vezes passando pelo uso, ainda que mínimo, de documentos cartográficos. Assim como afirma Martinelli:

...a finalidade mais marcante em toda a história dos mapas, desde o seu início, parece ter sido aquele de estar sempre voltados à prática, principalmente a serviço da dominação, do poder. Sempre registrava o que mais interessava a uma minoria, fato este que acabou estimulando o incessante aperfeiçoamento dele.

A apreensão do espaço e a elaboração de estruturas abstratas [leia-se mapas] para representá-lo sempre marcaram a vida em sociedade dos homens. (MARTINELLI, 2006, p.8)

⁸ Sobre a teoria de Roger Brunet, que mais interessa a esse trabalho, falaremos no próximo capítulo.

Mesmo as teorias que desejam colocar em questionamento a dimensão geográfica como elemento essencial da realidade, passam pela apropriação de noções espaciais. No entanto, a compreensão limitada espaço, induz á leituras limitantes da realidade. Ainda que esta discussão esteja posta hoje de maneira muito forte, o espaço está na ordem do dia, como aponta Haesbaert (2006).

Roger Brunet destaca, dentre outros elementos fundamentais do mundo contemporâneo, a força e a importância da dimensão espacial, frente ao avanço da globalização que parece suprimi-la. Afirma o geógrafo que as coletividades territoriais (regiões, estados, cidades, etc), aumentam sua importância no ordenamento territorial e no urbanismo, na recomposição dos territórios, contribuindo, assim, segundo ele, para diferenciá-los (BRUNET, 2007a).

Para a geografia a compreensão do espaço passa pelo uso do mapa, forma consagrada de expressão espacial na ciência geográfica (SANTOS, 2002). Em uma de suas obras Harvey (1983, p. 371) buscou mostrar o que considerava como “grande estima dos geógrafos pelo mapa”, como meio de descrição e análise da informação geográfica. Martinelli (2006, p. 7) chega a afirmar em seu livro que “a geografia sempre foi confundida com o mapa”. Complementa afirmando que ante o final do século XIX, “fazer geografia era fazer mapas”. Aliás, ainda hoje esta é a razão pela qual muitos geógrafos se tornaram geógrafos (MASSEY, 2007, p. 159).

A leitura do mundo, para o geógrafo, passa pelo entendimento do espaço e dos seus territórios, e essa compreensão vem em larga medida através do uso dos mapas, ainda que Girardi (2000), Martinelli (2006) apontem que os mapas nos trabalhos da geografia, muitas vezes são usados apenas como “mapa-ilustração” e não como meio de leitura territorial. Talvez isso evidencie algo que há no imaginário dos geógrafos de que o discurso geográfico, para ter validade, precisa conter mapas. Mas, às vezes, ele não é usado de maneira adequada.

Nossa intenção aqui é mostrar o quanto é importante entender o mundo através da sua dimensão espacial, e afirmar a cartografia como meio legítimo de fazer isso. Além disso, queremos avançar em outras formas de representação espacial ligada, mais especificamente, à temática do nosso trabalho – a pobreza e a exclusão social.

Durante muito tempo imperou na Geografia Crítica, talvez profundamente influenciada pelo pensamento de Yves Lacoste em sua obra seminal “*A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*”, de que a cartografia e, por conseguinte, os mapas, eram instrumentos da dominação capitalista. A Geografia Crítica, por sua

vez, promove um relativo esquecimento do pensar a cartografia (GIRARDI, 2000, p. 42). Ler de forma crítica a sociedade parecia ter como requisito deixar de lado essa “ferramenta de dominação”. Ao mesmo tempo, a geografia quantitativa passa por um período fecundo de produção de modelos cartográficos (no seu sentido quantitativo), sendo duramente criticada pela Geografia Crítica, como se poderia esperar. Os modelos e as representações cartográficas eram, assim, acusados como “aliados do diabo capitalista” para tomar as palavras de Brunet (2007c).

As duas correntes contribuíram, é verdade, de modo significativo para o desenvolvimento da geografia enquanto conhecimento científico, cada uma com seus méritos e pontos fracos. Sabemos hoje que nenhum conhecimento científico é neutro, e isso não se aplica somente à Geografia, talvez menos ainda à Geografia. Ele pode servir para diferentes finalidades. Pode servir para a construção de um discurso emancipatório, assim como para a estigmatização, tanto para a liberdade quanto para a dominação. O conhecimento do qual se origina a técnica e a tecnologia abre imensas possibilidades entre a dominação e a liberdade. A questão que se coloca é a de como o conhecimento é posto à disposição das diferentes classes sociais e setores da sociedade. Certamente, a concordância é ampla quando afirmamos que o acesso à tecnologia e à informação é extremamente desigual numa sociedade capitalista, como inúmeras vezes já apontou o geógrafo Milton Santos (2008).

É preciso, então, construir um discurso politicamente comprometido com as classes sociais mais desfavorecidas e não ficar ao largo dos avanços tecnológicos que servem para a dominação e oprimem a liberdade e a democracia de fato, muitas vezes em função da insistente rejeição dos cientistas sociais em se apropriar dos avanços técnicos em favor da sociedade. Não se trata, portanto, de deixar de lado técnica e tecnologia, pois compreendemos que são ferramentas essenciais para a promoção da emancipação, assim como é para a dominação. A pergunta a se colocar é: qual uso estamos fazendo dela? Por assim dizer, ciência, tecnologia e informação andam lado a lado com o poder.

Entendemos que uma leitura crítica da sociedade, nos moldes que a Geografia Crítica apontava, pode e deve ser feita com a apropriação das técnicas e das tecnologias. Algo semelhante foi esboçado por Girardi (2007) ao elaborar o “*Atlas da questão agrária brasileira*” no qual propõe uma cartografia geográfica crítica, fazendo uso, inclusive, da teoria da modelização gráfica desenvolvida por Roger Brunet, aliás, intensamente criticado por Yves Lacoste. Isso fica muito evidente em um número da

revista de geografia e geopolítica Hérodote de 1995 (numero 76) que possui como título “*Les geographes, la science et l’illusion: chorématique stop*”. Lacoste em seu “*Dictionnaire de la géographie: de la géopolitique aux paysages*”, afirma que a coremática é hoje o principal objeto de polêmica entre os geógrafos. Mesmo com a existência de tanta discórdia entre a coremática (que se trataria de uma abordagem meta-cartográfica) e os geógrafos críticos, Girardi consegue fazer uma abordagem crítica da realidade da questão agrária brasileira. Reforçamos aqui o que já dissemos, importam sim, os usos que se fazem da ciência e da técnica. O que é primordial não é a técnica em si, mas sim os usos que se fazem dela.

Num mundo que tem se tornado tão complexo, torna-se maior a exigência da aplicação de conceitos geográficos complexos, difícil de serem explicitados por uma cartografia tradicional. Câmara, Monteiro e Medeiros (2001) analisando as possibilidades de aplicação computacional aos conceitos elaborados por Milton Santos, registram a impossibilidade técnica de sua operacionalização, pelo menos até hoje. É o caso, por exemplo, dos conceitos de “sistemas de objetos” e “sistemas de ações” presentes na obra “*A natureza do espaço*” (2008), os quais remetem à idéia de que o espaço não é somente as formas e os objetos geográficos, mas a vida que os anima.

A limitação da maioria dos SIGs (Sistemas de Informações Geográficas) em expressar graficamente uma ampla gama de processos e conceitos próprios da Geografia Crítica implica pensar em outras formas de representação do espaço e das questões sociais, que são complexas e dinâmicas por definição. Ainda que com todas as críticas à teoria dos coremas, pode ser uma via a se desenvolver neste sentido, uma das preocupações deste trabalho. Aqui nos propomos a uma leitura dos processos sociais intra-urbanos através da cartografia e dos coremas, comprometidos com uma visão crítica da cidade.

Assim, falar hoje das questões sociais, como a pobreza e a exclusão social, exige pensar o espaço urbano e em como representá-lo. Face à complexidade que se instala sobre os territórios, talvez fosse necessário nos depreendermos das perspectivas geométricas e olhar para esses mesmos territórios sobre uma perspectiva existencialista, como propõe Silveira (2006). Os limites dos fenômenos geográficos podem hoje se tornar imprecisos, mas o espaço a que eles se vinculam ainda é elemento fundamental. Ao contrário dos cartógrafos, para o geógrafo o objetivo principal não é medir o mundo, mas sim compreendê-lo. Por essas, dentre outras razões, uma outra cartografia é fundamental para o nosso trabalho.

1.2. O mundo tal como ele é: as questões geográficas e a produção da pobreza

O mundo está cada dia mais difícil de ser compreendido, uma vez que novas variáveis são agregadas à realidade social. Para usar as palavras de Milton Santos, “vivemos num mundo confuso e confusamente percebido”. A confusão é tamanha, que assistimos a negação de muitos de seus aspectos mais relevantes. Hoje se fala em fim da história, em “fim dos territórios”, “fim das fronteiras”, em “fim do Estado” etc., quando na realidade o que ocorre é a sua afirmação (HAESBAERT, 2008; DIAZ, 2007). Ao mesmo tempo em que ocorre uma grande negação de várias dimensões do real, ao lançar-lhe um olhar atento, perceberemos que essas dimensões nunca estiveram tão presentes, especialmente aquelas de natureza geográfica (MASSEY, 2008), de modo que são sumariamente importantes para entender a sociedade atual.

Para muitos o Estado estaria cada vez mais frágil em virtude da primazia que a economia tem assumido quando da formulação das políticas públicas, aplicadas sempre como um vetor na busca do desenvolvimento econômico. A mesma coisa se afirma sobre as fronteiras, uma vez que as empresas movimentam-se livremente de um território a outro, transpassando-as facilmente. Nota-se a força das questões geográficas, pois, mesmo buscando uma justificação para uma pretensa negação afirma-se a sua importância. O Estado, atualmente, tem se preocupado mais com o desenvolvimento e com o bom andamento da economia de mercado ao invés de centrar suas preocupações no cidadão, e isso faz com que tenhamos a ilusão de que o Estado está frágil. Muitas vezes as elites econômicas ocupam os cargos políticos impondo ao conjunto da sociedade regras e normatizações que são de interesse de pequenos grupos econômicos em detrimento de amplos setores da sociedade (SANTOS, 2007). Na verdade, tanto o Estado quanto o território e as fronteiras nunca foram tão importantes, e hoje estão no centro das preocupações.

Haesbaert (2006), apontando essas questões que ora levantamos, elucida o paradoxo afirmando que “metafórica ou literalmente, nunca se falou tanto em território, região, lugar. O espaço está na ordem do dia” (HAESBAERT, 2006, p. 141). A confusão que se instala, relacionada aos fenômenos geográficos, ocorre exatamente em função da fluidez que se instaura com a denominada globalização. São fluxos estabelecidos de toda ordem: de pessoas, de mercadorias, de informações, passando a impressão de que nada mais está preso aos limites, às fronteiras, aos territórios, aos lugares. Isso reafirma aquilo que já disse Santos a respeito de um mundo “confusamente percebido”. Essas idéias estão intimamente associadas às teorias da globalização, que

têm se revelado muito benéficas para as grandes empresas globais, ao mesmo tempo em que produz uma extensa massa de expropriados de uma vida socialmente aceitável.

Num momento em que se fala tanto em fim da geografia, é preciso afirmar o seu papel no entendimento do mundo, de modo particular no entendimento das questões sociais, uma vez que tantas mazelas têm feito presença naquilo que se convencionou chamar de globalização. Pochmann *et al* (2004) explicitam o grande crescimento no fluxo de mercadorias e capitais entre os países ao mesmo tempo em que as desigualdades norte-sul se acentuam ainda mais. Num mundo onde crescem os lucros e avança a globalização da economia, “a exclusão social acaba se tornando um corolário da globalização” (POCHMANN *et al*, 2004, p. 45). Apesar de os autores afirmarem que não há uma relação direta e necessária entre globalização e ampliação da desigualdade e da exclusão social, os mecanismos pelos quais estão dadas as regras do jogo entre as nações determinam sobremaneira as permanências de velhas formas de perversidade social, assim como gera o surgimento de novas. Pochmann *et al* afirmam:

... nos últimos anos a exclusão social passa a se manifestar sobre novas formas, especialmente nos países industrializados do centro e da periferia. Além da pobreza absoluta, da fome e do analfabetismo, novas formas de exclusão ganham destaque, associadas à crescente desigualdade, precarização do mercado de trabalho (desemprego, informalidade) expansão da violência urbana e novas epidemias. Paralelamente emerge uma novíssima forma de exclusão, aquela relacionada à falta de acesso ao novo padrão tecnológico: a exclusão digital. (POCHMANN *et al*, 2004, p. 45).

Os mesmos autores completam:

Finalmente, velhas formas de exclusão são potencializadas, no contexto de expansão da internacionalização de forma desregulada, onde a lógica redutora de custos acaba por se sobrepor terrivelmente aos efeitos sociais e ecológicos. É o caso do trabalho infantil, da redescoberta do trabalho escravo e da expansão da prostituição infantil e do tráfico humano. (POCHMANN *et al*, 2004, p. 45).

Essas primeiras notas, como ponto de partida, nos remetem ao pensamento de Milton Santos, em especial à sua obra “Por uma outra globalização”. Para o autor na atualidade devemos considerar a existência de pelo menos três mundos em um só: o primeiro seria o mundo como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo

como ele pode vir a ser: uma outra globalização (SANTOS, 2001, p. 18). Ao se levar em conta os impressionantes números a respeito do comércio internacional e dos grandes avanços da tecnologia, estariam vendo o mundo como fábula, sem considerar os prejuízos sociais oriundos desse processo. Nesse sentido, Santos coloca que:

De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e a classe média perde em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades, como a SIDA, se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se os profundos males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos e a corrupção. (SANTOS, 2008a, p. 19-20).

Esses fatos apontados por Santos, na verdade, revelam a face perversa da globalização como produtora e mantenedora das iniquidades sociais. É a globalização como perversidade. Ao contrário da afirmação de Pochmann *et al*, antes citado, Santos afirma que “todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização” (SANTOS, 2008a, p. 20).

Santos (2008a) associa ao desenvolvimento recente das forças capitalistas, em especial no último meio século, três tipos de pobreza, experimentadas pelos países subdesenvolvidos. A primeira, ele denomina de “pobreza incluída”, tida como uma pobreza que ocorria em certos momentos do ano, ou seja, ela era intersticial, sem vasos comunicantes. Em função do consumo não estar tão difundido e do dinheiro não constituir um nexos social obrigatório, a pobreza, segundo Santos (2008a, p. 70), era menos discriminatória, daí poder-se falar em pobres incluídos.

O segundo tipo de pobreza o autor denomina de marginalidade. A pobreza é, então, identificada como uma doença da civilização, sendo produzida pelo próprio processo econômico. Santos aponta que com a ampliação do consumo novas condições materiais e psicológicas são geradas, dando à pobreza novos conteúdos e definições, no mesmo momento em que ao lado da pobreza absoluta, cria-se e recria-se uma pobreza relativa, que classifica os indivíduos pela capacidade de consumir e pelo modo como o fazem. Nesse momento se generaliza e tem sucesso a idéia de subdesenvolvimento e das teorias destinadas a combatê-lo, em cujo contexto os pobres são chamados marginais.

Torna-se preocupação crescente dos governos o combate a essa marginalidade, a tal ponto de haver uma vergonha em não enfrentar a questão, segundo afirma Santos (2008a, p. 71). O problema é tido como grave, mas não sem solução.

Por fim, o terceiro tipo de pobreza, que caracteriza o atual período, é denominada de “*pobreza estrutural globalizada*”. É uma pobreza que estamos chamando, partindo das idéias colocadas pelo autor de *pobreza excludente*. Não se trata mais de uma pobreza localizada, antes tida como fenômeno indesejável, mas sim de uma pobreza tornada natural e inevitável, produzida estruturalmente pelos atores globais e amplamente disseminada com a convivência dos Estados nacionais. Nas palavras de Santos (2008a, p. 72) é uma pobreza “pervasiva, generalizada, permanente e global”. Revelando o processo de produção da pobreza global o autor afirma:

“Nessa última fase, os pobres não são incluídos nem marginais, eles são excluídos... Os pobres, isto é, aqueles que são o objeto da dívida social, foram já incluídos e, depois, marginalizados, e acabam por ser o que hoje são, isto é, excluídos” (SANTOS, 2008a, p. 72-74).

Um mundo no qual a pobreza é tida como algo natural é justamente aquele que já aludiu Milton Santos, um mundo dado como fábula. No entanto, mesmo entendendo a situação do mundo em curso (comandado por uma globalização perversa), Santos acredita que uma outra globalização é possível, na qual a sociodiversidade e a solidariedade teriam papéis importantes. Neste aspecto ele aponta uma particularidade, a de que é na cidade que este processo pode vir a ser.

2. A COREMÁTICA.

A nossa aproximação da teoria dos coremas ocorreu no final da pesquisa de iniciação científica, ainda na graduação. Tal interesse se deu em função dos resultados gráficos do mapeamento realizado em Presidente Prudente que resultou em um mapa síntese. O resultado final, ou seja, o mapa síntese, se revelou um mapa para ler e não um mapa para ver, nos termos estabelecidos por Jacques Bertin (1988). Em função da quantidade de caracteres e informações contidas no mapa, ele se revelou de difícil leitura. Para Bertin (1986, 1988, 1999) muita informação gráfica numa representação constitui uma barreira para a visualização, uma barreira de natureza psicológica em função da dificuldade encontrada pelo cérebro em processar grande quantidade de informação visual. Face á essas limitações optamos por trabalhar com uma abordagem coremática dos processos sociais intra-urbanos, através da qual poderíamos avançar no aspecto da representação gráfica, já que ao considerar o essencial para entender o território, elimina as contingências, ou seja, aquilo que tem importância secundária, facilitando a percepção visual. Sendo assim, a teoria dos coremas também está atrelada aos princípios da semiologia gráfica, se traduzindo em maior eficácia visual.

Importa nesse momento discorrer sobre alguns aspectos históricos e conceituais da teoria dos coremas. Vale ressaltar que ela também é chamada de teoria da modelização gráfica ou coremática. Portanto, em diferentes momentos poderemos estar usando essas diferentes terminologias, mas que tem sentido análogo, ou seja, trata-se do mesmo método.

O uso de modelos gráficos na geografia não é novidade. Menos ainda entre outras ciências. Em uma palestra proferida para a *Société de Géographie de Liège* Roger Brunet (2007c) afirma que a ciência para avançar no entendimento do mundo faz freqüentemente uso de modelos, sejam eles gráficos ou não. O autor menciona que a palavra modelo vem do francês “*moule*” e tem ligação com a palavra “*méd*”. O primeiro termo evoca a idéia de uma figura que serve para reproduzir, enquanto que o segundo é tido como medida, a partir dos quais deduz que se trataria de “*tomar medida de*”, trazendo a noção de avaliação e ajustamento. Em termos mais claros, poderíamos entendê-los aqui como figuras usadas como referência para entender algo.

De acordo com Brunet, para se entender muitas coisas é preciso usar modelos, pois sempre entendemos algo por comparação ao que já é conhecido. Aliás, toda ciência faz uso de modelos. O que é uma definição senão um modelo. Nestes termos, toda a definição de um objeto propõe/pressupõe um modelo. Brunet chama a atenção para os

estudos geomorfológicos e dá o exemplo da definição de *cuesta*. A definição, pensada enquanto modelo para entender uma questão real, permite identificar no terreno configurações geomorfológicas que ela pressupõe. No entanto, ao confrontar *cuestas* no terreno, será possível verificar que elas nunca são idênticas. Mesmo assim o modelo permite explicá-las, em especial os processos que a originam e que nela ocorrem. Assim como o exemplo da *cuesta*, poderíamos tomar exemplos de outras áreas da ciência que encontraríamos a mesma questão.

Uma definição clássica de modelo, segundo Brunet (2007c) e Ferras (1993) foi dada por Haggett em 1965, utilizada por muitos geógrafos quando queriam falar sobre modelos. Haggett afirma que um modelo “é uma representação idealizada do mundo real, construída para demonstrar algumas das suas propriedades”. Uma outra definição é a de Alan Ray, para o qual um modelo “é um sistema representante de estruturas essenciais de uma realidade”. No entanto, Brunet lembra que essas definições eram sempre evocadas com a idéia de simplificação tomada para demonstração e, para ele, isso representa um grave deslize.

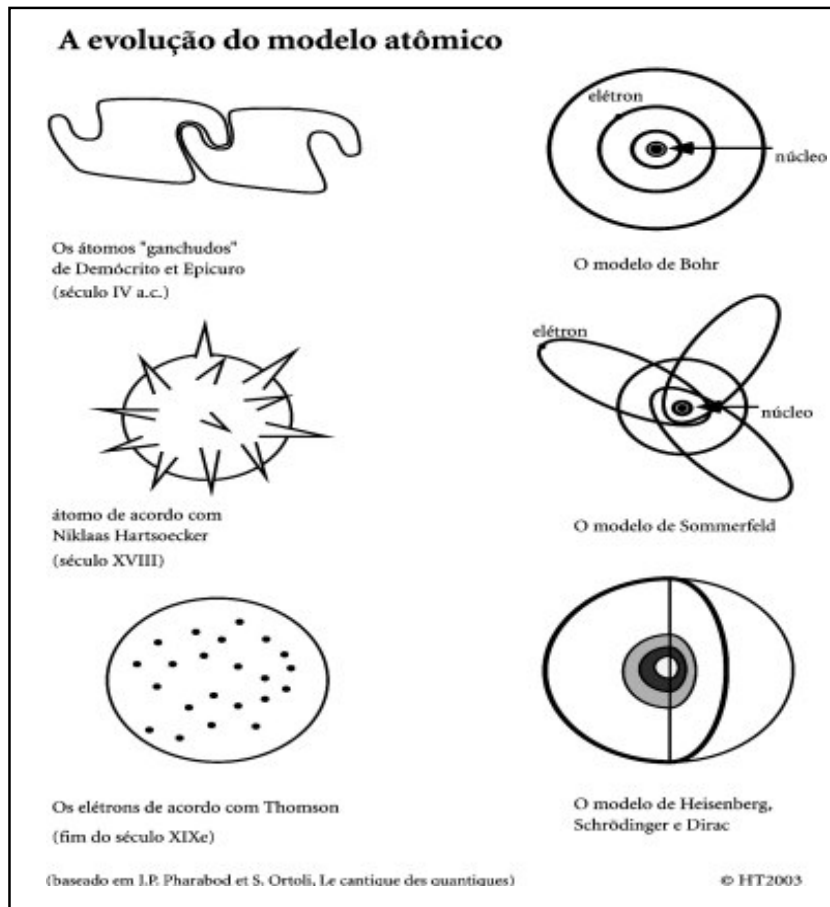
2.1. Os modelos na literatura científica

Como lembra Brunet a geografia não é a única, nem mesmo a pioneira no uso dos modelos, pois outros ramos da ciência e outros meios já têm mais tradição no seu uso. Ferras (1993) afirma que podemos encontrar modelos na arquitetura e no urbanismo, na química, na física, na literatura, na etno-antropologia, assim como nas canções populares, nas artes e em caricaturas. Desde muito cedo, como aponta Thery (2004), os físicos lançaram mão dos modelos para representar os átomos. Na antiguidade, Demócrito e Epícuro imaginaram que os átomos eram pequenos objetos, dotados de ganchos que asseguravam a coerência da matéria. O tempo passou e os modelos correspondentes mudaram bastante. Quando o homem passa a observar o sistema solar, o átomo é concebido como uma versão em miniatura desse sistema. Atualmente os físicos pensam mais nas linhas da física quântica, na qual uma partícula pode estar em mais de um lugar ao mesmo tempo, o que impede de dar mais de uma localização do elétron (THERY, 2004). Do exemplo da física é possível extrair uma valiosa conclusão: nenhum modelo pode, nem deve ser permanente, na medida em que as ciências progridem os modelos também vão incorporando as mudanças. Isto é tanto mais verdade quando olhamos para o território, pois, para além de uma realidade física, é também uma realidade social que está em constante mudança. Assim, não importa

somente território como substrato, mas a vida que o anima e cria as formas, como já afirmaram Roger Brunet e Milton Santos. Assim, falar de modelos, em todos os ramos da ciência, é sempre falar de uma representação abstrata e provisória da realidade, mas ela é muito útil enquanto não é ultrapassada, segundo nos alerta Théry.

Na figura seguinte temos exemplos da evolução dos modelos atômicos e suas representações gráficas.

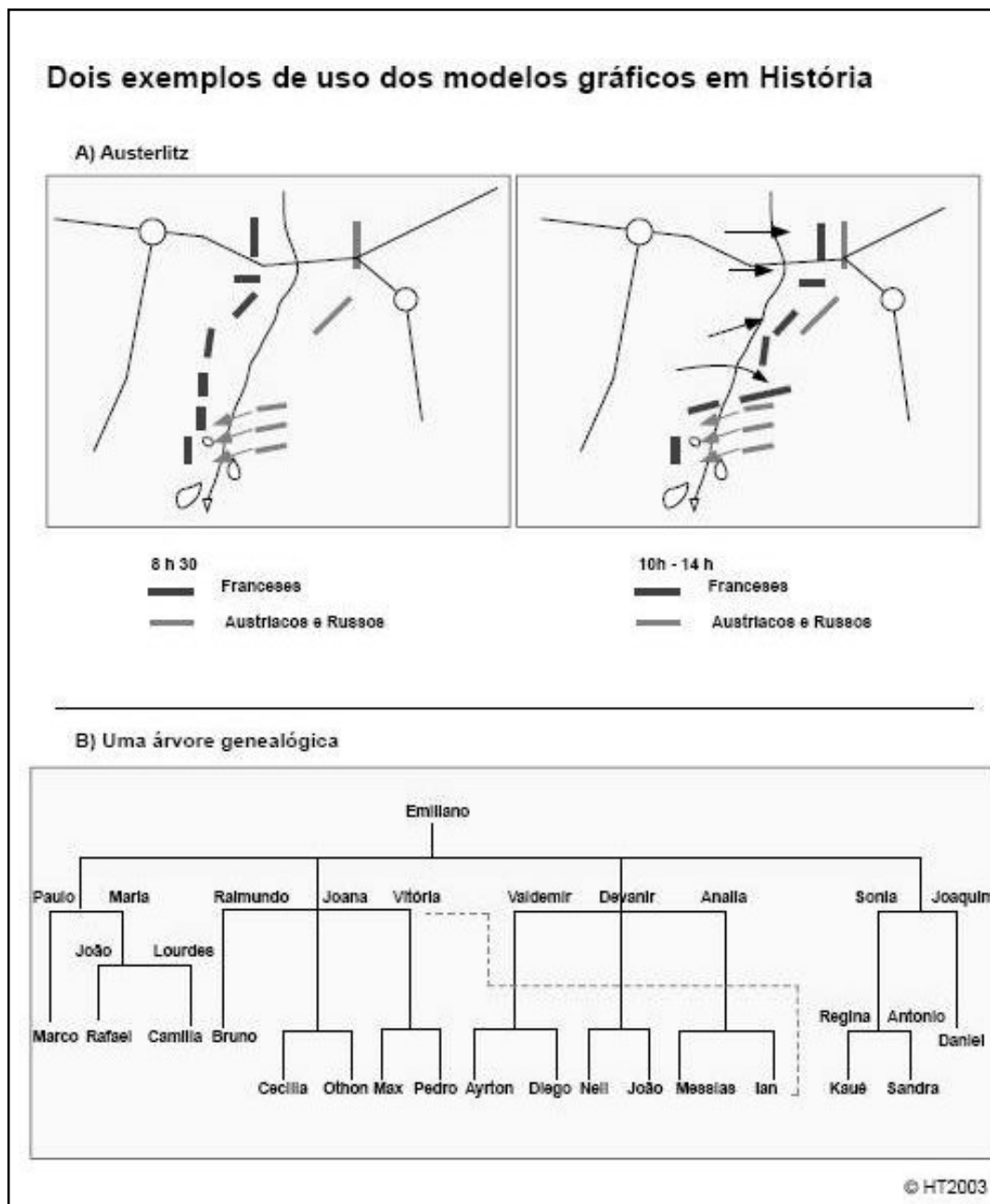
Figura 1 – Modelos da Física



Fonte: Théry, 2004.

Na História também podemos encontrar vários exemplos de modelos gráficos que ajudam a explicar fatos históricos que ultrapassam séculos, e até mesmo batalhas e guerras bastante complexas do ponto de vista dos elementos a serem considerados de modo descritivo. Exemplos disso são as representações gráficas de batalhas e as árvores genealógicas. Podem parecer simples, mas são extremamente eficientes em sua demonstração, resumindo momentos decisivos ou séculos de história, de uma dinastia ou de uma família real. Na página seguinte vemos esses dois exemplos.

Figura 2 – Modelos da história

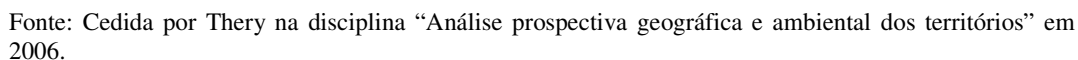


Fonte: Thery, 2005

2.2. Os modelos na geografia

A Geografia, por sua vez, sempre fez uso de modelos, mas sem admiti-los. A geomorfologia é a que de longe mais faz uso de modelos gráficos para explicar a conformação dos terrenos e os processos neles engendrados. Para a geomorfologia, é uma necessidade que ajuda muito na compreensão dos fenômenos por ela estudados.

Figura 3 – Modelos clássicos da Geografia



Somente na década de 1980 surgem as primeiras formulações teóricas sobre o uso dos modelos na Geografia com um artigo de Roger Brunet publicado no número 4 da revista francesa “*L’espace géographique*”, denominado “*La composition des modèles dans l’analyse spatiale*” (BRUNET, 1980). A teoria foi desenvolvida e aplicada como instrumento de análise regional, até mesmo para subsidiar o ordenamento territorial, a partir de um grupo de geógrafos reunidos em torno dos trabalhos do GIP-

RECLUS⁹ (Groupement d'intérêt public – Réseau d'études des changements des localisations et unités spatiales), liderado por Brunet. Vários outros trabalhos se sucederam após o artigo de 1980 (BRUNET, 1986, 1987), de modo que a teoria foi amplamente desenvolvida em uma obra mais recente chamada “*Le déchiffrement du monde*” (2001), onde explora de modo aprofundado a axiomática sobre a qual está baseada a teoria, que convencionou chamar de *teoria dos coremas*, *teoria da modelização ou coremática*.

Dosse (1994) salienta que esta teoria está assentada sobre o estruturalismo e aponta, por conseguinte, que em função da entrada tardia da Geografia na discussão estruturalista, os possíveis desdobramentos nessa área estão longe de terminarem, mostrando-se como um terreno ainda muito fecundo (isto revela tanto uma incompletude quanto a necessidade de mais estudos). Dosse trata a coremática como um ponto culminante de ligação entre a ciência ideográfica (espaços sociais descritos) à sua vertente nomotética (produzir os princípios gerais da organização dos espaços da sociedade). Aponta ainda que ela está muito ligada à linguagem estruturalista, estando os coremas como uma linguagem gráfica para geografia, em torno de estruturas espaciais elementares, assim como a noção de fonema, que trata das unidades mínimas da linguagem, está para a lingüística.

Muitos acusaram e acusam o modelo de tratar apenas de simplificação, questão sobre a qual Brunet se debruça em suas obras, afirmando que não é o caso. Trata-se de identificar as formas que a sociedade produz ao trabalhar o espaço (BRUNET, 2007), e fazer aparecer as estruturas presentes no território. Para Thery (2004), trata-se aqui de indentificar estruturas, as fortes e as contingentes, ou seja, fazer ressaltar aquilo que é verdadeiramente representativa do espaço e aquilo que é apenas acessório. Por isso Brunet menciona que ser amante dos detalhes, como eram os geógrafos da Geografia Regional Clássica, é condenar a modelização. Por outro lado, é possível buscar a identidade de uma região indo de geral aos detalhes e vice-versa, sem condenar as possibilidades de comparação, como ocorria na Geografia Regional. O trabalho nomotético é favorecido em oposição à ideografia.

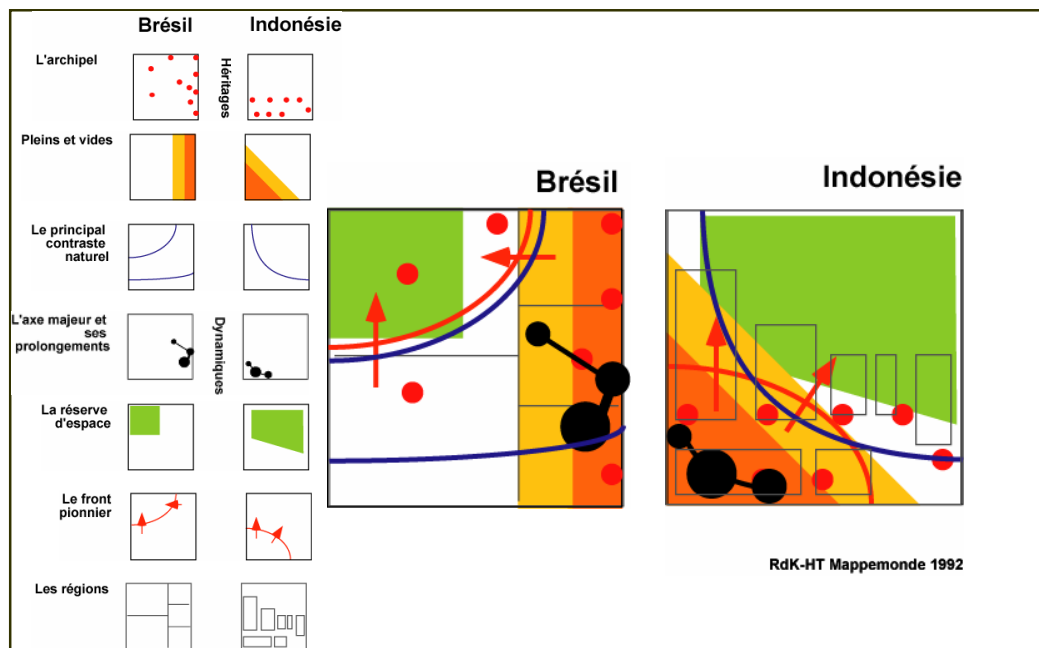
Ao identificar as estruturas essenciais de um território e representá-las graficamente abrem-se as possibilidades para o que Thery (2004) coloca como uma

⁹ Organismo de pesquisa científica na área de Geografia, que trabalhava em ligação com o Instituto Geográfico Nacional francês e com o INSEE, que na época tinha 27 membros. Muitos dos seus trabalhos tiveram um amplo apoio do Ministério da Pesquisa.

gramática do território. A combinação dessas diferentes estruturas, identificadas e representadas graficamente, nos forneceria um *corema*, um *modelo*. A combinação composta por cada modelo, para Brunet (2001) e Thery (2004), é única, de modo em que se pode falar em *modelo do único*, que é aquele que expressa a identidade do território considerado. Neste sentido, algumas estruturas estarão presentes em mais de um território, o que abre possibilidades de comparação entre diferentes realidades.

Um exemplo desse pode ser constatado ao comparar os modelos da Indonésia e do Brasil (figura 4), onde pode ser encontrado, ainda, o fenômeno das frentes pioneiras, que hoje existe apenas em alguns países do mundo. Ao representar essa estrutura gráfica como representativa do território em questão poderemos perceber as similitudes.

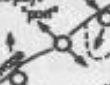
Figura 4 – Modelos do Brasil e da Indonésia



Fonte: Cedido por Hervé Théry na disciplina “Análise prospectiva geográfica e ambiental dos territórios” em 2006.

A partir da identificação de estruturas que se repetem em territórios diferentes, Brunet, propõe uma tabela denominada de tabela dos coremas (ver figura 5 na página seguinte). Com esta tabela ele pretende que sua função para a Geografia seja a mesma que a Tabela de Mendeleiev tem para os químicos.

Figura 5 – Tabela dos coremas

	Point	Ligne	Aire	Réseau
Maillage				
	chef-lieu	limite administrative	Etat, région...	centres, limites et polygones
Quadrillage				
	lille de réseau carrefour	voies de communication	aire de desserte irrigation, drainage	graphe
Gravitation				
	points attirés satellites	lignes d'isotropie orbites	auréoles bandes	liaisons préférentielles
Contact				
	point de passage, d'entrée, etc.	rupture, interface	aires en contact	base lille de pont
Tropisme				
	centre d'attraction	ligne de partage	surfaces de tendance	dissymétrie
Dynamique territoriale				
	évolutions ponctuelles	axes de propagation	aires d'extension ou de régression	fissu du changement
Hierarchie				
	semis urbain	relation de dépendance limites administratives	sous-ensemble	réseau maillé

Fonte: BRUNET, 2001

Estabelecida por Roger Brunet, resultado do cruzamento entre quatro figuras de base (em colunas) e sete dinâmicas (em linhas).

Assim, por meio da modelização gráfica podemos representar estruturas, dinâmicas e processos, que são difíceis de serem explicitadas através da cartografia tradicional. Para além disso, abrem-se as possibilidades de comparação entre diferentes realidades. No caso do grupo de pesquisa CEMESPP, que tem se dedicado ao estudo de várias cidades médias do interior paulista, as possibilidades de ganhos em análises comparativas são bastante expressivas.

Vale lembrar que através da modelização podemos graficar conceitos e processos importantes na pesquisa geográfica. Além disso, o seu caráter didático é substancial. Por se valer das propriedades da semiologia gráfica, sua apreensão é bastante fácil. Robert Ferras, um dos animadores dos debates em torno da modelização gráfica, antes de iniciar os trabalhos propriamente acadêmicos sobre os modelos, atuou em escolas de ensino primário na França ensinando a modelização para os alunos (THERY, 2004; FERRAS, 1993). Isto vem atestar também seu caráter didático e pedagógico.

2.3. Meios de divulgação da coremática

Atualmente o principal meio de divulgação das idéias da modelização é a revista *Mappemonde*. Trata-se de uma revista francesa, criada no ano de 1986 por sugestão de Robert Ferras. Em 2004 ela passa a ser publicada inteiramente em formato digital na internet, ampliando o acesso à ela, o que contribui à divulgação da coremática.

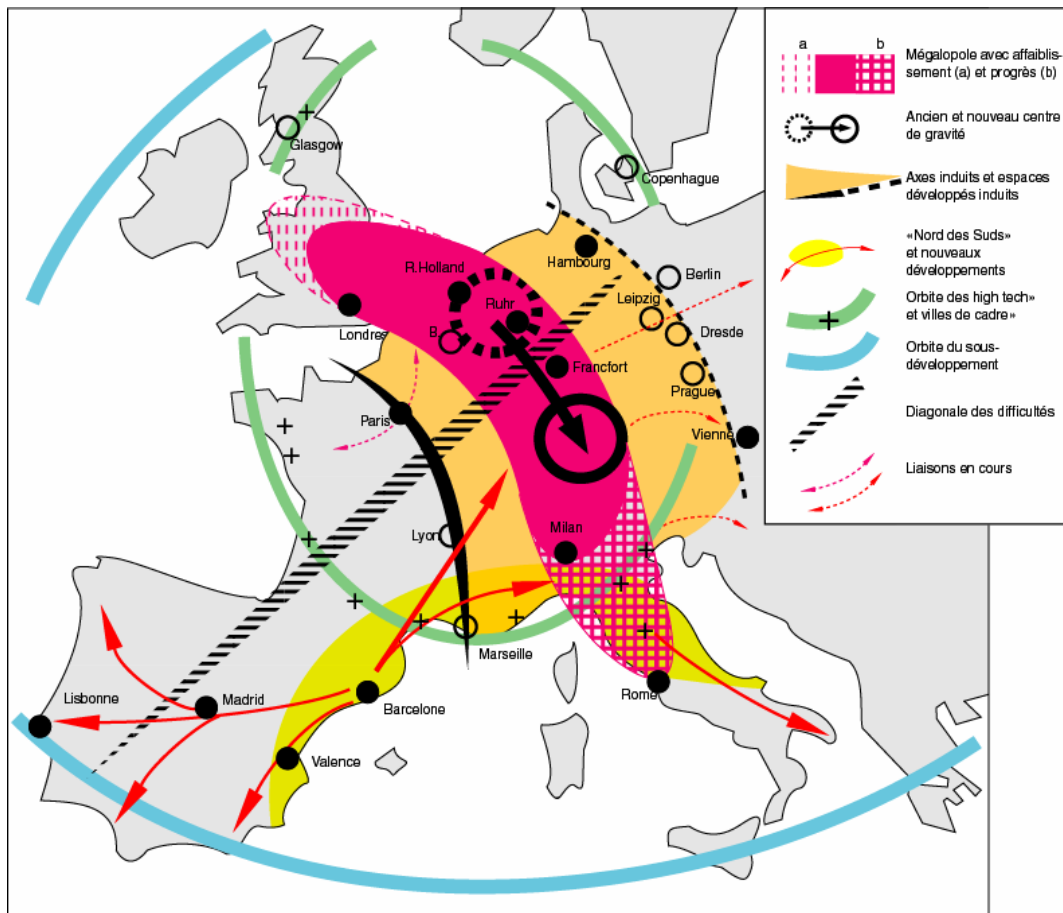
Nesta revista é possível encontrar exemplos de muitos modelos gráficos e teóricos aplicados para as mais diversas realidades e regiões do mundo. Nela colaca-se ainda alguns procedimentos metodológicos para se fazer a modelização dos territórios representados. É o caso do trabalho de Patrick Poncet (2004), onde ele demonstra os passos para se geometrizar um território representado em bases tradicionais. Ele expõe o exemplo da base da Espanha, levada a uma forma geométrica por Robert Ferras e aplica com procedimentos próprios e mais elaborados para o caso da Austrália. Ainda que a princípio este artigo, em particular, ajude a esclarecer alguns procedimentos da modelização, mais especificamente da geometrização dos contornos territoriais, Roger Brunet, em uma nota publicado em sua página pessoal na internet, alertou para os possíveis enganos que podem advir dessa prática, pois não se trata apenas de geometrizar o território representado, mas de compreender os processos essenciais que neles se dão e as formas produzidas pela sociedade (BRUNET, 2007 sobre PONCET, 2004).

Na revista, ainda é possível encontrar uma verdadeira cartografia dinâmica, como podemos verificar no artigo de Robert (2007). Com o auxílio de recursos computacionais e gráficos o site permite a exibição de mapas dotados de movimentos.

2.4. Os modelos mais célebres

Quanto aos modelos produzidos, temos vários exemplos. No momento vamos expor os mais significativos. Certamente, o mais famoso deles, elaborado por Roger Brunet é o modelo que ficou conhecido como “*banane bleue*” (figura 6) em toda a União Européia. O modelo teve uma grande divulgação na mídia. Ele foi publicado no Jornal “*Le Nouvel Observateur*” e logo denominada a dorsal européia (a megalópole européia, um eixo que se localiza entre Lancashire e a Toscana), e por assumir um formato semelhante a uma banana, e ter a cor azul em função da impressão monocromática, passou a ser chamada de *banane bleue*, e assim ficou conhecida (BRUNET, 2002).

Figura 6 – Banane Bleue

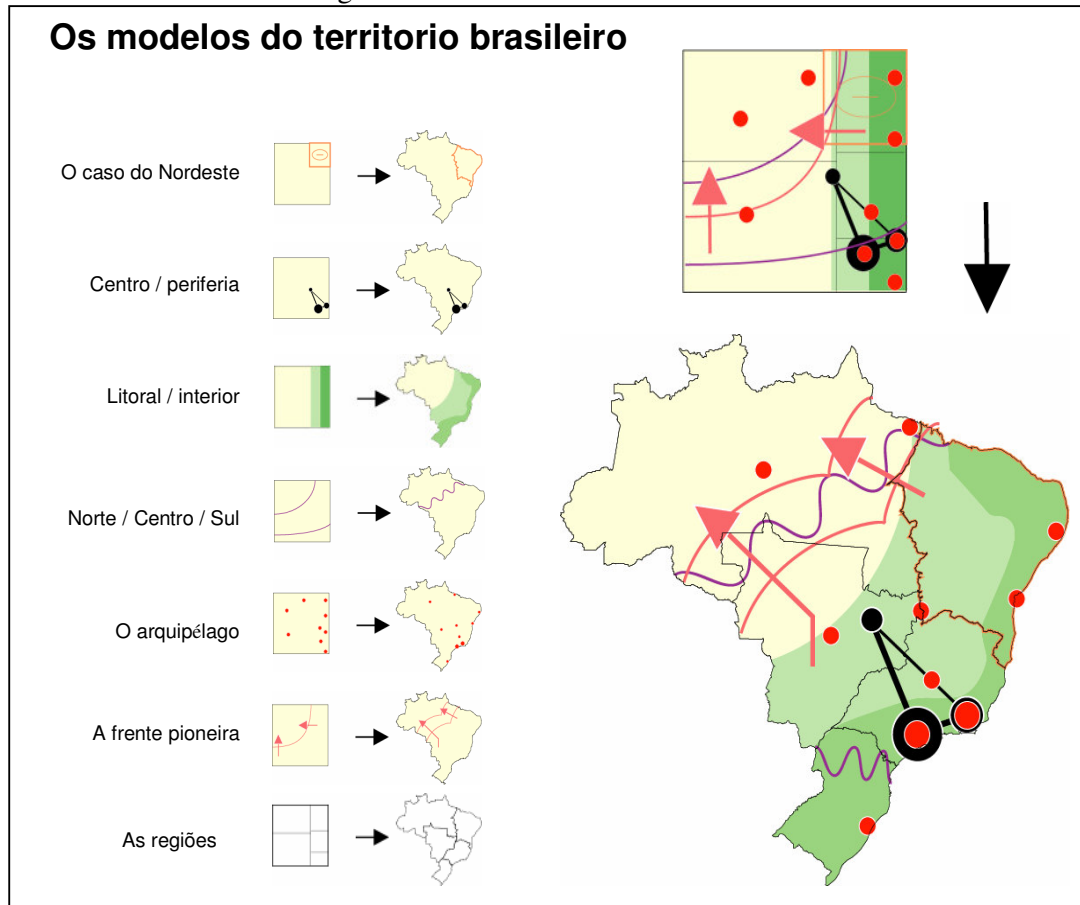


Fonte: Cedido por Hervé Théry na disciplina “Análise prospectiva geográfica e ambiental dos territórios” em 2006.

As idéias relacionadas à modelização ganham expressão no Brasil principalmente com Hervé Théry. Ele publica no ano de 1986 o *Atlas de Brésil*, no qual realiza um exercício de modelização para o caso do território brasileiro, considerando

assim suas principais estruturas espaciais e suas dinâmicas (Figura 7). Ele também é responsável pela criação da revista eletrônica franco-brasileira *Confin*, dedicada à divulgação da coremática no Brasil.

Figura 7 – Os modelos do território brasileiro



Fonte: Cedido por Hervé Théry na disciplina “Análise prospectiva geográfica e ambiental dos territórios” em 2006

Na Unesp de Presidente Prudente já se nota sua influência, evidenciando que a coremática vem ganhando lugar em diversas pesquisas desta universidade. A partir da disciplina ministrada por Théry, foi feito um esforço de modelização para a 10a. Região Administrativa de Presidente Prudente. Tal abordagem também está presente no trabalho de Girardi (2006), *“Atlas da Questão Agrária Brasileira”*. Poderíamos citar aqui vários outros trabalhos desenvolvidos pelos geógrafos já citados, como o modelo do território paulista (THERY, 2007), assim como o modelo do território francês feito pela equipe de Brunet. Mas no momento nos deteremos a esses exemplos para demonstrar as inúmeras possibilidades de aplicação do método, adequado para se

trabalhar nas mais diferentes escalas, ainda que a maioria dos estudos desenvolvidos estejam voltados à análise regional.

Os trabalhos de Brunet, Thery e Ferras afirmam que uma das vantagens de se trabalhar com a modelização gráfica é a possibilidade de realizá-la em diferentes escalas. Apesar disso, grande parte dos trabalhos parecem estar voltados para a análise regional, tradição entre os franceses. Face a esta constatação, é nisto que o presente trabalho pretende avançar, ao trabalhar processos, estruturas e dinâmicas intra-urbanos.

Aqui é importante deixar claro que a ênfase deste trabalho está para a escala¹⁰ intra-urbana e os seus complexos processos socio-territoriais, em especial aqueles que afetam mais diretamente a população pobre da cidade. Tal ênfase será explicitada nos capítulos seguintes. Além disso, as cidades são aqui tomadas como exemplos para perceber, sobretudo, princípios gerais da organização e da dinâmica urbanas. Elas não são tidas como casos a serem estudadas pelas suas particularidades, ainda que em algum momento isso compareça na análise das cidades, tendo em vista as especificidades de cada uma. A coremática, certamente, permite tratar tanto das generalidades, como das particularidades, possibilidade muito apropriada para o presente estudo.

¹⁰ A idéia de escala que estamos tomando para este trabalho pode ser encontrada no trabalho de Iná Elias de Castro intitulado “O problema da escala” no livro Geografia: conceitos e temas.

3. A POBREZA E SUAS REPRESENTAÇÕES.

Falar da pobreza e da exclusão social é falar das desigualdades existentes entre os homens, e mais do que isso, lançar à luz as mazelas da nossa sociedade capitalista. No entanto, não é fácil discutir esses temas que, a nosso ver, são tão complexos. Por dois motivos: primeiro por que eles estão muito presentes no vocabulário popular, assim como no meio midiático e no discurso político, carregando-os de ambigüidades e indefinições; segundo por que mesmo entre as ciências sociais nunca foi simples lidar com os fenômenos sociais de modo consensual. Essa dificuldade revela-se pelo caráter multidimensional desses fenômenos, o que nos obriga a trabalhá-los sobre diferentes óticas. É preciso deixar claro, no entanto, que para além de problemas teóricos, a pobreza e a exclusão social são problemas referentes ao drama humano, das sociedades e, portanto, precisamos entendê-lo na sua complexidade. Castro (2007) ao falar dos problemas relacionados à escala geográfica aponta que é preciso ter particular cuidado com os fenômenos sociais, uma vez que eles são necessariamente sempre fenômenos relacionais, sempre difíceis de lidar nas ordens de medida.

É urgente pensar a pobreza e a exclusão social sob uma visão multidisciplinar, pois elas podem ser estudadas de diferentes maneiras, por muitos olhares, e o *monolitismo analítico*¹¹ é uma barreira ao seu entendimento. O que ocorre é que para cada área do conhecimento a contribuição se dará mais destacadamente na sua área de interesse. A geografia certamente tende a ressaltar os processos espaciais envolvidos nessas questões sociais. Este trabalho, em particular, pretende contribuir nessa direção.

3.1. Pobreza: tempo e perspectivas

Ao longo dos tempos e em lugares diferentes a pobreza assumiu diferentes conotações e denotações. Ou seja, a pobreza nunca foi a mesma, e nem mesmo hoje ela é. As diversas concepções vinculadas a ela estão em constante modificação. Assume ainda um outro complicador o fato de que os cientistas sociais estão cada vez mais ocupados com este debate. Sobre as variações da concepção ao longo do tempo Schwartzman, no primeiro capítulo de sua obra “*As causas da pobreza*”, nos faz alguns apontamentos, os quais queremos mostrar aqui.

¹¹ Expressão utilizada por Sawaia no prefácio do livro “As artimanhas da exclusão”.

Já no começo de sua obra o autor aponta para as dimensões sociais e políticas da questão da pobreza, afirmando:

Para nós, estudantes de ciências sociais, as causas da pobreza não podiam ser individuais, mas estruturais: a exploração do trabalho pelo capital; o poder das elites que parasitavam o trabalho alheio e saqueavam os recursos públicos; e a alienação das pessoas, criadas pelo sistema exploração, que as impediam de ter consciência dos próprios problemas e necessidades. (SCHWARTZMAN, 2004, p. 13).

A partir disso é possível tomar a pobreza como um problema que está inserido num complexo jogo de forças que se opera na sociedade, frequentemente em favor daqueles que possuem o capital. Não se trata de um problema individual na sua gênese.

No entanto, o imaginário que permeia a sociedade está cheio de nocivos enganos sobre como reagir frente à pobreza, não somente entre os ricos, mas também entre os pobres, de modo que o sentimento moral a respeito de tal condição dificulta entendê-la, assim como as ações para superá-la. Vale a pena aqui transcrever a experiência que o autor relata, resultado de sua própria vivência. Assim,

quando a TV ainda engatinhava em Belo Horizonte, participei de um programa ao vivo com uma senhora da tradicional família mineira e organizadora de bailes beneficentes. Fiquei chocado quando percebi que não conseguiria convencer o apresentador, e muito menos o público, de que o que ela fazia era nocivo e cínico, mantendo os pobres iludidos pelas migalhas que sobravam da alta sociedade. Como ousava aquele garoto, de mineiridade incerta, duvidar do espírito caridoso da elegante dama. (SCHWARTZMAN, 2004, 13)

Se convencer pessoas da alta e da média sociedade era difícil, talvez ao menos os pobres seria possível fazê-lo. No entanto, o mesmo autor, seguindo o seu relato, afirma:

Falar com os pobres não adiantava muito. Ao visitar um barraco de favela, comentei ao morador as péssimas condições em que ele vivia, tentando estimular sua consciência de classe. A resposta foi de indignação. Ele era pobre sim, mas tinha orgulho de seu barraco limpo e arrumado. Que direito tinha eu de dizer que ele levava uma vida miserável. (SCHWARTZMAN, 2004, 13-14)

Esse tipo de sentimento e de comportamento, principalmente o da elegante dama da alta sociedade foram freqüentes ao longo da história. Na verdade, isso é uma das formas das classes que detêm o poder econômico e político, de manter os pobres controláveis, pois compram o seu sofrimento com migalhas. Para Demo (1990, 2001, 2003), autor que valoriza a dimensão política da pobreza, do qual falaremos mais adiante, trata-se do poder competente, aquele que tem força para desmobilizar.

Shwartzman nos alerta que ao longo do tempo a pobreza foi acompanhada de fortes sentimentos morais, até mesmo como forma de reconhecimento quanto à finitude de recursos, definindo, portanto, quais dos pobres poderiam receber apoio, e quais não eram dignos de tal merecimento. Uma das teorias mais conhecidas com relação às causas da pobreza era a teoria de Thomas Malthus. Tal teoria propunha que os próprios pobres eram responsáveis pelas suas condições de vida, uma vez que não controlavam os seus impulsos sexuais e, portanto, reproduziam-se numa medida muitas vezes superior ao crescimento da produção de alimentos. Duas soluções eram apontadas: a) a mais bem aceita dentre elas era de que os pobres deveriam ser educados para que, com isso, não se reproduzissem tanto; b) a segunda estava assentada sobre uma proposição de que eles – os pobres – deveriam ser abandonados à sua própria sorte, de modo que a natureza se encarregaria de reestabelecer o equilíbrio entre produção de alimentos e população. Sobre esta teoria aponta o autor:

A visão malthusiana da pobreza era extrema e colidia com o valor de caridade, tão presente na tradição judaica, cristã e de outras religiões. Em todas as sociedades sempre se reconheceu a virtude de ajudar os pobres, ao mesmo tempo em que se aceitava a inevitabilidade das diferenças sociais e da miséria humana. (SCHWARTZMAN, 2004, p. 14).

A visão predominante antes do século XIX era de que a pobreza não tinha solução e, dadas as condições e a limitação dos recursos existentes, não era possível ajudar a todos os pobres. A partir desse reconhecimento do estado das coisas, era preciso definir a que pobres ajudar, e a solução era estabelecer critérios. Assim, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, surgem duas categorias de pobres: pobres dignos e pobres indignos. Os pobres dignos eram definidos como aqueles resultantes de uma pobreza involuntária, que encerravam órfãos, doentes e viúvas, enquanto que os indignos eram aqueles ligados à pobreza voluntária, ou seja, pessoas saudáveis que não queriam trabalhar para prover o seu sustento.

Ainda havia um outro critério, também oriundo da mesma visão. Tratava-se do critério da proximidade, ou seja, a prioridade no auxílio aos pobres deveria ser dada aos parentes, vizinhos e concidadãos e, por conseqüência, não a estranhos, desconhecidos e estrangeiros.

Schwartzman, fazendo citação de Kartz¹², aponta que nos Estados Unidos e na Inglaterra se fazia diferença entre *porverty* e *pauperism*, que para nós seria o equivalente à pobreza e mendicância, respectivamente. A primeira condição, passando pelo entendimento de que se tratava de uma “condição natural” das pessoas, que em ocasiões especiais ficavam desvalidas, era merecedora de amparo, enquanto que a segunda era tida como deformação de caráter.

O protestantismo fazia uma associação mais direta entre a pobreza e a indignidade, não qualificando tipos de pobreza. Para os protestantes a riqueza é um sinal de benção de Deus, enquanto que a pobreza uma clara marca de condenação. Num outro extremo desse entendimento, está o catolicismo que sempre apreciou a pobreza como um sinal da virtude do homem. Podemos encontrar essas duas concepções em clara oposição na obra de Max Weber, que explora a questão detidamente em “*A ética protestante e o espírito do capitalismo*”.

Outra concepção é aquela presente em formas radicais de cristianismo e em escritos e movimentos de partidos socialistas e comunistas, a partir da qual se entende que a solução da pobreza não dependia da vontade ou do caráter dos pobres, mas da regeneração moral dos ricos que transformaria a avareza e o egoísmo em verdadeira caridade ou sentimento de justiça.

Por fim, também encontramos em Marx alguns tipos de pobres. Haveria para ele o pobre virtuoso, que era o proletariado. Sua importância estava determinada pelo papel fundamental que esta classe ocupava na divisão social do trabalho e que, portanto, detinha o potencial revolucionário para gestar uma nova sociedade. Além desses pobres que, para Marx, ocupavam um lugar de destaque, estão os marginais, destinados ao desaparecimento em função da dissolução das antigas classes sociais em decadência.

Assim, para Schwartzman:

É dessa forma que Marx traz de volta, pela porta dos fundos, a distinção moral entre a pobreza digna, revolucionária, do proletariado, e a pobreza indigna, reacionária, corrompida e

¹² KARTZ, M. B. *The undeserving poor; from the war on poverty, and the underclass*. New York: Pantheon, 1990.

corruptível, a escória do lumpemproletariado, os marginais (SCHWARTZMAN, 2004, p. 16)

Apesar dessa crença de Marx na classe virtuosa de pobres, Schartzman aponta que a história mostrou as suas contradições durante o século XX com os camponeses e soldados da Rússia e da China, ao mesmo tempo em que os proletários nos países industrializados se enriqueciam, ou então com o *welfare state* que garantiu melhor distribuição de riqueza entre as classes sociais. O modelo reduziu a pobreza sem afetar, no entanto, a riqueza dos ricos. O Brasil, de logo tentou copiar o referido modelo sem, no entanto, muito sucesso, em um país em que burgueses e proletários eram poucos.

3.2. A pobreza como medida

Em princípio falar sobre pobreza pode parecer fácil, uma vez que as leituras puramente econômicas do fenômeno podem indicar insuficiência de renda pela escassez ou falta de rendimentos para suprir as necessidades essenciais. Assim, estabelece-se de modo arbitrário uma linha de rendimento a partir da qual é definido quem são os pobres. Esse tipo de percepção é muito forte entre nós por que até mesmo a elaboração de políticas sociais tem essa assertiva como ponto de partida. Mesmo assim, Singer (2006) afirma que a análise da pobreza no Brasil aumentou muito em qualidade, graças à adoção de linhas de pobreza e indigências mais sofisticadas. Face às variações de custos entre espaços diferentes, definiram-se através da POF (Pesquisa de Orçamento familiar) dois níveis mínimos de renda *per capita*:

1. Linha de Indigência (In): a renda mínima mensal necessária para suprir as necessidades individuais exclusivamente alimentares.
2. Linha de Pobreza (Po): a renda mínima mensal para satisfazer todas as necessidades básicas de um indivíduo.

Concordamos com Singer quando ele afirma que a definição das linhas de pobreza é atualmente mais sofisticada, no entanto, discordamos quando ele afirma que a análise vem ganhando em qualidade em função disso, uma vez que apesar de agregar diferenciações espaciais, a análise ainda é baseada somente em termos econômicos. A análise econômica pode ter se sofisticado, mas a análise da pobreza em si deixa muito a desejar. Vale destacar ainda que essas “linhas” são definidas com base nas principais regiões metropolitanas do país, ficando de fora outras realidades sócio-espaciais do

interior do Brasil. Ainda mais, freqüentemente essas linhas são generalizadas toda a realidade brasileira.

Confluindo com as afirmações acima, Demo (2003, p. 281) é enfático quando diz que “qualquer que seja o método de mensuração da pobreza, em particular a definição da linha de pobreza, trata-se de procedimentos inevitavelmente arbitrários e que não dão conta da complexidade e heterogeneidade do fenômeno”. Avançando neste entendimento, Santos (1978, p. 9) aponta que mais importante do que medir a pobreza é compreendê-la.

3.3. Por que é difícil medir a pobreza.

Como sabemos, a pobreza não é a mesma nos diferentes lugares. Ela possui uma configuração específica em cada lugar. Assim, ela pode se dar de modo diferente numa metrópole, numa cidade média, numa cidade pequena, entre bairros de uma cidade, assim como esses diferentes espaços em diferentes regiões de um país. Além disso, nós temos um outro complicador: as mudanças e variações na compreensão da pobreza. Ela não é a mesma que foi há vinte ou trinta anos atrás. Nesse sentido, Santos (1978) afirma:

A pobreza existe em toda a parte, mas sua definição é relativa a uma determinada sociedade. Estamos lidando com uma noção historicamente determinada. É por isso que comparações de diferentes séries temporais levam frequentemente à confusão. A combinação de variáveis, assim como sua definição, muda ao longo do tempo, a definição dos fenômenos resultantes também muda. De que adianta afirmar que um indivíduo é menos pobre agora, em comparação à situação de dez anos atrás, ou que é menos pobre na cidade em comparação à sua situação no campo, se esse indivíduo não tem mais o mesmo padrão de valores, inclusive no que se refere aos bens materiais. A única medida válida é a atual, dada pela situação relativa do indivíduo na sociedade a que pertence. (SANTOS, 1978, p. 9)

Rocha (2006) ratifica a afirmação de Santos quando menciona o caso da União Européia. Para países onde a questão da indigência, ou seja, a pobreza associada a uma cesta de consumo básica é pouco significativa, vem à tona e ganha importância a pobreza relativa, que faz referência ao nível médio de vida sociedade em questão. Assim, deixando de lado questões relacionadas ao mínimo necessário para a sobrevivência física, ganha conteúdo questões mais gerais, não características de populações mais pobres, como a distribuição de renda e a mensuração das desigualdades de renda (ROCHA, 2006, p. 14).

Mesmo gozando de uma situação social aceitável, do ponto de vista da pobreza absoluta, as desigualdades existentes entre os países membros da União Européia são bastante expressivas e, conseqüentemente, as linhas de pobreza adotadas são igualmente diferenciadas. Neste ponto, notamos que o que se entende por pobreza varia de uma sociedade à outra, mesmo com realidades bastante próximas. Nesta mesma direção Rocha evidencia:

como, por exemplo, a linha de pobreza portuguesa tem valor de cerca da metade do da França, o que significa que um indivíduo não-pobre em Portugal poderia ser classificado como pobre na França. Linhas de pobreza assim definidas geram necessariamente índices de pobreza não necessariamente comparáveis, já que a proporção de pobres em Portugal é inferior à obtida para a França ou para a Inglaterra. Ademais, mesmo quando se considera um só país, as comparações intertemporais têm de serem vistas com cautela. Como a pobreza é definida de forma relativa, a renda dos pobres pode declinar de um ano para o outro, sem que se caracterize aumento da incidência da pobreza. (ROCHA, 2006, p. 14).

Neste sentido a pobreza como fenômeno social é difícil de ser captada através de medidas, uma vez que ela varia numa relação espaço-tempo, assim como já afirmou Santos, supracitado. Ainda assim, a pobreza vista como *relativa* tem, para Rocha, o grande mérito de revelar as desigualdades e a exclusão social nos países ricos.

Em virtude da intensa adoção desses critérios nos países desenvolvidos, seguiu-se uma aplicação indevida nos países subdesenvolvidos, onde a pobreza absoluta é um fato marcante. De modo geral, além das imensas desigualdades sociais existentes nos países subdesenvolvidos, ou “em desenvolvimento” como atualmente tem se falado - o que evoca a idéia de pobreza relativa - há uma pobreza ainda mais perversa, que é a pobreza absoluta, caracterizada pela imensa dificuldade de um grande contingente populacional em suprir as suas necessidades básicas mais imediatas, como a alimentação. Assim, num país como o Brasil, em que as desigualdades sociais são gritantes, uma das maiores do mundo (POCHMANN et al, p. 62-63), é preciso falar também da pobreza como privação às mínimas condições de existência.

O Banco Mundial é um dos organismos que adota uma linha universal de pobreza para comparar a realidade de diferentes países do mundo, definida como US\$75/mês ou, como mais habitualmente se usa US\$1 ou US\$2 *per capita*/dia. Rocha

(2006, p. 18) diz que “essas comparações desconsideram as especificidades culturais e de desenvolvimento de cada país, além de esbarrarem em questões metodológicas”.

Temos então, aqui, concepções que se prendem, necessariamente, ao aspecto da materialidade da pobreza. A questão que precisa de uma resposta é se somente através deste aspecto é possível entender o drama da pobreza humana em uma sociedade capitalista, de consumo e de consumidores. Nesse sentido, a partir destas indagações é preciso desvelar e compreender as outras faces da pobreza. A face material, em função de sua primazia nos estudos da pobreza, tem sido suficientemente abordada, com métodos cada vez mais sofisticados, mas que para entender a pobreza como um todo ela ainda é insuficiente. Assim, precisamos avançar no sentido de estudar e compreender a pobreza também pela sua face imaterial, a partir de aspectos subjetivos e outros fatores que são talvez mais determinantes para caracterizar a condição de pobreza de extensas massas humanas.

3.4. A pobreza à luz dos dois circuitos da economia urbana: dimensão econômica e espacial.

O geógrafo Milton Santos, em uma abordagem inovadora sobre a economia das cidades, elaborou a teoria dos dois circuitos da economia urbana, na qual preconiza a existência de dois subsistemas intrinsecamente ligados. Em princípio, a teoria foi pensada para abordar as especificidades sociais, econômicas dos países do mundo subdesenvolvido, de modo que em suas primeiras formulações o geógrafo afirma que se tratava de um fenômeno exclusivo da realidade desses países. No entanto, posteriormente, passa a considerar sua existência não só nos países pobres, mas também naqueles de economia desenvolvida, muito em função de uma pobreza que se tornava estrutural, definindo dialeticamente dois circuitos econômicos. A teoria está presente em várias de suas obras como, por exemplo, em “*Pobreza Urbana*” (1978) e “*Economia Espacial*” (2007), mas é amplamente elaborada na obra o “*O espaço dividido*” (2004), e mais recentemente aprimorada por Silveira (“*Crises e paradoxos da cidade Contemporânea*”, 2007). As referências, as linguagens, os conceitos presentes na teoria dos dois circuitos, para Sposito (1999), antecipa fenômenos como a globalização, a mundialização e as especificidades locais.

Para pensar sobre a teoria dos dois circuitos econômicos da economia urbana, estamos nos baseando essencialmente nos geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira. Além desses dois autores é possível encontrar elementos para discussão em

Sposito (1982, 1983). No entanto, apesar da importância que entendemos ter a teoria dos dois circuitos, poucos trabalhos foram desenvolvidos, ao menos no Brasil, para discuti-la. No ano de 1999, em artigo publicado no Caderno Prudentino de Geografia, Sposito afirma:

é necessário também refletir sobre a repercussão da teoria no pensamento geográfico e o exercício para sua compreensão e superação. Além do estudo anteriormente citado¹³, não tivemos conhecimento de nenhum outro que procurasse debater/aplicar a teoria dos dois circuitos da economia urbana, embora isso possa ter acontecido em algum momento. Mesmo assim, a impressão que fica é que a teoria, produzida a partir de uma realidade, não fora a ela aplicada pelos geógrafos do terceiro mundo (no Brasil, pelo menos), procurando elaborar contribuições para sua discussão. (SPOSITO, 1999, p. 49).

O autor conclui seu artigo afirmando que a teoria foi mais esquecida que debatida, foi mais abandonada que superada, dada a ausência de uma ampla discussão sobre ela (SPOSITO, 1999, p. 50).

Apesar da lacuna que ficou desde a década de 70, quando a teoria foi elaborada, até o final dos anos 90, a geógrafa Maria Laura Silveira é que recentemente tem se empenhado na discussão da teoria elaborada por Santos.

Não é objetivo do presente trabalho a discussão aprofundada do funcionamento dos mercados e da economia das cidades dos países do terceiro mundo, mas, sobretudo, as implicações advindas dos processos econômicos da articulação entre os dois circuitos, mais especificamente, os seus impactos na realidade social urbana. Vale lembrar que a teoria foi elaborada para pensar, sobretudo, a dimensão econômica da cidade e, por conseguinte, seus resultados perversos no seio da sociedade, assim como as implicações espaciais. Silveira tem buscado trabalhar de uma maneira mais aprimorada as implicações sociais resultantes das articulações entre os circuitos, o que nos permite reforçar a idéia de uma pobreza estrutural, globalizada e excludente.

Em primeira instância, pode-se dizer, a teoria dos dois circuitos significou uma alternativa às abordagens estanques de três setores distintos da economia, como o próprio autor anuncia na obra *“Por uma nova geografia”* (1978), contribuindo de maneira importante, também, para com a economia. Na obra *“O espaço dividido”*,

¹³ O autor está se referindo ao seu próprio trabalho, quando analisou a luz da teoria dos dois circuitos da economia urbana, duas pequenas cidades do Estado de São Paulo, Pirapozinho e Álvares Machado em 1982.

Santos aponta para os problemas inerentes a uma leitura estanque da cidade. Para ele, a cidade é um sistema que congrega dois subsistemas intrinsecamente ligados, que mantêm estreitas relações entre si. Em outras palavras, os dois circuitos são vazos comunicantes de um mesmo sistema (SILVEIRA, 2007, p. 5).

Um primeiro subsistema é o circuito superior, no qual podem ser consideradas as grandes empresas que detêm grande capital e emprego de alta tecnologia, dito de outra maneira é o responsável pelo comando da economia. Para Santos (1978, p. 39) o circuito superior inclui bancos, comércio de exportação e importação, indústria urbana moderna, comércio e serviços modernos. Para Silveira (2007), mais recentemente, os sistemas financeiros e organizacionais são variáveis determinantes para se entender o circuito superior da economia urbana.

O segundo subsistema em questão está ligado às formas mais populares de atividades econômicas. Trata-se do circuito inferior que, para Santos, não pode ser confundido com circuito informal ou algo que o valha, ainda que as atividades informais dele sejam participantes. Este circuito, por sua vez inclui diferentes tipos de pequeno comércio, e da produção de bens manufaturados de capital não intensivo e uma ampla gama de serviços não-modernos. Para Silveira:

o circuito inferior caracteriza-se pela fabricação e comércio em pequenas quantidades, pela utilização de capitais reduzidos e por um leque de situações de emprego – acordos pessoais entre patrão e empregado, trabalho autônomo, trabalho familiar, pequenas empresas. São atividades de pequena dimensão, como o pequeno comércio varejista e, inclusive, ambulante, diversas formas de artesanato e de reparação e conserto, alguns transportes, prestação de serviços banais, ou mesmo a agricultura intra-urbana, presente em algumas cidades. (SILVEIRA, 2007, p.9-10).

A autora completa, e Santos já havia afirmado isso, que não se trata de setor tradicional, por que é um produto indireto da modernização, de modo que está em constante mutação e adaptação, e uma parte de seu abastecimento tem origem no circuito superior, do qual depende.

É importante destacar que não há um circuito intermediário, como se poderia supor. O que ocorre é que atividades do tipo misto se ligam funcionalmente e fazem a ligação entre os dois circuitos, como acontece com os setores de atacado e de transporte (SANTOS, 2004, p. 48).

Levando em conta essas assertivas, vale a pena reforçar a idéia de que, para Santos (1978, p. 37), um circuito não funciona separado do outro, eles se condicionam mutuamente, ainda que o circuito superior predomine sobre o circuito inferior. Nas palavras do próprio autor:

quando nos referimos aos subsistemas como circuitos, estamos aludindo às relações criadas dentro de cada um deles. No circuito inferior elas resultam em grande parte das relações mantidas com o circuito superior, do qual dependem. McGee interpretou corretamente a denominação que escolhemos: o termo circuito “demonstra melhor o fluxo interno entre os dois subsistemas. Esse modelo reconhece os dois subsistemas como parte de uma estrutura urbana global e, contudo, admite que é formado de partes inter-relacionadas” (McGEE, 1973). (SANTOS, 1978, p. 37, grifos nossos).

É justamente por sua característica de interdependência que não há circuito intermediário. O que ocorre é uma relação dialética entre os dois subsistemas que caracterizam as cidades do mundo atual.

De modo geral, teríamos três características distintivas dos dois circuitos da economia urbana: primeiro, o volume de capital envolvido, e isso inclui as grandes finanças e a intensa tecnologia; segundo, a escala geográfica a que está integrado cada circuito; e terceiro, a população a que ele mais se vincula.

Em tempos de globalização, a sobrevivência de uma empresa depende largamente das suas possibilidades de acumulação de capital e de emprego constante das inovações tecnológicas (Silveira fala da busca pela diferenciação). As últimas décadas presenciaram de forma bastante intensa a adoção de alta tecnologia por parte das empresas ligadas ao circuito superior da economia, e isso resultou, sobremaneira, na eliminação de inúmeros postos de trabalho, relegando ao empobrecimento amplas camadas da população.

No Brasil, isto esteve muito presente, principalmente, a partir dos anos 90, como resultado de uma ampla abertura da economia nacional ao comércio internacional, o que veio ocasionar intensa reestruturação produtiva (MATTOSO, 2001), exigindo adequação às novas regras do jogo, sob a pena de falência caso a empresa não tenha tecnologia nem capital para isso. Singer, já havia destacado muito antes esse processo de reestruturação produtiva, quando falava do “emprego gerando desemprego” (SINGER, 1970, p. 70-71), ou seja, o emprego tecnológico desapropriando contingentes de trabalhadores do seu trabalho. Ainda completa afirmando que, nos moldes como a

sociedade está organizada, se é ruim ser explorado pelo capitalismo, é pior não ser explorado por ele. Silveira, mais uma vez aponta que se trata da corrida pela inovação que, ao modificar as relações existentes, reforça as desigualdades. Neste momento, é possível perceber com mais clareza, as intrínsecas relações entre os dois circuitos. Não se trata de uma simples relação horizontal, mas de uma relação de subordinação e dependência. Por conseguinte, o circuito inferior é resultado indireto dos processos de modernização ocorridos no circuito superior (SANTOS, 2004).

Nesse contexto, surgem os nexos perversos da articulação entre os dois circuitos. O processo de inovação tecnológico está amplamente amparado pelos grandes avanços da ciência moderna, a qual tem sido intensamente empregada nos modelos econômicos contemporâneos, assim como num suposto modelo de sociedade. Os resultados perversos, advindos desse fator tornado fundamental, tem sido o responsável pela geração de uma pobreza estrutural e globalizada, como nos afirma Santos (2008) e Silveira (2007). Ou seja, o emprego de alta tecnologia no processo produtivo, embasado nos avanços científicos, reforça a pobreza, as desigualdades, uma vez que exclui do processo produtivo amplos contingentes de mão-de-obra que, por sua vez, geram novos nexos de subordinação.

Assim, a pobreza não é mais aquela pobreza gerada localmente e intersticialmente, em alguns períodos do ano. Não se trata mais da pobreza marginal (ou marginalidade), nem de uma pobreza incluída, mas de uma pobreza estrutural, portanto, excludente, agora tida como inevitável frente ao modelo econômico vigente. Apesar de ser um fenômeno que acontece em níveis hierárquicos superiores, imposto a partir de uma ordem distante, os efeitos perversos dessa articulação entre circuito superior e circuito inferior, são sentidos localmente. Para Silveira (2006, p. 88) “o mundo só se realiza nos lugares, pois a história se constrói nos lugares”, e por esta razão as perversidades geradas são percebidas onde a história acontece. Assim, o circuito superior, apesar de se realizar localmente ele possui determinantes oriundos de uma ordem distante (acontecer hierárquico), enquanto que o circuito inferior, ao mesmo tempo em que é resultado direto das articulações de subordinação com o circuito superior, está mais integrado às realidades locais (acontecer complementar). Enquanto que ao circuito superior estão ligadas as classes mais ricas, o circuito inferior é reduzido dos pobres. Uma premissa, já postulada por Santos e reafirmada por Silveira mais recentemente, é a de que todas as classes podem consumir fora do circuito ao qual estão mais ligadas, ainda que seja apenas ocasionalmente e parcialmente.

Para Silveira, em função dessas profundas implicações entre os dois circuitos, não se pode entender a pobreza mais enquanto resultado do atraso, ou então definir os pobres pelas suas dificuldades de acesso ao consumo. A isso se deve a banalização do crédito, profundamente impulsionada pelos efeitos da propaganda (SANTOS, 2008; SILVEIRA, 2007), que permite que o pobre tenha acesso aos objetos técnicos mais modernos. Para Silveira é uma nova forma de violência que se instala no território. Sobre esses aspectos a autora afirma que “nos dias de hoje a pobreza parece resultar não apenas da exclusão da modernidade contemporânea, mas, sobretudo, da presença desta” (SILVEIRA, 2007, p. 4).

Assim, não se pode entender a produção e reprodução da pobreza urbana sem pensar as complexas articulações entre os dois circuitos. A banalização do crédito e, por conseguinte, a banalização de objetos técnicos modernos, agora acessíveis aos pobres, tende a assumir novas formas de subordinação e dependência. É o caso, por exemplo, do acesso ao já citado sistema de crédito, assim como das telecomunicações. Para a camada mais pobre da sociedade, os aparelhos de telefonia celular, apesar da posse, têm o seu uso evitado em função do alto custo das ligações. Os objetos técnicos modernos, além de serem uma nova forma de subordinação dessas camadas, são também usados diferencialmente se comparado com os usos das classes sociais mais ricas. Apesar de um pobre não ter um poder aquisitivo tão grande para fazer uso intensivo dessas tecnologias, assim como de outras variáveis modernas, juntos os pobres consomem e tornam a demanda coletiva interessante para as empresas ligadas ao circuito superior. Ao mesmo tempo em que surgem novos objetos técnicos, novas atividades são criadas no circuito inferior como, por exemplo, a atividade de consertos. Assim, para além do acesso, é preciso pensar em acessos desiguais. Ainda assim, ao olharmos para a cidade, notaremos que a maior parte dos objetos técnicos modernos, ligados ao circuito superior, está desigualmente distribuída pela cidade.

Constata-se maior densidade de fixos em áreas privilegiadas da cidade, enquanto que nas áreas mais pobres e periféricas ainda persistem imensos vazios. O nível de renda e a distribuição territorial da população ligada aos dois circuitos estão profundamente interligados. Nestes termos, a pobreza não pode hoje ser entendida como falta ou dificuldade de acesso aos bens da modernidade, uma vez que isto se constituiria em uma meia verdade. Com a propaganda e a banalização do crédito, os pobres é que tornam o comércio de bens e objetos de baixo e médio valor interessante, pois juntos

eles consomem e tornam a demanda coletiva interessante (SILVEIRA, 2007), como já dissemos anteriormente.

Poderíamos, num primeiro momento, considerar o setor imobiliário como integrante do circuito superior da economia urbana, uma vez que os produtos oferecidos por ele têm um preço bastante elevado por unidade e, além disso, é bastante seletivo. Ele determina, sobremaneira, via mercado, onde os pobres irão morar e, por conseguinte, onde os ricos poderão fixar residência. Têm acesso aos melhores espaços, às melhores localizações, aqueles que podem pagar por ela. E muitas vezes não é somente em função da exclusividade (a busca pela diferenciação que gera status social) e do custo do imóvel, mas também pela alocação dos serviços e infra-estrutura públicos. Ou seja, o mercado de terras ganha cada vez mais espaço e se incha também em função daquilo que é público, coletivo, relegando os pobres aos piores espaços. Daí vem a afirmação de Santos (2008), para o qual, aos ricos e poderosos se reservam os melhores pedaços do território, deixando aquilo que é resto para os pobres. Essa articulação do poder público com os grupos econômicos imobiliários tende a reforçar as dificuldades da população pobre, reforçando desigualdades sociais e a exclusão social (VIEIRA, 2005).

Analisando o caso das cidades paulistas, Sposito (2004) afirma que o mercado imobiliário foi o que mais cresceu e se diversificou nos últimos 30 anos, de modo que tem um papel fundamental na configuração das dinâmicas sócio-espaciais das cidades, tornando-as um grande negócio (SPOSITO, 2004, p. 294). Assim, agrega-se à essa necessidade basilar da vida urbana – o direito de morar – um valor de diferenciação social, uma vez que é através do poder de compra que se consegue os melhores lugares da cidade (SPOSITO, 2004, 317). Nestes termos, Santos (2007) aponta que o homem tem seu valor definido em função do lugar em que mora. São lugares de rarefações, para tomar as palavras de Silveira (2007), nos quais falta de tudo, desde o dispensável até o imprescindível, mas falta, sobretudo, acesso a uma vida digna.

As escolhas locacionais, determinadas na articulação entre as ações do poder público e as do mercado imobiliário, podem também ser analisadas à luz dos dois circuitos da economia urbana, quando um setor moderno, influente, com grande capital, tende a influenciar, numa relação de dominação e subordinação, as economias pobres, dentre as quais se destacam a autoconstrução e os acordos familiares, bastante presente nas áreas mais precárias da cidade. Não é demais falar que grande parte da mão-de-obra

empregada no setor imobiliário é a população de baixo rendimento, mais ligada ao circuito inferior da economia.

Bens que são públicos, direitos que são básicos e universais, são usurpados da maioria social, muitas vezes usado contra essa mesma maioria, para atender às necessidades do mercado de terras urbanas. No dizer de Santos:

Direitos inalienáveis do homem são, também, entre outros, a educação, a saúde, a moradia, o lazer. Prover o indivíduo dessas condições indispensáveis a uma vida sadia é um dever da sociedade e um direito do indivíduo.

Esses bens públicos, por definição, em nosso caso, não o são realmente. Para a maioria da população são bens públicos a se obter privadamente; não são um dever social, mas um bem de mercado. Por isso mesmo, os pobres carecem de saúde, de educação, de moradia e lazer. (SANTOS, 2007, p. 124).

O que temos hoje é uma cidade corporativa, como aponta Santos, dirigido pela lógica do dinheiro, em favor do mercado e em detrimento do cidadão. Esta mesma cidade, produtora de inúmeras iniquidades sociais e territoriais, não é conformada somente pelo mercado, como também com o apoio do próprio Estado (SANTOS, 2007, p. 62-63).

Indo para além de uma teoria econômica para explicar a pobreza de vastas massas humanas, a exemplo do que é possível se ler em “*O espaço dividido*”, Santos aponta para a dimensão política, como forma de compreender a situação social urbana. Nesse sentido, esboça-se uma cidadania frágil, um cidadão incompleto, ao invés do cidadão um consumidor insatisfeito. Face á essas constatações é preciso ir além da dimensão econômica e valorizar a dimensão política da pobreza.

3.5. A face política da pobreza

De início, evocamos aqui a idéia de Milton Santos, na sua obra “*Pobreza urbana*”, para o qual, mais importante do que medir a pobreza é compreendê-la. Sendo assim, para compreendê-la é preciso olhar para ela não apenas na sua dimensão econométrica¹⁴, mas a partir de todas as esferas da vida social. Não queremos com isso afirmar que não é importante a medição da pobreza, pois por ela conseguimos perceber as amplas desigualdades existentes entre os homens e entre as sociedades.

¹⁴ Expressão usada por Pedro Demo na sua obra “Pobreza da pobreza”.

Em função de ser um fenômeno social, a pobreza tem um caráter multidimensional e não apenas de insuficiência de renda como muitos podem crer. Além desse caráter, que evoca para nós a noção de complexidade, inerente às relações sociais, a pobreza também varia no tempo e no espaço, pois sendo a sociedade dinâmica, os seus valores tendem sempre à mudança. Neste sentido, permanecer apenas apoiado em análises estritamente relacionadas ao estabelecimento de padrões e linhas de rendimento pode nos levar a uma noção incompleta e deformada desse fenômeno social. Afirmamos, assim, a necessidade de buscar a compreensão da pobreza como um todo, visando entendê-la na sua completude.

Tomando essas premissas como ponto de partida, queremos nos apoiar nas idéias de Pedro Demo para levar em consideração outros aspectos da pobreza que freqüentemente são deixados de lado, ou então tratados apenas superficialmente. Não raro, nos próprios trabalhos, teses e dissertações defendidas pelo grupo de pesquisa CEMESPP, nos contentamos em evocar a idéia da compreensão geral da pobreza como privação ou como insuficiência de recursos. Queremos aqui dar um salto qualitativo na compreensão desse fenômeno social muito presente na realidade social brasileira.

Demo, em diversas de suas obras, propõe uma análise da pobreza pouco costumeira entre os cientistas sociais. Trata-se da face política da pobreza. Para o autor “a pobreza não significa apenas não ter, mas ser impedido de ter e, sobretudo, de ser” (DEMO, 2004, p. 38). A noção de “ser” evocada pelo autor alude à idéia de uma sociedade capaz de produzir história própria, de ação organizada na defesa dos direitos sociais, que são sumariamente negados, mesmo quando são garantidos pela legislação. Desde há muito tempo, diz Demo, a pobreza tem sido associada apenas à sua dimensão objetiva, desconsiderando outros aspectos igualmente relevantes, talvez mais importantes, pois trazem implícitos os embates entre as classes, que são definidores da realidade social. De modo geral, antes do aspecto objetivo da pobreza é preciso levar em conta a politicidade da questão. Para Demo (2004) a politicidade pode ser entendida como:

...esta habilidade de se constituir sujeito, de negar-se a ser objeto de meras pressões, e de conquistar margens cada vez maiores de autonomia, conhecimento é por isso, sempre intromissão e nisso fenômeno intrinsecamente político. Entende-se por politicidade a habilidade humana de saber e intervir, no sentido crescente de adquirir níveis de autonomia individual ou coletiva, que permitam conduzir à história. (DEMO, 2004, p. 30)

Esta politicidade implica, portanto, nas capacidades de auto-organização e defesa dos direitos a uma vida digna em sociedade. Se a sociedade, em especial os pobres, não tem força política nem representatividade social, então se torna bastante vulnerável às políticas e estratégias das elites econômicas e políticas. De modo geral, esse é o quadro predominante na sociedade brasileira.

Face à inexistência de dados mais abrangentes sobre a politicidade nas cidades médias – o nosso recorte analítico territorial – para tomá-los como ponto de partida, é preciso lançar alguns indicativos gerais, tomando exemplos das realidades metropolitanas. De início, estamos considerando, que por se tratar de realidades bastante cosmopolitas, onde há uma convergência de diferentes, os ativismos políticos e sociais se dão de maneira mais intensa.

Vários trabalhos que tentaram analisar minimamente entidades associativas em cidades médias notaram importante influência advinda das áreas metropolitanas. Verificamos isso na cidade de Presidente Prudente onde as associações de moradores surgiram, sobretudo, nos final dos anos 1970, adotando como modelo as associações do Rio de Janeiro e de São Paulo (MARTINUCI, 2006). Um caso mais específico ainda dessa influência pode ser encontrado no trabalho de Pedon (2005) para o caso de Araçatuba. O autor menciona que um dos principais líderes comunitários advinha da capital paulista, auxiliando na fundação das primeiras associações. O surgimento de associações de bairro é concomitante ao processo de movimentação social emergido nas metrópoles, circunscritas, portanto, em um mesmo processo.

Dois autores que trabalharam com os dados a respeito da face política da pobreza foram Schwartzman (2004) e Demo (2001), nas obras “As causas da pobreza” e “Cidadania pequena”, respectivamente. Ambos analisaram os dados referentes à PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 1988, referente às Grandes Regiões, e a PME (Pesquisa Mensal de Empregos) de 1996, realizada nas seis principais metrópoles brasileiras.

Referindo-se em primeira instância apenas às análises quantitativas, Demo afirma na introdução de sua obra:

Continua muito pequena nossa cidadania organizada, razão pela qual mantenho título *Cidadania Pequena*, ainda que se possam observar alguns avanços, indiscutivelmente. Tivemos nesse período fatos positivos, como a mobilização em torno da Constituição de 1988, o impedimento do presidente Collor, o movimento popular em torno do combate à fome liderado por Betinho, no Governo

Itamar Franco, e atualmente a presença emblemática do movimento Sem-Terra (MST), para arrolar apenas algumas ondas de maior vulto (GOHN, 2000). Os números, entretanto, apontam na direção contrária, ainda que os dois levantamentos não possam ser diretamente comparados. (DEMO, 2000, p. 1-2).

Tabela 1. Pessoas de 18 anos ou mais de idade, filiadas a sindicatos ou associações de empregados. Grandes Regiões (1988) e Seis RMs (1996) (%)

Brasil	17,6	RMs (Total)	16,7
Sul	23,4	Porto Alegre	21,58
Sudeste	17,3	São Paulo	18,11
Norte	15,0	Belo Horizonte	16,34
Nordeste	14,8	Recife	15,08
Centro-Oeste	16,8	Rio de Janeiro	15,08
		Salvador	14,90

Fonte: IBGE, PNAD 1988 (Suplemento); PME 1996 (Suplemento).

Ao comentar os dados das duas pesquisas, Demo (2000, p. 2) esperava que em se tratando de Regiões Metropolitanas as cifras fossem mais elevadas, pois segundo ele o associativismo tem melhor desempenho em níveis mais elevados de escolaridade e urbanização. Nota-se, ao analisar os dados das pesquisas, que a Região Sul do Brasil, o que inclui a capital gaúcha, foi a que teve melhor desempenho. Aliás, a Região Sul do Brasil tem se destacado no que concerne às atividades de organização social e política. Isso também fica bastante evidente quando analisamos o caso do MST.

Ainda, em se tratando de associativismo o quadro não é muito diferente.

Tabela 2. Pessoas de 18 anos ou mais de idade, filiadas à partidos políticos ou associações comunitárias. Grandes Regiões (1988) e Seis RMs (1996) (%).

Brasil	16,80	RMs (Total)	10,80
Sul	33,20	Porto Alegre	20,32
Centro-Oeste	16,00	São Paulo	11,13
Sudeste	15,80	Belo Horizonte	10,78
Norte	10,90	Rio de Janeiro	9,05
Nordeste	9,60	Recife	8,29
		Salvador	6,94

Fonte: IBGE, PNAD 1988 (Suplemento); PME 1996 (Suplemento).

A situação evidenciada em relação à filiação em partidos políticos e associações comunitárias também não muda muito se comparada aos dados da Tabela 1, com uma grande vantagem para a Região Sul do Brasil, onde as características associativistas e sócio-políticas são mais marcantes. Ainda assim, para Demo, o quadro é desolador, pois essa representatividade e engajamento social deveriam abranger a população como um todo, e não ficarem restritas a apenas uma parcela da população. É mais problemático

ainda saber que esse poder político, ganho através de uma forte característica associativa, está também em função dos rendimentos e da educação, ou seja, a politicidade é diretamente proporcional a essas variáveis, que ainda está restrita a uma pequena parcela da população. Os grupos sociais menos educados e com os menores rendimentos faz parte da população que também menos goza de representatividade política, assim como nos mostra Schwartzman (2004, p. 65-66). Abaixo vemos a estreita correlação existente entre renda, educação e envolvimento sócio-político (Tabela 3 e Tabela 4).

Tabela 3. Pessoas de 18 anos ou mais por grupos de ano de estudo, segundo atividades em que participaram (%)

Participação em Atividades	Anos de Estudo				
	Total	Sem Instrução e <4 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 anos ou mais
Alguma participação	16,98	11,09	15,37	18,37	21,97
Listas ou abaixo-assinados	10,37	6,67	9,58	11,68	13,01
Manifestações de protesto	1,83	0,73	1,08	2,18	3,22
Trabalho voluntário para associações	3,40	1,89	2,57	3,38	5,38
Reuniões de grupos locais	4,01	3,04	3,73	4,00	4,98
Greves	2,10	0,89	1,46	1,88	3,77
Nenhuma participação	69,46	72,61	71,83	69,14	64,83
Ignorado	13,56	16,30	12,80	12,49	13,20
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: PME, 1996

Organizador: Schwartzman, 2004

Tabela 4. Pessoas de 18 anos ou mais filiadas às associações comunitárias, segundo classes de rendimento mensal. (%)

Faixa de Rendimento	Participação em órgão comunitários
Sem rendimento	10,22
Ignorado	10,25
Até ½ salário mínimo	7,65
Mais de ½ sm a 1 sm	8,4
Mais de 1 sm a 2 sm	8,48
Mais de 2 sm a 4 sm	9,56
Mais de 4 sm a 6 sm	10,14
Mais de 6 sm a 10 sm	11,94
Mais de 10 sm a 16 sm	14,36
Mais de 16 sm a 20 sm	15,68
Mais de 20 sm a 30 sm	16,42
Mais de 30 sm a 50 sm	16,59
Mais de 50 sm	26,23

Fonte: PME, 1996

Organizador: Schwartzman, 2004

Não é nossa pretensão fazer, neste trabalho, uma relação direta entre as duas pesquisas realizadas, que retratam períodos diferentes e recortes espaciais igualmente distintos, até porque, *a priori*, não é esse o nosso objetivo. Como dissemos a princípio, não queremos medir, mas sim compreender, ainda que esta não exclua aquela. O que queremos mostrar ao expor esses dados é a forma precária e pobre como a sociedade está organizada politicamente.

Os dados nos dão um panorama geral a partir dos quais é possível tirar algumas considerações preliminares, tendo em vista que já mostra, em parte, a precariedade da participação social e política no Brasil. Demo (2001) tenta ir mais além, apontando que é preciso ver além das medições das quantidades (que já não são suficientemente significativas) e buscar a compreensão a partir da qualidade do engajamento em atividades associativas e políticas. Assim, o mesmo autor diz que, do ponto de vista da qualidade, as mobilizações sociais também têm desempenho sofrível, tendo em vista os tipos de inserção e as formas de cooptação dos movimentos e das associações cidadãos.

A configuração precária da situação sócio-política nas metrópoles nos leva a pensar que no interior do Brasil a questão pode ser ainda mais problemática. Demo, ao se referir ao fato de que as pesquisas deixaram de fora o interior do país, supõe que em áreas não metropolitanas o quadro político seja bastante pobre, partindo da hipótese de que o nível educacional e o de urbanização ajudam a alavancar o associativismo (DEMO, 2001, p. 9).

Demo aponta que vivemos atualmente uma *democracia de fachada*, pois não há cidadania organizada, de modo que nossa sociedade tem se constituído em massa de manobra na mão das elites econômicas e políticas. O autor aponta em sua obra que os principais responsáveis por essa situação são, sobretudo, a má-qualidade da educação e a informação como mercadoria. Essas duas variáveis estão estritamente ligadas ao conhecimento, mas enquanto a primeira forma deficitariamente e a segunda mais desinforma do que informa (DEMO, 2001, p. 101), a habilidade de manejar o conhecimento com autonomia, fica comprometida e, por conseguinte, a qualidade política da sociedade.

Vivemos em condições nas quais a economia prepondera sobre a vida social, ao mesmo tempo em que produz pobreza e desigualdade. Se por um lado nós temos essas condições sociais, por outro, temos as elites políticas, que ao distribuir “coisas pobres para pobres”, se configura como poder competente, pois essas “coisas pobres para pobres” se transvestem de conquista popular, e a possibilidade de uma sociedade

politicamente organizada se afasta. As associações cidadãos, freqüentemente sofrem esse tipo de cooptação.

Por fim, a palavra de ordem para Demo (2001) parece ser “*controle democrático*”, um controle que se estenderia ao Estado e ao mercado. Esta é a questão chave para se passar de uma democracia de fachada, nos moldes hoje de uma democracia representativa, para uma democracia participativa, na qual se focalizam os interesses sociais. O controle democrático do mercado também redundaria em suplantando os imperativos que este impõe sobre o social. Quanto ao Estado, tomando Gramsci como base, aponta que sua qualidade não está em si mesmo, mas na capacidade que a sociedade tem em controlá-lo democraticamente. Sobre o controle democrático, afirma o autor:

Capacidade da população de manter sobre seu controle o Estado e o mercado, de tal sorte que prevaleça o bem comum. Manter o Estado a serviço da sociedade, mantendo-o como “genuíno serviço público”. (DEMO, 2001, p. 13)

Considerando-se que este mecanismo de controle ainda é muito precário, o autor conclui que não há democracia de fato no Brasil. Ele não é o único a fazer tal afirmação, ao passo que podemos encontrar discurso semelhante em Souza (2006), quando aponta os males e inconvenientes de uma democracia representativa, defendendo uma democracia participativa, na qual a sociedade tem voz e vez nas decisões que interessam ao coletivo. Outro nesta mesma linha de raciocínio está Santos (2007), para o qual no Brasil não existe cidadãos de fato, há sim o não-cidadão ou, na melhor das hipóteses, o consumidor mais-que-perfeito. Desta forma, Santos fazendo uma articulação entre espaço e cidadania aponta que temos hoje um espaço sem cidadãos, de um lado por que temos grandes contingentes populacionais que não têm acesso aos direitos sociais mais básicos, de outro, por que aqueles que têm acesso a esses direitos, sobremaneira a classe média, não querem direitos e sim privilégios, pois a ela é garantido aquilo que os pobres não têm acesso. Direitos, quando não são garantidos a todos, se constituem em privilégios para uns em detrimento de outros.

Portanto, não havendo cidadãos, não há democracia de fato. Ser cidadão não é simplesmente ter a possibilidade de votar apenas uma vez a cada dois anos. É, antes, poder intervir a todo o momento nos rumos da sociedade e nas decisões que sobre ela importam.

De modo geral, vemos que a pobreza não é apenas um estado de privação, de insuficiência de recursos, não-acesso aos direitos sociais básicos. É, também, uma questão de privação de voz, de poder, de influência, por fim, de pobreza política. Certamente, é difícil apontar qual dimensão da pobreza é mais importante, no entanto, a dimensão política tem um peso relevante na sua configuração, e ainda hoje o tratamento a ela dispensado tem ficado aquém das suas possibilidades de análise, especialmente entre nós geógrafos.

Assim, estamos defendendo aqui a pobreza não apenas como estado de privação, mas como um complexo fenômeno social que têm múltiplas dimensões, devendo ser estudado como resultado de um complexo jogo de forças existentes na sociedade. Em síntese, temos aqui três dimensões que são importantes e devem ser articuladas: a dimensão econômica, a dimensão social, e a dimensão espacial, mais precisamente territorial. A discussão destas dimensões da pobreza tem sido desenvolvida por meios da análise dos processos excludentes. Afinal como já apontamos na obra de Milton Santos, o período atual exige a compreensão da nova configuração da pobreza urbana, que apresenta como caráter estrutural a exclusão. É por causa disto que a seguir daremos atenção especial á esta questão.

4. A EXCLUSÃO SOCIAL E O MAPEAMENTO DA POBREZA URBANA

4.1. Do conceito de exclusão social

A exclusão social é um tema recente na agenda de pesquisa das ciências sociais. Em função disso, ela é objeto de intensos debates e controvérsias, pois ainda pode ser designada como um conceito em construção. No entanto, apesar de ter assumido uma preocupação conceitual muito recente no meio acadêmico, o fenômeno em si não é recente, estando presente há bastante tempo na história da humanidade. Na Grécia Antiga, por exemplo, tomada sempre como exemplo de democracia, apesar da existência de pessoas com diferentes graus de direitos, como mencionam Guimarães et al (2002), não se gerou maiores preocupações.

O tema aqui em debate surge primeiro no seio da própria sociedade e, posteriormente, passa a integrar as políticas sociais (LEVITAS, 2000; COSTA, 2000). A incorporação do termo ao debate acadêmico se deu em função de sua popularização, o que exigiu um esforço de conceitualização. Apesar dos avanços teóricos alcançados, ainda não se consolidou, nem mesmo alçou unanimidade.

O conceito de exclusão social adotado e discutido hoje no Brasil tem origem francesa. Tanto Wanderley (2002) quanto Escorel (1999) atribuem a René Lenoir o primado do uso do conceito no final da década de 1970, ainda que não tenha sido alvo de ampla elaboração teórica. Lenoir era um alto funcionário do governo como secretário da ação social. A sua obra, “*Les exclus*”, de 1974, foi amplamente criticada pela esquerda, haja vista que suas teses emanavam do pensamento liberal. Ainda assim, ele tem o mérito de trazer a questão da exclusão social para o debate, passando sua concepção da dimensão do indivíduo para a esfera social. Para Lenoir a origem do fenômeno deveria ser buscada no funcionamento das sociedades modernas, como o rápido e desordenado processo de urbanização, a inadaptação e uniformização do sistema escolar, o desenraizamento causado pela mobilidade profissional, as desigualdades de renda e de acesso aos serviços.

O conceito passa a ser adotado e discutido no Brasil a partir da identificação de uma nova questão social, mais precisamente, uma questão social com heranças históricas de exclusão acrescida de novos elementos. Escorel (1999) revela que:

Na visão da maioria dos autores [...], há também no Brasil uma nova problemática social correspondente a uma conjuntura contemporânea

inédita, que está por merecer uma conceituação própria. No entanto, as análises tendem a considerar a emergência do fenômeno como expressão de um processo com raízes históricas ancestrais na sociedade brasileira, ao longo do qual ocorreram situações de exclusão que deixaram marcas profundas em nossa sociabilidade – como a escravidão. Alguns autores consideram que a partir dessa marca estrutural a sociedade apresentou, nos diversos períodos históricos, faces diferenciadas, expressões de processos sociais presididos por uma mesma lógica econômica e/ou de cidadania excludente (p. 70-71).

Buarque (1993), ao sugerir que há um fenômeno novo ligado às heranças históricas no Brasil, sugere a necessidade de um novo conceito, o de “*apartação*” (fazendo referência ao *Apartheid* da África do Sul). Esse fenômeno novo é, ainda, parte integrante de um processo, a última fase de uma série de opções históricas que, dando maior importância à modernidade técnica, despreza os objetivos sociais. Para ele, a fabricação do que denomina de apartação social se iniciou em 1930, se define a partir de problemas estruturais, como a concentração da propriedade da terra, ênfase nas exportações e estruturação de economia cartorial, aos quais se somavam problemas de conjuntura, como o endividamento externo, quando o Brasil iniciou sua transição para a democracia política.

Essa série de problemas estruturais, associada às questões conjunturais, não permitiu no Brasil a universalização da cidadania e, por conseguinte, muito menos dos direitos sociais. Assim, temos um amplo processo social que para Telles (1992) promove uma cidadania restrita, ou seja, exclusão de participação da cidadania plena. Assim, para Escorel (1999), há uma mudança objetiva e subjetiva da questão social, que introduziu, para melhor ser compreendida, a categoria de exclusão social.

Para Escorel (1999),

a clivagem econômica, política e social demarcada nesse processo histórico de exclusão foi constituída, na década de 80, pela transição do regime político e pelos ciclos econômicos recessivos que aceleraram o processo e aumentaram a visibilidade da ‘questão social’. Na década de 90, e não antes, surgiram os sinais evidentes de uma piora das condições de vida. (p. 71)

A visibilidade do processo de acirramento dessa nova questão social se dá com a presença marcante da população de rua e da violência urbana, evidenciadas, sobretudo, no trabalho de Nascimento (1993).

Escorel (1999) menciona que a nova questão social está caracterizada pelo crescimento da violência urbana e pela mudança do perfil de pobreza: há um deslocamento espacial, ou seja, ela passa a se concentrar nas cidades, sobretudo nas áreas periféricas das grandes cidades, e um deslocamento social, na medida em que a pobreza invade setores do mundo do trabalho, até então em mobilidade ascendente.

Os trabalhos de Milton Santos também se desenvolvem nesse sentido, uma vez que o desenvolvimento do que ele chama de uma cidade corporativa e capitalista, determina o valor das pessoas, o seu lugar econômico e social, em função do território, do lugar em que vive. Nesse sentido, o lugar importa como dimensão da vida social, como dimensão simbólica da sociedade capitalista. Estar bem situado espacialmente, significa, em larga medida, estar bem situado socialmente. Na cidade desigual, desigualmente estruturada, os melhores lugares são destinados à classe que detém mais alto poder aquisitivo, enquanto que a população carente abre, forçadamente, as fronteiras para a especulação imobiliária urbana, sendo obrigada a se estabelecer em lugares distantes da malha urbana densa da cidade, precariamente estruturados. Nesse sentido, se estabelecem as desigualdades espaciais, e até mesmo exclusão de certos territórios urbanos, fechados à população pobre.

Ermínia Maricato, também discorre sobre as questões de produção da moradia na cidade de São Paulo, demonstrando as dificuldades na conquista da cidadania pelo paulistano, dando destaque às questões espaciais como a produção da casa (autoconstrução), o uso do solo na cidade capitalista e a renda da terra (VERAS, p. 31).

Veras (2002) nos afirma que:

nos anos 80 [...] chama-se a atenção para a questão da democracia, da segregação urbana (efeitos perversos da legislação urbanística), a importância do território para a cidadania, a falência das ditas políticas sociais, os movimentos sociais, as lutas sociais. Em especial, discute-se a questão espacial, o território, a cidadania. (p. 31).

Ao verificar os autores que fizeram diversos estudos a partir dessa época, veremos a compreensão geral de que a exclusão na cidade se revela como exclusão dos benefícios urbanos. Em certo sentido isso pode ser percebido a partir do uso do território, quer dizer, em como estão alocados os serviços e as infra-estruturas urbanas, a que classe social se destina cada pedaço da cidade, quem determina essas configurações, onde estão os equipamentos privados e públicos e, por fim, como cada classe social faz

uso de cada parcela do território. Ainda que territórios de uso comum se sobreponham, é preciso saber quais os usos são feitos por cada classe, uma vez que o lugar social pode definir o tipo de apropriação desses espaços sobrepostos. Nesse sentido, em um *shopping center*, uma parcela será os proprietários, outra os consumidores e outra os trabalhadores nas suas mais diversas ocupações.

É preciso afirmar a importância do conceito de exclusão social, ainda que em construção no meio acadêmico, para abarcar uma série de dimensões que imprimem complexidade à análise do mundo contemporâneo. O mundo confuso, e confusamente percebido, como aponta Milton Santos, pode ser mais bem compreendido a partir do conceito de exclusão social, por abordar as múltiplas dimensões que envolvem a existência humana e, certamente, a geografia ainda tem muito a contribuir com isso.

A dimensão espacial se torna mais evidente na discussão sobre a exclusão social, principalmente a partir da construção do mapa de exclusão social proposto por Aldaíza Sposati (1997) para o caso de São Paulo, reforçando também sua dimensão empírica. Neste trabalho a autora procurou reforçar o caráter relacional e multidimensional da exclusão social, ao mesmo tempo em que sugere diferentes possibilidades de abordagem conceitual, apontando para suas definições e o modo de recortá-las empiricamente. Nessa oportunidade, tomamos a liberdade de apontar essas diferentes abordagens a partir da leitura que o grupo de pesquisa CEMESPP fez da obra de Sposati (1997), em um de seus artigos:

- a) Exclusão estrutural: deve-se a seletividade do mercado, gerando contínua desigualdade, estando, pois, associado a um modelo de desenvolvimento excludente;
- b) Exclusão absoluta: relacionada à condição de pobreza absoluta, tomada como privação, no seu sentido material e imaterial;
- c) Exclusão relativa: acomete a população com os mais baixos níveis de acesso e apropriação da riqueza social;
- d) Exclusão da possibilidade de diferenciação: decorre do grau de normalização e enquadramento que as regras de convívio estabelecem entre os grupos de uma sociedade, não efetivando os direitos de uma minoria: por opção sexual, religiosa, por etnia, de gênero, e necessidade especiais.
- e) Exclusão de representação: grau pelo qual a democracia de uma sociedade possibilita tornar presentes e públicas, as necessidades, interesses e opiniões dos vários segmentos, especialmente na relação Estado-Sociedade.

f) Exclusão Integrativa: a exclusão como forma precária e perversa de inclusão, tomando como referência a lógica de acumulação capitalista, assim como postula Martins (1997, 2002).

A exclusão social também é vista sob a forma de não-acesso aos direitos socialmente conquistados, o que nos faz passar pelos mecanismos que asseguram o seu usufruto. Schwartzman (2004) agrupa sob a concepção de direitos, várias dimensões da vida social em dois canais de acesso. Um primeiro se trataria dos canais clássicos de acesso à cidadania, dentre os quais o autor distingue aqueles que pertencem tipicamente à esfera do Estado e aqueles que pertencem à esfera da sociedade. A primeira incluiria os sistemas públicos de educação e saúde, o aparato da justiça, o sistema de seguridade social e a regulamentação de acesso ao mercado de trabalho. Na segunda está a representação político-partidária, os sindicatos, as igrejas e as associações culturais e recreativas.

O segundo canal de acesso, para Schwartzman (2004), compreende as novas formas de acesso ou inclusão, que ele considera como concebidas com o propósito de preencher as lacunas e corrigir os vícios das formas clássicas. Nesse ponto, o autor salienta os mecanismos de participação e controle, tais como o orçamento participativo e os conselhos municipais na esfera da autoridade. Na área da sociedade civil, por sua vez, incluem-se os diversos programas implementados por ONGs (Organizações Não-Governamentais) e organizações filantrópicas e os movimentos sociais.

Inclusa nessa concepção de acesso aos direitos, seja pela via tradicional, garantidos pelo Estado, seja pela luta por esses direitos, não efetivamente garantidos, que se dá no âmbito da sociedade civil, estão inseridas várias dimensões da vida humana. O não acesso a esses direitos e a não representatividade política para garantir que eles sejam garantidos, constituem-se clara manifestação da exclusão social, traduzindo-se em não participação plena da vida social, por conseguinte, uma cidadania mutilada.

Importa reforçar aqui, que mais do que estados de exclusão social, é preciso falar em processos sociais excludentes, pois neles está jogo um contínuo processo de desligamento do tecido social, ou de desvinculações, nos termos apresentados por Robert Castel (1995). Costa (1998), tomando essas trajetórias de desvinculações, prefere falar em exclusões sociais, de modo que paulatinamente os laços sociais vão se rompendo, passando por uma série de situações, que vai desde a perda do emprego até a condição extrema de excluído, traduzida na condição de sem-teto e de morador de rua.

Em todas as conceituações dadas por diversos autores, vemos o entendimento da exclusão social enquanto um fenômeno multidimensional, abarcando não somente as condições materiais da existência humana, mas também as dimensões subjetivas, como a representação política, que talvez seja a mais decisiva de todas as formas de exclusão.

Neste sentido, Demo (2003), já apresentado aqui com suas concepções sobre a dimensão política da pobreza, aponta que uma das elaborações teóricas mais consistentes no Brasil sobre o tema seria a apresentada por Sarah Escorel (1999) no livro “*Vidas ao léu*”. Apesar de não concordar com o uso do conceito de exclusão social (evidenciado no seu livro “*Charme da exclusão*”), advoga essa idéia por constatar no trabalho da autora a importância que ela confere à sua dimensão política.

Em Escorel (1999), podemos ver claramente a exclusão social como um processo de desvinculações que comporta, portanto, múltiplas dimensões, não somente a material, mas a imaterial também, perpassando pelo mundo das representações simbólicas e políticas. A exclusão é assim, processo, trajetória, história de exclusões e desvinculações, é relacional, multidimensional, além de um problema objetivo, subjetivo, também humanitário.

Na construção teórica do conceito de exclusão social, Escorel se baseia fundamentalmente em Robert Castel e Hannah Arendt. As concepções de Castel adotadas por Escorel são aquelas aqui já apontadas, ou seja, das trajetórias de vinculações/desvinculações, enquanto que as de Arendt dizem respeito ao que ela elenca como as três principais dimensões da vida humana. Nas suas palavras “*o conceito de exclusão social foi elaborado a partir dos trabalhos de Arendt, que estuda a condição humana na ‘vita activa’ através de três unidades ordenadas axiológicamente*” (ESCOREL, 1999, p. 74). Arendt parte daquela unidade em que os homens mais se parecem aos animais (o labor, o metabolismo, que corresponde às necessidades inexoráveis e irreprimíveis, cujo produto é a própria vida, a condição de “*animal laborans*”), passa pelo trabalho (a capacidade de fazer, fabricar e produzir que constrói o mundo em que vivemos, a condição de “*homo faber*”), até atingir a atividade que mais distingue os homens como humanos que é a ação (englobando o agir e o falar, constituindo o “*bios politikos*”, a condição de interação entre os homens e a construção de um mundo em comum, a esfera pública).

O leitor poderá perceber como viemos construindo nossas idéias a respeito da pobreza e da exclusão social, buscando reforçar a dimensão política como fundamental nessas questões. Não é por acaso, certamente, que Arendt coloca como a característica

mais importante da vida humana o que ela denomina de “*bios politikos*”. Esta é uma esfera determinante das questões sociais, como tentamos evidenciar aqui.

Baseando-se nessas idéias Escorel constrói sua concepção de exclusão, afirmando:

...considero a exclusão como um processo no qual – no limite – os indivíduos são reduzidos à condição (estado) de ‘*animal laborans*’, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados do exercício das potencialidades da condição humana”. (1999, p. 75)

Escorel, em uma nota de rodapé aponta que apesar de Arendt não usar o termo exclusão, forneceu os elementos nodais para construir a categoria e as dimensões da exclusão social.

No contexto da exclusão, temos então, para Escorel, desvinculações e/ou fragilidades que se processam no ‘*mundo do trabalho*’, na ‘*esfera sócio-familiar*’, na ‘*dimensão política*’, na ‘*dimensão simbólica*’ das representações e na ‘*dimensão cultural*’.

Em última análise, as nossas cidades (considerada pelos gregos o lugar do exercício da política por excelência) estão cada vez mais pobres politicamente, com vastas populações pauperizadas vivendo nas franjas urbanas, excluídas da vida política, sem visibilidade, sem voz e sem vez. Esses processos se dão em especial nas cidades médias, pois os papéis dos atores sociais estão muito indefinidos, ao mesmo tempo em que o poder público é conivente com as práticas segregadoras. Em função disso é que Guimarães et al (2005) consideram as cidades médias como territórios da exclusão, em que o pano de fundo é a questão da representação política, extremamente incipiente nessas realidades.

Por causa da fragilidade dos papéis políticos, temos nas áreas pobres das cidades médias, uma cidadania mutilada, uma não-cidadania (SANTOS, 2007b, p. 24), que reforça a exclusão dessa população aos direitos sociais mais básicos, acesso à infraestrutura e aos serviços. A partir da categoria de território usado, nos amplos sentidos mencionados anteriormente, temos nas cidades vários níveis de cidadanias incompletas pelo acesso desigual ao território e às infra-estruturas.

Nos territórios da inclusão, a renda garante o acesso à representação política e aos direitos garantidos em lei, que por não alcançar toda a sociedade se tornam privilégios, e privilégios de quem tem a favor de si o poder econômico. Nos territórios

da exclusão, para aqueles que não têm a favor de si a renda, representação política é o centro das questões. Para isso, o território usado precisa se tornar “lugar de poder”. O lugar de poder tem sua gênese quando a apropriação intensa do espaço permite conhecer as suas precariedades tornando-se, assim, um espaço de exercício da política, para garantir os direitos já assegurados em lei e que ainda são privilégios de alguns.

Ainda que estejamos propensos a concordar que esse processo não é fácil, até o momento é mais aceitável do que as soluções advindas das práticas econômicas. De fato, não é simples chegar a um ponto de plena “*conscientização*”, como proposto por Paulo Freire (1980, 1988), em que se envolve não somente uma leitura crítica do mundo e de si, mas também “*ação*”. No caminho entre um e outro há uma grande barreira, que o autor denominou de “*bloqueio pulsional*”. Para ele se trata de um momento em que o indivíduo tem medo de perder a felicidade ao se tornar um perseguido pelo sistema que o oprime. Transpassar a barreira do bloqueio pulsional e se fazer ouvir, e se constituir um sujeito político (o *bios politikos*) é o grande desafio.

Agora retomamos o objeto central de nossa pesquisa. De qual cartografia estamos falando, quando o que está em questão é o desafio apontado acima? Na busca pela representação dos processos sociais excludentes, que busca retratar as dinâmicas da sociedade urbana, a cartografia tradicional possui muitas limitações. Não se trata aqui de precisão/imprecisão, tão aclamada pela cartografia topográfica, pois os processos e dinâmicas representados não se tratam de atributos do espaço enquanto substrato físico, senão, das pessoas que estão em constante movimento, definindo e redefinindo os territórios, seus limites, pelas relações sociais e espaciais estabelecidas. Portanto, não se justifica apelos de precisão na representação de fenômenos que dizem respeito às pessoas, pois elas não estão aprisionadas em fronteiras e limites, ainda que uma grande parcela da população tenha dificuldades de mobilidade. Além disso, os próprios limites do espaço físico são apreendidos, percebidos e representados de maneiras diferentes sem, no entanto, perder a sua eficácia.

Queremos reforçar aqui, assim como já o fizemos, que não se trata de menosprezar nem retirar o mérito do importante trabalho de base, a partir do qual outras cartografias podem vir a se desenvolver. Queremos sim, apontar para a necessidade de pensar novas formas de representação que ajudem a compreender o espaço social urbano, que é extremamente fluído e dinâmico por definição.

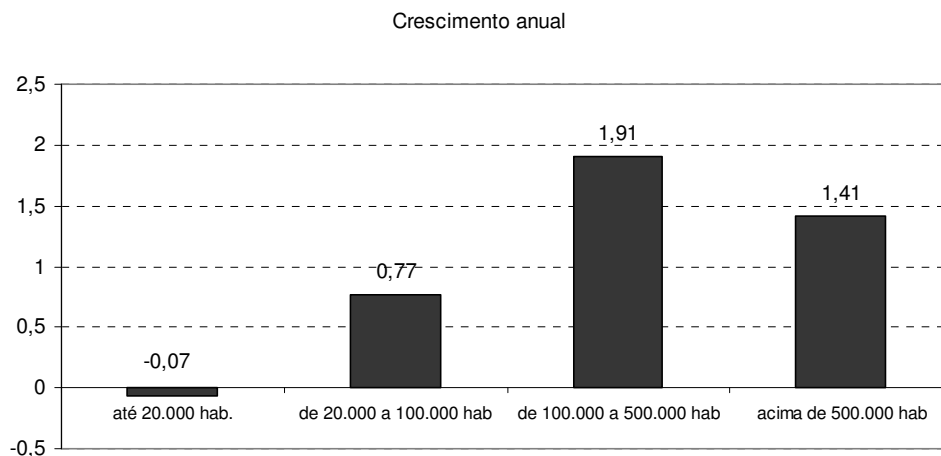
Em função disto, apesar de muito importante, a cartografia de base ou sistemática, é insuficiente, pois se trata de um espaço social que a representação

geométrica não dá conta. A cartografia analítica é um caminho, pois permite correlações. Mas é preciso ir além, buscar novas formas de representação que possibilitem alcançar uma compreensão sintética das questões sociais. Certamente, a teoria da modelização gráfica, ou teoria dos coremas, é um caminho que se desenvolve neste sentido, pois através dela conseguimos resolver uma série de problemas de representação gráfica difíceis ainda na cartografia temática e sistemática. Pensar a exclusão social, identificada como um novo tipo de pobreza, ou uma nova questão social, nos obriga a pensar também novas formas de representação, que nos indicam o caminho a trilhar para construir os nossos discursos e, por que não um dia, uma nova sociedade.

4.2. O Estudo da exclusão social nas cidades médias

As cidades assumem uma importância crescente no cenário da sociedade brasileira. Segundo os dados censitários do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a partir de uma recontagem solicitada pelo Ministério das Cidades, o Brasil tem, aproximadamente, 78% de sua população residindo em núcleos urbanos. Maricato e Tanaka (2006, p. 18) afirmam um fato novo no processo de urbanização brasileiro: a partir dos anos 90 as cidades de porte médio¹⁵ crescem mais do que as metrópoles (Gráfico 1).

Gráfico 1. Taxa média de crescimento anual dos municípios por tamanho da população (1991-2000).



Fonte: MARICATO, E; TANAKA, G; 2006
Organizado pelo autor

¹⁵ As autoras estabelecem um recorte de 100 e 500 mil habitantes para definir o que é uma cidade de porte médio.

Apesar desta importante constatação ainda é verdade a assertiva de que a maioria dos estudos e teorias que são produzidas está assentada sobre as grandes cidades e as metrópoles brasileiras. Os estudos sobre as cidades de porte médio estão tomando corpo, mas mesmo assim é preciso avançar mais. Para além das realidades das cidades de porte médio há que se considerar também, as denominadas cidades médias, que exigem um esforço de teorização ainda maior, pois não se trata apenas de estabelecer uma faixa por tamanho populacional, mas, sobretudo, colocá-las em função de sua importância regional e na rede de cidades. Isso nos leva à compreensão de que nem todas as cidades de porte médio são cidades médias. As formulações a respeito das cidades de porte médio têm sido trabalhadas especialmente no âmbito dos estudos do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), enquanto que as discussões em torno das cidades médias assumem importância com os trabalhos de Sposito (2001, 2004) e Soares (1999). É importante mencionar que este trabalho não tem como um de seus méritos a realização de uma discussão em torno deste debate, ainda que, com base nos trabalhos acima mencionados, estejamos estabelecendo com recorte espacial cidades consideradas pelas autoras como cidades médias.

Levando-se em consideração as funções desempenhadas pelas cidades médias no âmbito da rede urbana brasileira, os efeitos da globalização também se fazem sentir sobre elas de maneira importante. São efeitos que impactam não somente a economia da cidade, mas também política e a sociedade. Sobre esta última são marcantes os impactos perversos, pois ao lado das mudanças econômicas também vêm a pobreza, a exclusão, novos padrões de sociedade que muitos camadas urbanas não têm condições de acompanhar, ou mais ainda essas condições lhes são tiradas impositivamente. Para o êxito pretendido pela globalização a rede urbana é essencial, e a cidade média, como nó dessa rede urbana, desempenha papel fundamental.

O grupo de pesquisa CEMESPP (Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão para Políticas Públicas) tem se empenhado de modo insistente nos estudos sobre a realidade social de cidades médias do interior paulista. Num primeiro momento, Presidente Prudente, cidade com cerca de 190.000 habitantes, com importantes papéis econômicos desempenhados na região em que se insere, foi intensamente estudada. Em função do grande número de trabalhos desenvolvidos sobre ela, se converteu em uma das cidades mais estudadas do Brasil. O grupo de pesquisa, composto por pesquisadores

de várias áreas do conhecimento¹⁶, permitiu um olhar multidimensional sobre esta cidade. No ano de 2003, com um projeto de Políticas Públicas aprovado pela FAPESP (Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo), o grupo se consolida, realizando um segundo grande mapeamento sobre a inclusão/exclusão social, considerando várias outras importantes cidades médias do Estado de São Paulo. A partir de então, várias outras pesquisas começam a se desenvolver no intuito de estudar mais a fundo essas cidades médias, mais especificamente a pobreza e a exclusão social.

A cartografia esteve desde o início presente nas atividades do grupo de pesquisa, ainda que não fosse discutida teoricamente, ao menos como ferramenta de representação territorial e de espacialização dos indicadores. Ao ver trabalhos de outros pesquisadores, de áreas que não a da Geografia, percebemos a importância crescente que a cartografia assumiu como ferramenta para pensar a sociedade e o território, assim como elaborar, implementar e avaliar as políticas públicas. É o caso do trabalho de Sposati (1997) desenvolvido para a cidade de São Paulo, e dos vários trabalhos de Pochmann et al (2002, 2003, 2004a, 2004b). Mais do que isso é verificar o número crescente de empresas de consultoria, ONGs (Organizações Não-Governamentais) e Governos, Federal, Estadual e Municipal, fazendo uso da geoinformação. Trata-se, portanto, de um poderoso instrumental para convencer e para embasar o discurso e os gastos públicos. Assim, a linguagem dos mapas, constitui ferramenta essencial para um discurso eficiente, de eventos que se passam no território.

Levando-se em conta as potencialidades da cartografia num sentido mais restrito, e as representações gráficas num sentido mais amplo, aliado à exigüidade de discussões do grupo de pesquisa essas questões, este trabalho se dá no sentido de avançar no entendimento do processo de mapeamento gráfico e cartográfico. Nossa intenção aqui, é aplicar formas de representação que dê conta da complexidade dos processos sociais intra-urbano, mais especificamente aqueles relacionados à pobreza e à exclusão social. Nesse sentido, entender as formas de representação cartográfica e buscar novas formas de representação gráfica que lance luz às iniquidades urbanas, constitui caminho importante para construir um discurso geográfico competente que esteja diretamente comprometido com a realidade social das classes sociais menos favorecidas. Ao mesmo tempo em que se esboça uma “*gráfica*” dos processos de exclusão social, queremos minorar os usos perversos que podem vir a ser feitos dela.

¹⁶ Geografia, Pedagogia, História, Economia, Sociologia, Estatística, Ecologia, Fisioterapia, Educação Física.

Apontamos isso em função da constatação de que um mapa de exclusão social, nos termos de uma cartografia tradicional, em que constem setores de exclusão e setores de inclusão social, pode ser usado tanto para evidenciar as desigualdades existentes na cidade, quanto reforçá-las por meio da valorização imobiliária de áreas ditas incluídas.

De modo geral, apresentamos aqui três preocupações:

1) necessidade de discutir e avançar nas formas de representação hoje adotadas para mapeamento da exclusão social nas cidades médias;

2) necessidade de desenvolver formas de representação que consiga captar com mais eficiência os complexos processos sociais intra-urbanos;

3) encontrar nessas formas de representação maior comprometimento com as camadas mais pobres, buscando iluminar os processos de exclusão social e ao mesmo tempo afastar as possibilidades de uso elitista dos produtos gráficos.

Neste momento se revela valiosa o uso da teoria dos coremas ou da modelização gráfica proposta por Roger Brunet, a partir da qual propomos nesse trabalho uma abordagem coremática dos processos sociais intra-urbanos.

4.3. Processos sociais intra-urbanos.

Importa, num primeiro momento, reafirmar nossa busca pelo fortalecimento de uma coremática dos processos intra-urbanos, haja vista que a maioria dos estudos que fazem uso do método estão voltados para a análise regional, além de serem os que têm maior visibilidade. Isto, aliado às nossas dificuldades iniciais de representação dos processos sociais que ocorrem nas cidades, fez-nos buscar formas de expressar a pobreza e a exclusão sociais muito pouco usuais, especialmente no Brasil, no que diz respeito à análise da realidade intra-urbana, em específico, das suas áreas mais carentes.

Antes de partir para análise dos dados das cidades tomadas como exemplo para essa pesquisa, é preciso retomar aqui e discorrer um pouco mais sobre a escala intra-urbana e os seus complexos processos sócio-territoriais, já mencionados em capítulos anteriores.

Certamente, a modelização gráfica, aplicada à realidade intra-urbana, pode revelar uma série de processos amplamente discutidos no âmbito da geografia urbana. Esses processos, revelados em estruturas espaciais elementares, podem ser esclarecedores de como se dão a produção e a reprodução das cidades. Processos e conceitos como os de *fragmentação urbana*, *segmentação* e *segregação sócio-espacial*,

certamente podem ter uma expressão gráfica, evidenciando-os de uma maneira mais clara.

Vários autores têm atentado para essas dinâmicas presentes nas cidades brasileiras. Estão também de maneira muito forte nas cidades médias do interior do país, como é o caso de Presidente Prudente e São José do Rio Preto, cidades médias paulistas. A fragmentação do tecido urbano e a conseqüente segregação sócio-espacial, são questões já trabalhadas e desenvolvidas em várias teses e dissertações na Unesp de Presidente Prudente. Exemplos disso são os trabalhos de Marisco (2003), Vieira (2003) e Miño (2005), assim como de Guimarães, Vieira e Nunes (2005).

Sposito (1983, p. 203) aponta que duas condições foram essenciais para o desencadeamento de um amplo processo de segregação urbana que se desenvolveu na cidade média de Presidente Prudente. Segundo a autora, a partir da década de 1970 chega ao poder as denominadas “administrações empresariais”, as quais implantam duas políticas principais com grandes impactos no espaço urbano: o aumento do perímetro urbano e o aumento dos impostos territoriais. Nota-se aqui o papel fundamental desenvolvido pelo poder público no processo de gestão de iniquidades territoriais no âmbito da cidade. Esta relação está bem explicitada nos trabalhos de Marisco (2003) e Guimarães, Vieira e Nunes (2005), para os quais o poder público é um ator fundamental no processo de segregação sócio-espacial e, conseqüentemente, de acirramento dos processos de exclusão, em especial no que tange a sua dimensão territorial. Marisco (2005), por sua vez, procura deixar claro em seu trabalho as estreitas relações entre a exclusão social e a segregação sócio-espacial.

Essas duas políticas adotadas a partir da década de 1970, como apontado acima, tornaram-se fundamentais para o processo de fragmentação urbana. A respeito dos seus impactos Sobarzo afirma que:

o aumento do perímetro urbano foi fundamental para a materialização de uma política habitacional orientada para a implantação de loteamentos populares periféricos em áreas descontínuas ao núcleo compacto da cidade, mal equipadas e sem a provisão de serviços urbanos necessários. (MIÑO, 2004, p. 46)

Face aos loteamentos estabelecidos em áreas mais periféricas do perímetro urbano, agora mais extenso, houve então a constituição de inúmeros vazios urbanos, gerando a denominada especulação imobiliária, como aponta Miño (2004), com conseqüente valorização dessas áreas. Por sua vez, o aumento dos impostos territoriais

provocou realocação de parte da população que não conseguia pagar os novos tributos, tendo que sair dos bairros nos quais habitava para outros mais baratos e periféricos (SPOSITO, 1983).

Sintetizando sua análise, Miño (2004, p. 46) diz que “essas ações contribuíram para acentuar a diferenciação social no espaço urbano de Presidente Prudente e aumentar a segregação sócio-espacial da cidade”. Para o autor, a fragmentação urbana, especialmente em cidades médias, é um processo ainda em curso, diversamente do que acontece na metrópole e, por esta razão, prefere falar em segmentação.

O mapeamento da exclusão/inclusão social de Presidente Prudente, feito pelo SIMESPP (Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social de Presidente Prudente), atual CEMESPP (Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas), mostrou claramente a forte presença de padrões nítidos de segregação e exclusão social no tecido urbano desta cidade, com clara diferenciação entre espaços de inclusão e exclusão social, ou ainda, entre territórios da cidade reservados às parcelas da população de maior poder aquisitivo e às de menor poder aquisitivo (MARISCO, 2003, p. 24).

Depreende-se de tudo isso que há estreitas relações entre a exclusão social e a segregação urbana. Além disso, os processos envolvidos nessa complexa dinâmica são, sobretudo, alimentados pela atuação do poder público. O artigo de Guimarães, Vieira e Nunes (2005) evidencia as íntimas relações existentes entre os diversos atores do setor imobiliário e do poder público, geradoras de acirrados processos de exclusão social, assim como de segregação sócio-espacial.

Para Sposito (1976, p. 74), o acirramento da segregação significa o distanciamento entre ricos e pobres, em espaços de forte homogeneidade social, que leva ao rompimento da comunicação entre as pessoas, da circulação entre os subespaços, do diálogo entre as diferenças. Aos pobres, certamente, estão destinados os piores pedaços do espaço urbano, agentes passivos no processo de especulação imobiliária, freqüentemente sem voz e força política nas cidades médias. Uma das questões mais marcantes nas cidades médias diz respeito à fragilidade dos sujeitos sociais, uma vez que quase sempre não há contraponto às vontades das elites políticas e econômicas dessas cidades, que freqüentemente se confundem.

Sendo assim, a descontinuidade do tecido espacial intra-urbano, a fragmentação urbana em processo, ou a segmentação urbana e, por conseguinte, a segregação sócio-espacial como uma das dimensões da exclusão social, podem ser eficientemente

representadas por uma coremática intra-urbana que evidencie esses complexos processos sociais e espaciais da cidade.

Resumidamente, procuramos apreender a escala intra-urbana, seus processos, dinâmicas e estruturas, através de uma análise coremática que passa, necessariamente, por uma cartografia mais tradicional.

4.4. Do questionário e das cidades pesquisadas.

O primeiro passo da aplicação do método coremático se deu com a elaboração de um questionário objetivo (ver a seguir) que contemplasse as condições socio-políticas locais e a mobilidade populacional, com o qual foi possível elaborar vários mapas de apropriação do território da cidade a partir das áreas pobres, para as mais diferentes finalidades ou necessidade cotidianas. O questionário contempla, basicamente, cinco itens: 1) quadro familiar; 2) envolvimento sócio-político; 3) mobilidade; 4) situação econômica do chefe de família e 5) avaliação referente aos serviços presentes no bairro, ou sua inexistência.

Para a aplicação dos questionários e o levantamento dessas informações foi necessário definir os procedimentos. Assim, tomamos como referência a obra de Gerardi e Silva, *“Quantificação em Geografia”* para a definição da amostra. Vale ressaltar que o nosso foco de atenção é aqui somente as áreas de alta exclusão social para a aplicação dos questionários. Para tanto, tomamos como referência o *“Atlas da exclusão social do interior paulista”* (2004) produzido pelo CEMESPP. As cidades aqui selecionadas como base empírica são, por conseguinte, São Jose do Rio Preto e Presidente Prudente (figura 7). A escolha dessas cidades se deu em função, primeiro, do mapeamento da exclusão social feita pelo grupo de pesquisa CEMESPP e, segundo, por haver já estudos focalizados, realizados em nível de mestrado e doutorado, facilitando acesso á dados e informações.

QUESTIONÁRIO

Setor Censitário: _____ Nº do questionário: _____

Endereço: _____

I) Quadro Familiar

Nome	Posição na família	Quanto tempo mora em P. Pte? (meses)	Quanto tempo mora no bairro? (meses)

II) Participa de alguma organização, associação, movimentos, ou igreja etc?

Nome da inst/organ/mov/igreja	Qual é o Endereço?	O que vai fazer?	Quantas vezes vai por semana?

III) MOBILIDADE

Para que sai do bairro?

	Vai de quê?	Onde? Endereço
Trabalhar	()ap ()b ()p ()ol ()te	
fazer compras	()ap ()b ()p ()ol ()te	
Serviços bancários	()ap ()b ()p ()ol ()te	
Serviços de saúde	()ap ()b ()p ()ol ()te	
Estudar	()ap ()b ()p ()ol ()te	
Diversão/lazer	()ap ()b ()p ()ol ()te	
Igreja	()ap ()b ()p ()ol ()te	
Outros	()ap ()b ()p ()ol ()te	

Legenda: ap – automóvel próprio; b – bicicleta; p - a pé; ol - ônibus de linha; te - transporte da empresa.

IV) SITUAÇÃO ECONÔMICA () Empregado Registrado () Empregado Sem Registro

() Aposentado () Encostado () Desempregado () Autônomo

Profissão _____

V) SERVIÇOS

a) Os serviços existentes em seu bairro são suficientes para atender a população?

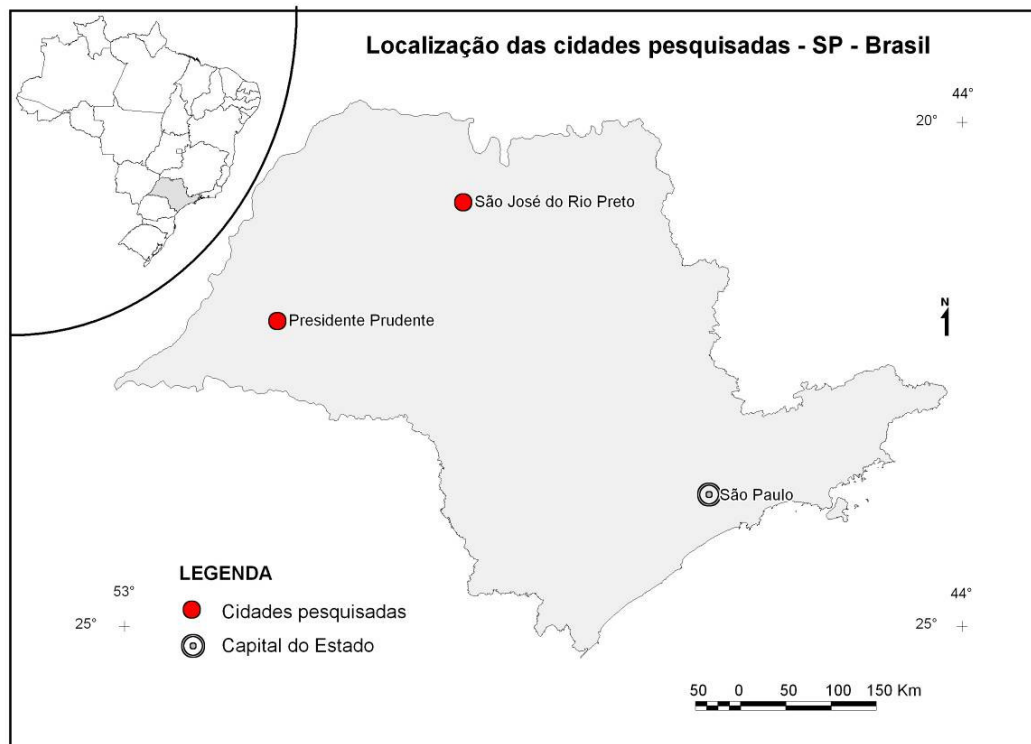
() sim () não

b) Caso a resposta seja não, o que falta? () Creche

() segurança () escola () emprego () área de lazer

() Posto de saúde () outros Especificar _____

Mapa 1



Fonte: Autor
Elaboração: 2008

Tomando como base a quantidade de domicílios existentes nos setores censitários, considerados de alta exclusão social, definimos a amostra, a qual pode ser visualizada na tabela seguinte.

Tabela 5 – Definição da Amostra

Cidade	População (2000)	Setores de exclusão	Quantidade de domicílios nos setores de exclusão	Amostra (numero de domicílios)
S. Jose do Rio Preto	357.862	17	5.669	367
Pres. Prudente	189.104	7	1.970	320
Total		24	7.639	687

Fonte: IBGE, Censo 2000; CEMESPP, 2004.
Organizado pelo autor

A primeira cidade objeto de uma abordagem coremática foi Presidente Prudente, onde, através do mapeamento dos fluxos e apropriação do território, foi possível

estabelecer estruturas elementares do espaço intra-urbano. Para tanto, trabalhando o conjunto dos dados coletados em articulação com os processos de produção do espaço urbano e, por conseguinte, a conformação de sua morfologia, a combinação das estruturas elementares permitiu chegar a um modelo coremático.

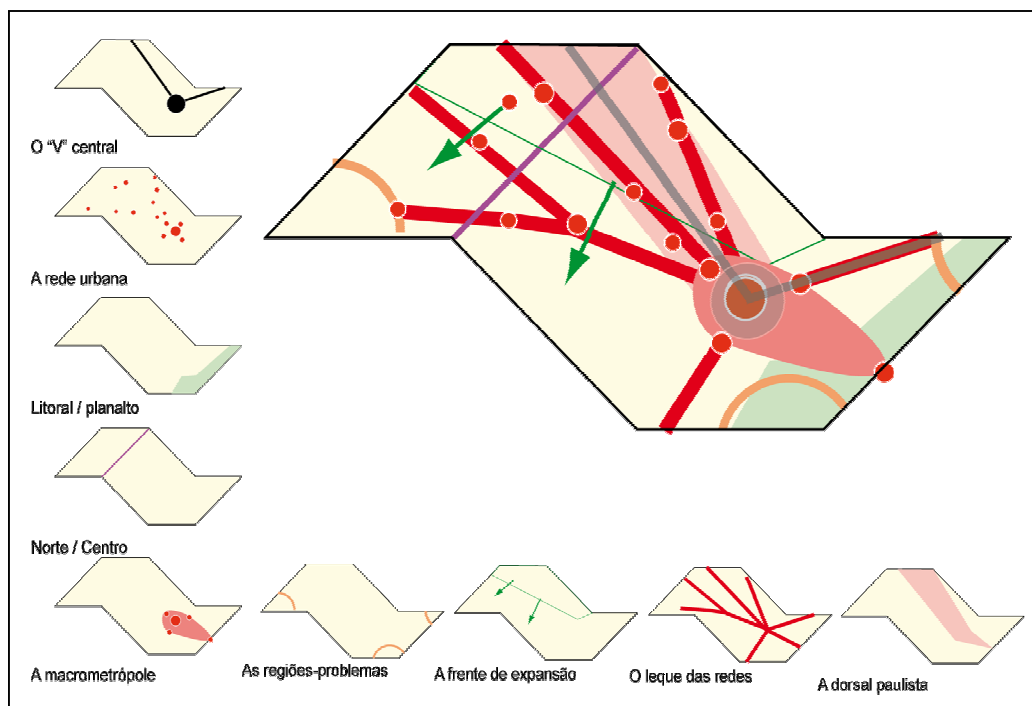
Vamos iniciar a demonstração do processo de modelização com a cidade de Presidente Prudente, pois os diversos estudos realizados sobre essa cidade no âmbito dos grupos de pesquisa da Unesp de Presidente Prudente, permitem-nos tratá-la com mais propriedade. Mais adiante, tomando São José do Rio Preto como exemplo, buscaremos propor estruturas elementares e um modelo coremático que possam ser comparados com Presidente Prudente e, em seguida, alçar algumas estruturas elementares dos processos sócio-espaciais intra-urbanos como significativos para a realidade das cidades médias.

5. ANÁLISE COREMÁTICA INTRA-URBANA

5.1. O caso de Presidente Prudente

A cidade de Presidente Prudente está localizada no interior do estado de São Paulo, na sua Região Oeste. Dentre todas as regiões ela se insere na região que sofre com menor intensidade a influência da capital paulista, segundo nos indica os dados da pesquisa do IBGE sobre as “*regiões de influência das cidades 1993*” (IBGE, 2000), adequadamente tratados, posteriormente, por Hervé Théry em sua obra “*Atlas do Brasil*”. Assim, apesar de não ter uma dinâmica econômica tão intensa quanto outros centros regionais do Estado, tem uma influência regional bem mais expressiva em virtude desse distanciamento em relação à metrópole paulista. Mesmo assim, deparamo-nos com um centro regional inserido em uma área das mais pobres do Estado, que Théry (2007) definiu como “*regiões problema*” (Figura 8).

Figura 8 – Modelo do Estado de São Paulo



Fonte: Théry, 2006

Ao observar o modelo, notamos que uma das suas estruturas trata das regiões mais pobres do Estado. Uma delas é a Região do Vale do Paraíba, onde estão as chamadas “*cidades mortas*”, outra a Região do Vale do Ribeira e, por fim, a Região do Oeste Paulista, onde está se insere Presidente Prudente. Apesar de importante centro regional, tem sérios problemas sociais, não somente em cidades de sua área de

influência, como também no âmbito intra-urbano. Presidente Prudente, atualmente, tem uma população de aproximadamente 190 mil habitantes, a cidade mais populosa da região.

Na escala intra-urbana, em Presidente Prudente, assim como acontece em outras cidades de porte médio, o tecido urbano possui uma série de discontinuidades. O mapa seguinte nos mostra as mais importantes delas.

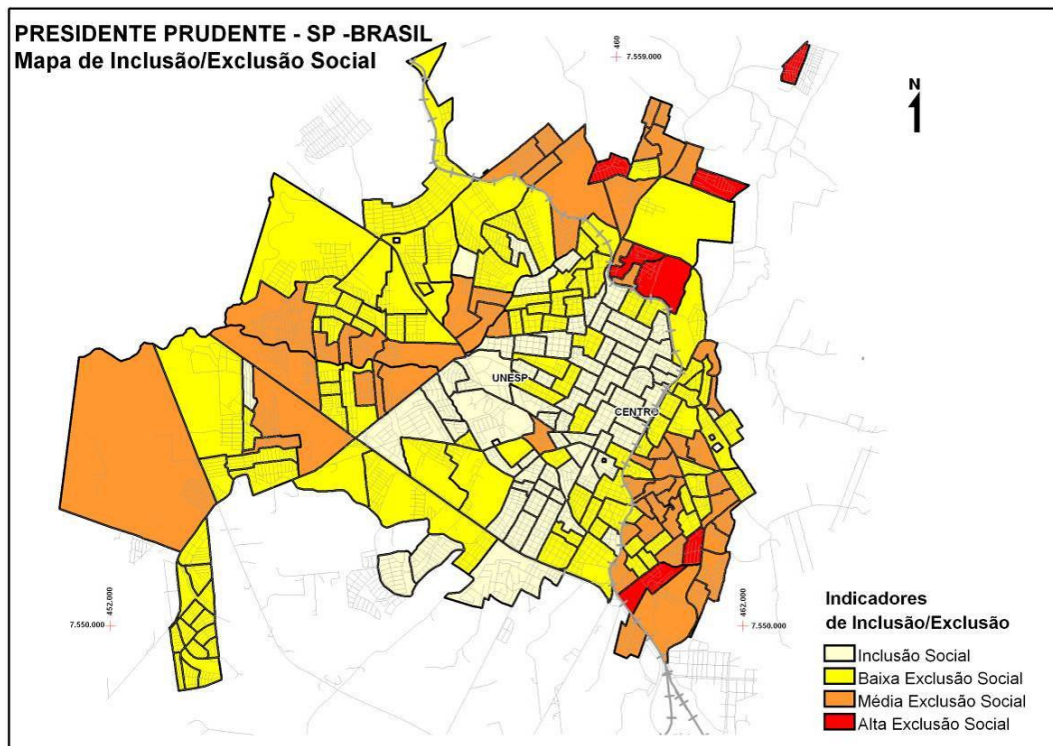
Mapa 2



A população residente nas áreas pobres passa por processos precários de inserção na cidade como um todo, dada a dificuldade de acesso aos transportes urbanos, ampliada, sobretudo, pelas discontinuidades do tecido espacial urbano, implicando grandes distâncias a serem percorridas para satisfazer as necessidades cotidianas de produção e reprodução da vida.

No mapa 2 podemos observar que há duas principais descontinuidades do tecido urbano da cidade de Presidente Prudente. Os bairros que se localizam além desses vazios urbanos, têm situações bastante distintas de inserção no urbano. Para confirmar isto que estamos dizendo vejamos o mapa seguinte elaborado pelo grupo de pesquisa CEMESPP:

Mapa 3



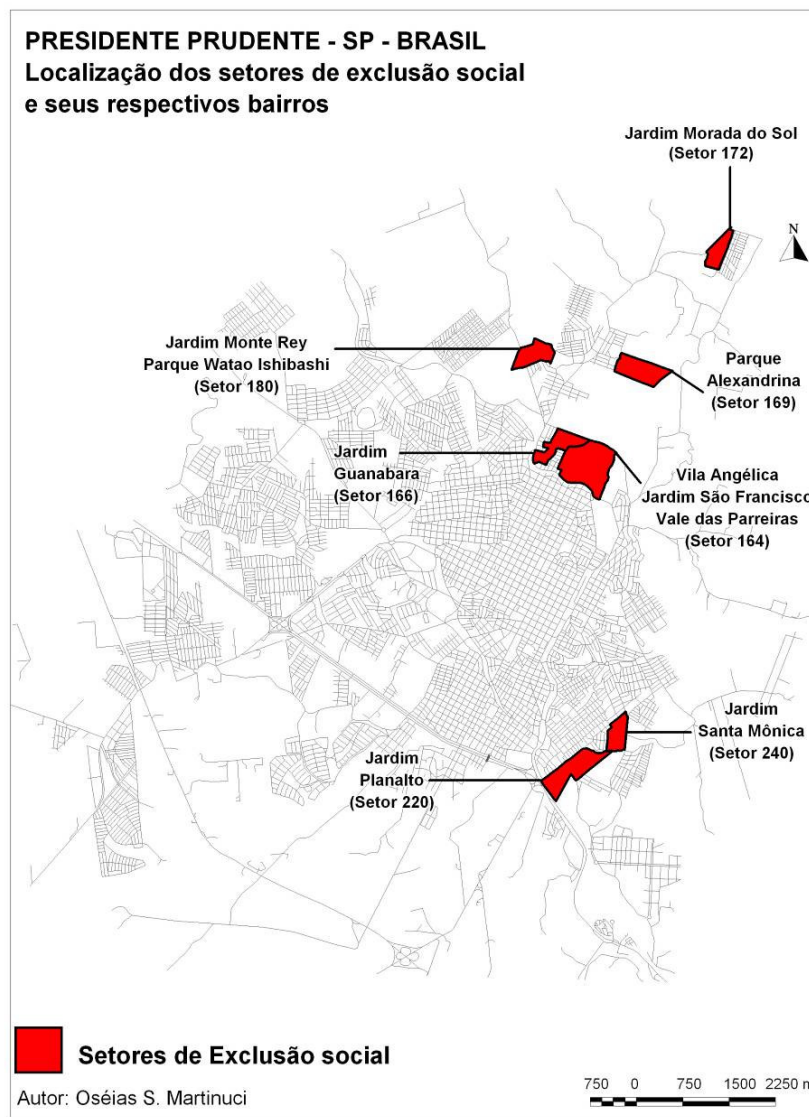
Fonte: CEMESPP, 2004
Adaptação: Autor

Através do mapeamento foi possível, então, identificar sete setores censitários considerados como sendo de maior exclusão social, todos eles localizados, de forma geral, à leste da Ferrovia que cruza a cidade de sul a norte. Identificadas essas áreas, empreendemos diversos trabalhos de campo para conhecer de forma mais precisa as características da população ali residente, buscando compreender o grau de inserção política, de organização social dos moradores, de abastecimento de serviços e infraestrutura e de mobilidade.

Como podemos verificar no mapa, na porção nordeste há um setor censitário (o setor 172) considerado de alta exclusão social. O bairro ali localizado, o Jardim Morada do Sol, compõe vários dos piores índices sócio-econômicos da cidade. A população

local é fortemente caracterizada pela exigüidade de infra-estruturas sociais básicas, como saneamento, por exemplo. O mapa seguinte nos mostra a localização dos setores e seus respectivos bairros, como o Jardim Morada do Sol, que pode ser visualizado no mapa seguinte, no nordeste da cidade.

Mapa 4



Elaboração: 2006

Os dados do IBGE dão conta de que 6,96% da população residente no Jardim Morada do Sol, não possuem banheiro nos domicílios e 9,19% não tem acesso à rede geral de esgoto. Este mesmo bairro ainda concentra os maiores percentuais de chefes de família sem rendimento de toda a cidade (1,24%), assim como aqueles sem nenhum

rendimento (3,43%). Somente esses dados nos dão idéia das condições de vida da população do Jardim Morada do Sol. Para se ter idéia do nível de segregação imposta, basta atentar para os dados referentes à população com rendimento acima de 20 salários mínimos (0%) e domicílios com 4 banheiros ou mais (0%).

Em função da descontinuidade da malha urbana e da grande distância em relação à cidade compacta (mais de 2,3 quilômetros em relação à área urbana construída mais próxima e mais de 5,3 quilômetros em relação ao centro da cidade), a dependência de transporte urbano é muito alta. Os dados seguintes nos mostram as principais formas de deslocamento para cada tipo específico de finalidade: Vejamos:

Tabela 6 - Formas de deslocamentos – Presidente Prudente - SP

	164	166	169	172	180	220	240
Trabalho	A pé (41%)	Ônibus (32%)	Bicicleta (39%)	Bicicleta (34%)	Ônibus (45%)	A pé (28%)	Bicicleta (39%)
Compras	A pé (71%)	A pé (54%)	A pé (51%)	Ônibus (78%)	Ônibus (78%)	A pé (64%)	A pé (51%)
Saúde	A pé (69%)	A pé 76%	Ônibus (60%)	Ônibus (88%)	Ônibus (88%)	A pé (68%)	Ônibus (60%)
Banco	Ônibus (74%)	Ônibus (80%)	Ônibus (74%)	Ônibus (89%)	Ônibus (89%)	Ônibus (68%)	A pé (61%)
Escola	Ônibus (43%)	A pé 70%	Ônibus (57%)	Ônibus (100%)	Ônibus (100%)	A pé (75%)	A pé (76%)
Igreja	A pé (86%)	A pé 84%	A pé (93%)	Ônibus (100%)	Ônibus (93%)	A pé (50%)	A pé (63%)
Lazer	Automóvel (56%)	Automóvel 50%	Automóvel (42%)	Ônibus (75%)	Ônibus (75%)	A pé (50%)	Automóvel (57%)

Fonte: Trabalho de campo
Organização: Autor

Ao observar a coluna que se refere ao setor censitário 172, aquele localizado na porção nordeste da cidade, é possível perceber a grande dependência de sua população em relação aos transportes urbanos, no que tange todas as suas necessidades de deslocamento. Para uma população que possui baixíssimos rendimentos, a descontinuidade territorial da malha urbana compromete a sua acessibilidade, tendendo assim para processos de segregação sócio-espacial.

Em termos gerais, o setor 172, localizado na porção nordeste da cidade, sofre um intenso processo de segregação urbana, que limita as suas possibilidades de participar

da vida urbana de modo pleno, tendo, por conseguinte, acesso aos benefícios da urbanização bastante limitados.

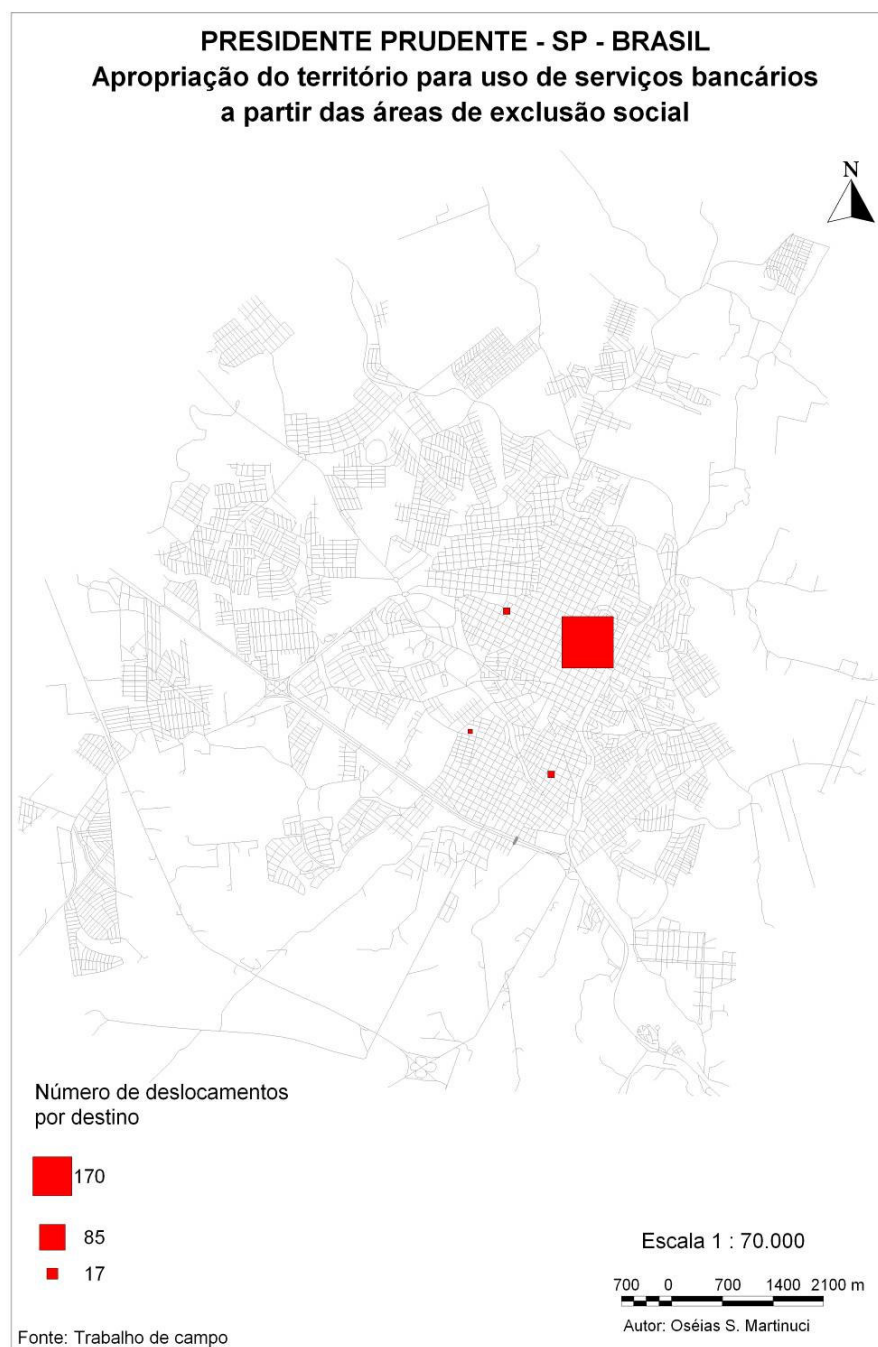
A maioria das áreas de exclusão social está localizada em áreas limítrofes da cidade, umas mais e outras menos. Aí encontramos a denominada franja “*periurbana*” onde o urbano começa a se confundir com o rural e, frequentemente, encontramos formas ruralizadas do lazer e do trabalho. Assim sendo, a partir das variáveis trabalho e lazer, os limites da cidade são extrapolados.

Algumas necessidades são satisfeitas localmente, ainda que de forma limitada ou intermitente, como acontece com pequenas compras e lazer. Outras nem tanto, como os serviços bancários, compras do mês e trabalho.

Para termos uma melhor dimensão disso que estamos dizendo aqui, a partir dos dados levantados em campo, passaremos a ver alguns mapas que permitem pensar em padrões espaciais de apropriação do território urbano, levando-se em conta as necessidades mais cotidianas da população residente nas áreas de exclusão social.

O mapa seguinte indica a apropriação do território para o uso de serviços bancários. Analisaremos esses mapas, sem nos deter em longas discussões. O que nos interessa aqui é identificar os padrões de apropriação do território e perceber a centralidade ou a dispersão de alguns serviços utilizados pela população pobre.

Mapa 5



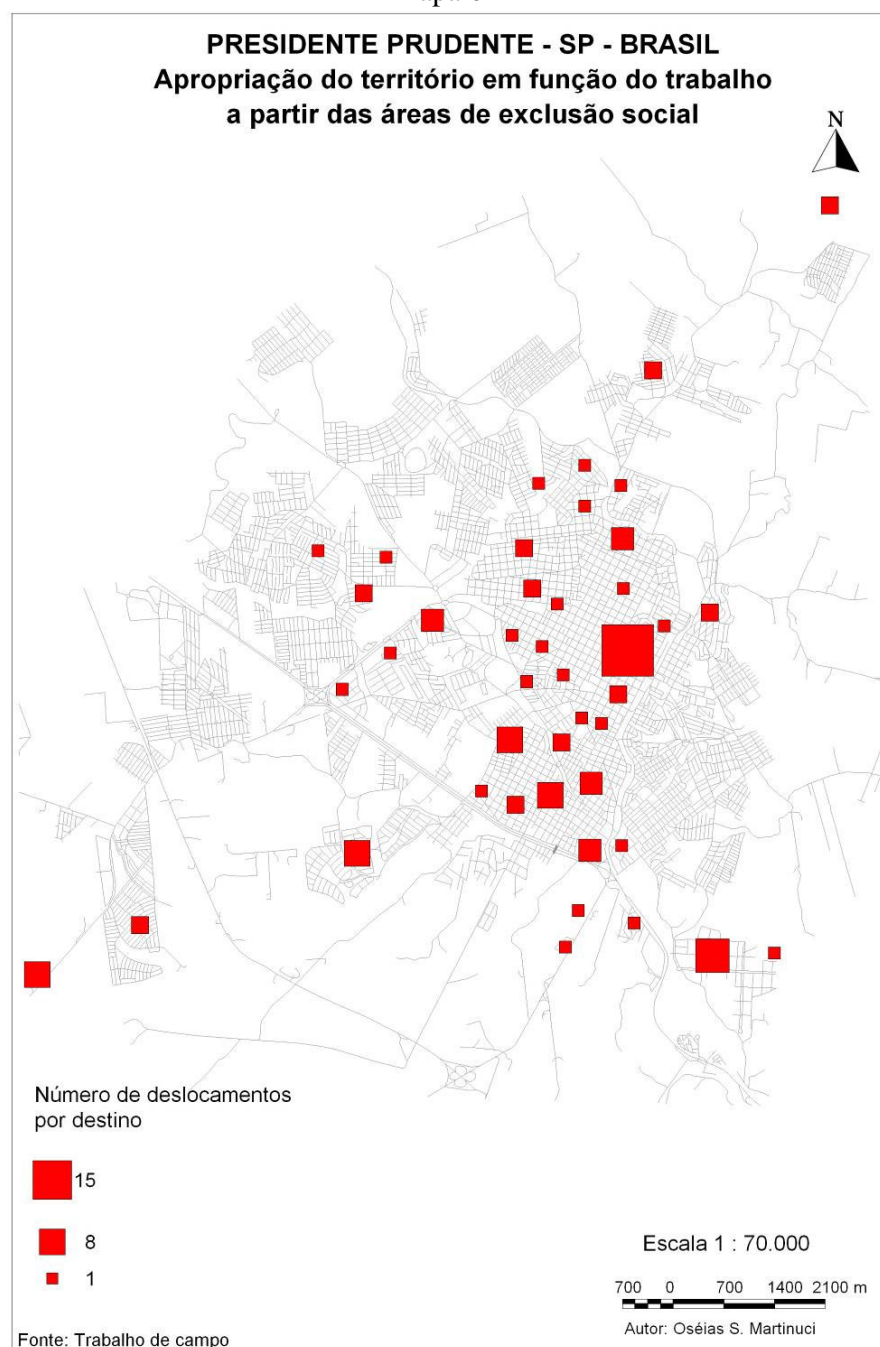
Levantamento: 2006

O mapa acima nos mostra a grande centralidade que possui os serviços bancários usados pela população pobre, o que ainda nos remete à idéia de sua alta concentração no centro tradicional da cidade. Trata-se de um tipo de serviço altamente sofisticado, integrante do circuito superior da economia urbana, com uma concentração que ajuda a

reforçar a importância que o centro tradicional ainda possui nas cidades médias, diversamente do que acontece em algumas cidades metropolitanas.

Um caso oposto ao uso dos serviços bancários é o uso do território para o trabalho, pois possui um padrão de apropriação bastante diferente ao mapa mostrado anteriormente. Vejamos o mapa 6:

Mapa 6



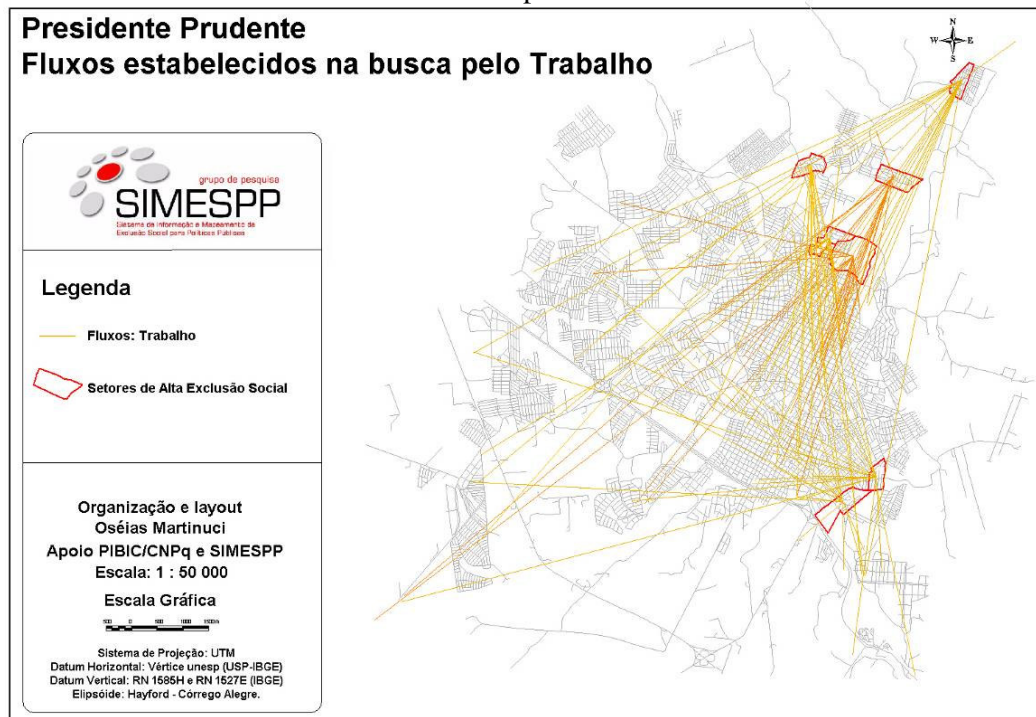
Levantamento: 2006

Nota-se neste mapa, que diferentemente do que acontece com o uso dos serviços bancários, altamente concentrado, o trabalho permite uma apropriação mais intensa do território urbano, ultrapassando, inclusive, os seus limites. Pudemos encontrar no trabalho de campo, chefes de família que trabalhavam em áreas rurais, em empresas fora do perímetro da cidade, muitas vezes desenvolvendo atividades mais próximas do rural do que do urbano, na franja periurbana. Assim, o uso do território para o trabalho é mais difuso, disperso, e permite ao trabalhador se apropriar de áreas que dificilmente em outras condições conseguiria como, por exemplo, os condomínios fechados de alto padrão.

Mesmo apresentando um padrão diferente dos serviços bancários, o centro ainda aparece com grande força como podemos perceber no mapa. Muitos dos trabalhadores das áreas pobres desenvolvem atividades informais no centro da cidade, além, evidentemente daqueles que mesmo em situação formal ocupam ali funções de baixa qualificação profissional.

O mapa seguinte nos mostra sobre a forma de fluxos estabelecidos a partir das áreas de exclusão social, os deslocamentos para os locais de trabalho. Os fluxos se espalham por toda a cidade.

Mapa 7



Fonte: Martinuci, 2006

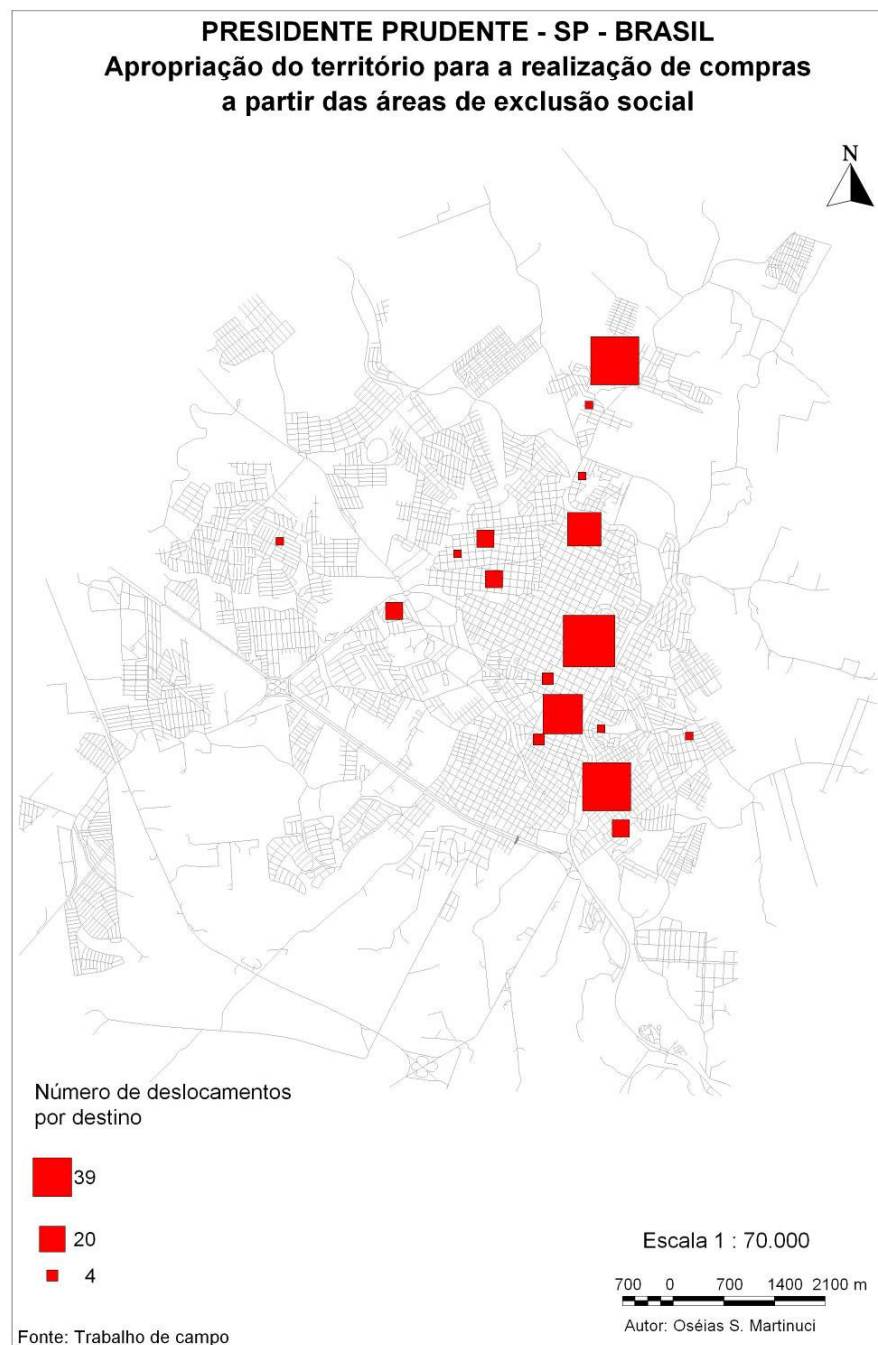
Vê-se, mais uma vez, as enormes distâncias a serem percorridas por aqueles que moram no setor 172 para o trabalho, que não se faz uma vez por mês, ou uma vez por semana, mas diariamente. Assim, a apropriação do território pelo trabalho, não é somente mais dispersa, mas também mais intensa.

Apesar de alguns serviços serem encontrados somente fora das imediações do bairro, em áreas distantes do local de moradia, várias necessidades, aquelas mais elementares podem ser satisfeitas, no próprio lugar ou então no seu entorno mais imediato. Em todas as áreas analisadas há sempre um subcentro, ou um pequeno centro de comércio e de prestação de serviços, para onde a população pobre mais se dirige para a satisfação de algumas necessidades mais elementares.

Esta constatação, associada à idéia de que a apropriação se dá sempre a partir do local onde se mora, nos trás à idéia de que o lugar é o espaço mais intensamente vivido por essa população. De forma geral o “*lugar*”, enquanto categoria geográfica, é o espaço privilegiado da apropriação quotidiana, pois a vida e as relações inter-pessoais costumam se dar ali de maneira mais intensa.

Vejam os conjuntos de mapas nas páginas seguintes que ajudam a validar isto que estamos dizendo aqui.

Mapa 8

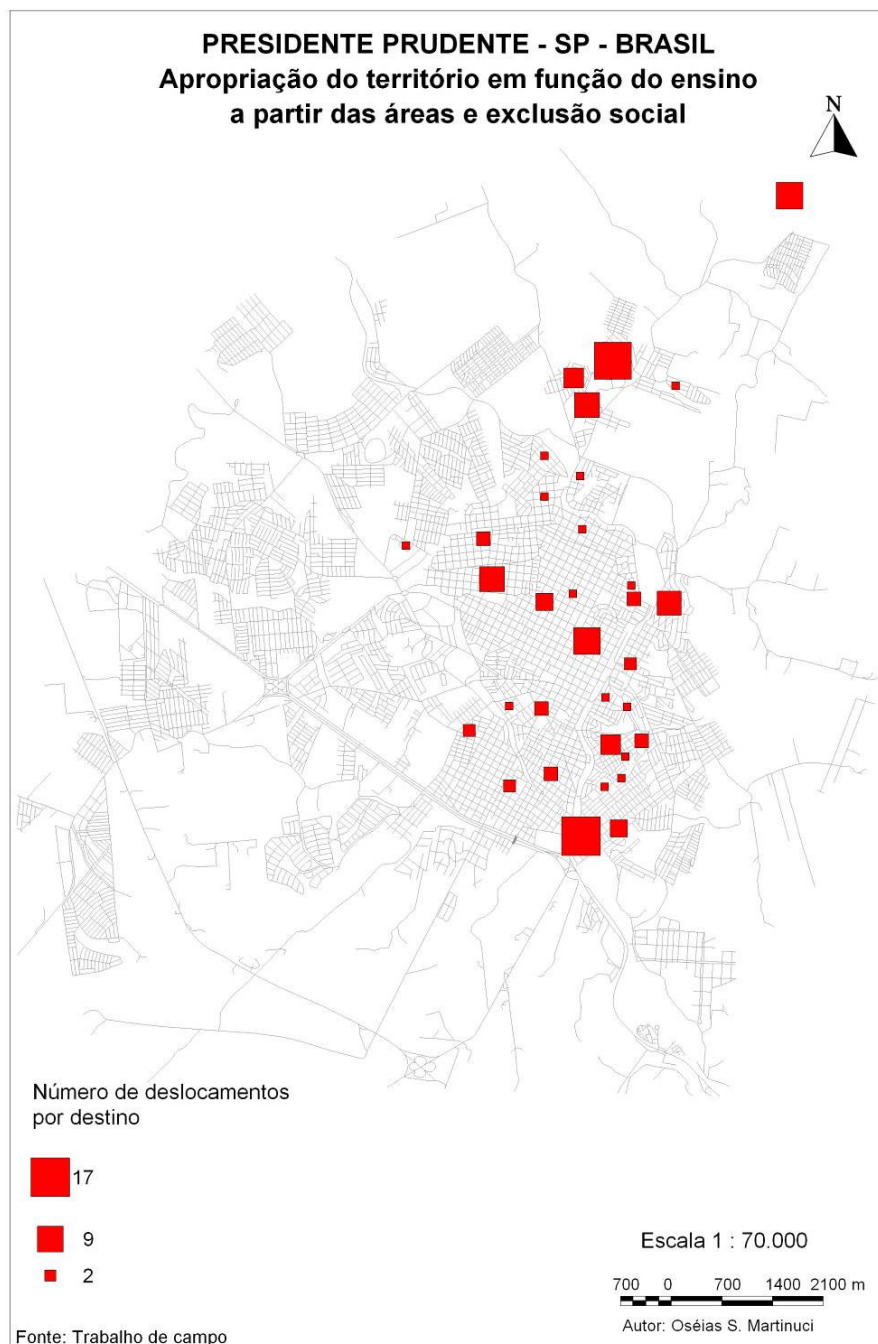


Levantamento: 2006

O mapa 8 nos indica a apropriação do território para a realização de compras, que atestam a existência de pequenos centros de comércio e serviços nas proximidades, tanto dos setores da porção norte da cidade, quando daqueles localizados na porção sudeste. Além deles, é marcante a atração exercida pelos estabelecimentos de grandes

redes de hipermercados, como Muffato e Carrefour, que possuem uma localização mais central.

Mapa 9

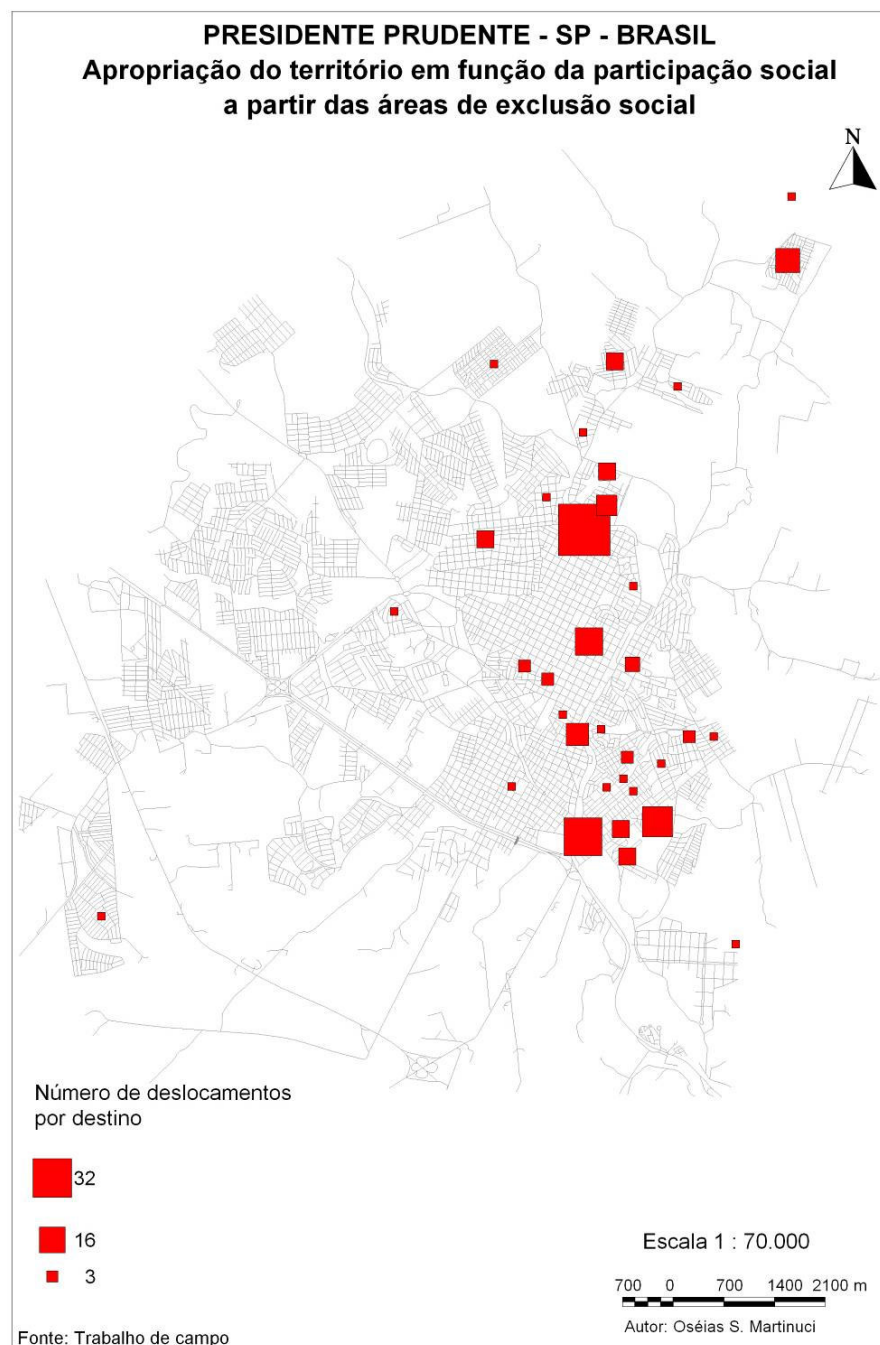


Levantamento: 2006

No que diz respeito aos deslocamentos estabelecidos em função do ensino (mapa 9), nem sempre há nas proximidades do local de moradia uma escola, fazendo com que

uma boa parte dos filhos da população residentes nos bairros de exclusão social se desloque longas distâncias para estudar, nem sempre tendo acesso ao serviço de transporte para tal finalidade.

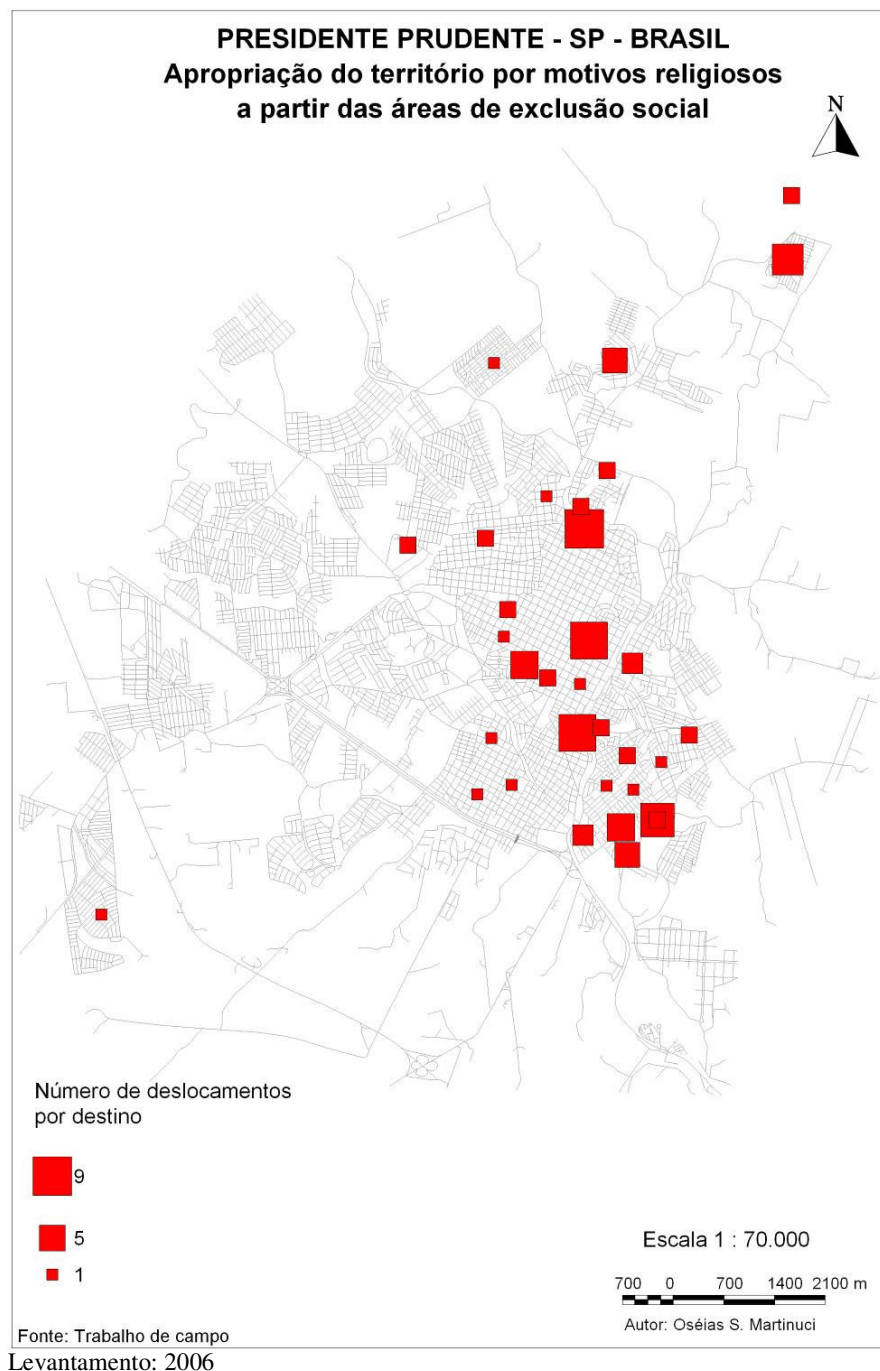
Mapa 10



Levantamento: 2006

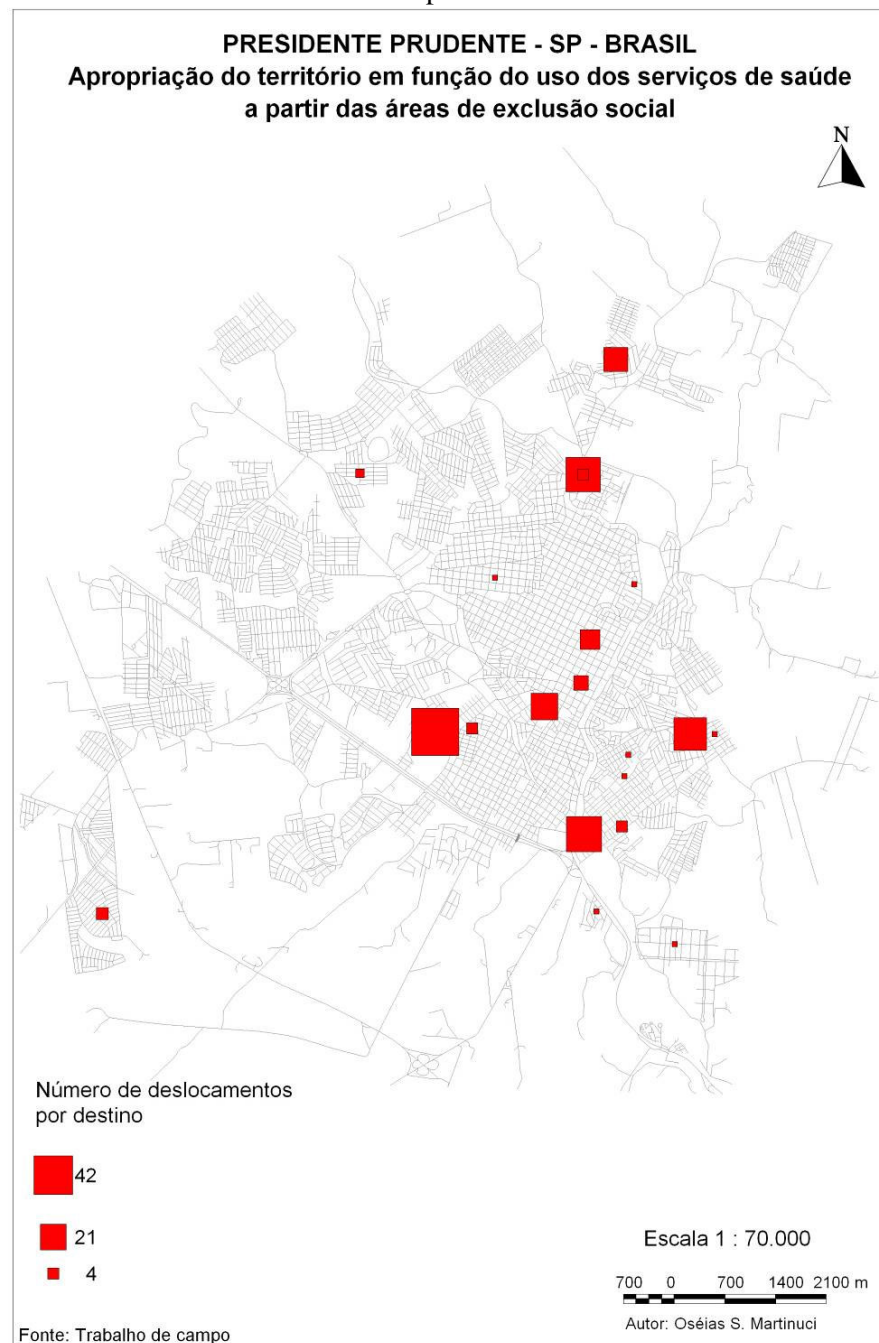
Em se tratando de participação social (mapa 10), que envolve além dos deslocamentos por motivos religiosos, os deslocamentos para participação em associações comunitárias, instituições filantrópicas, etc., o padrão de distribuição revela na maioria dos casos um raio de apropriação mais intenso nos bairros mais próximos ao local de moradia. Há, também, a existência de deslocamentos para fora da malha urbana, como é possível observar na porção norte.

Mapa 11



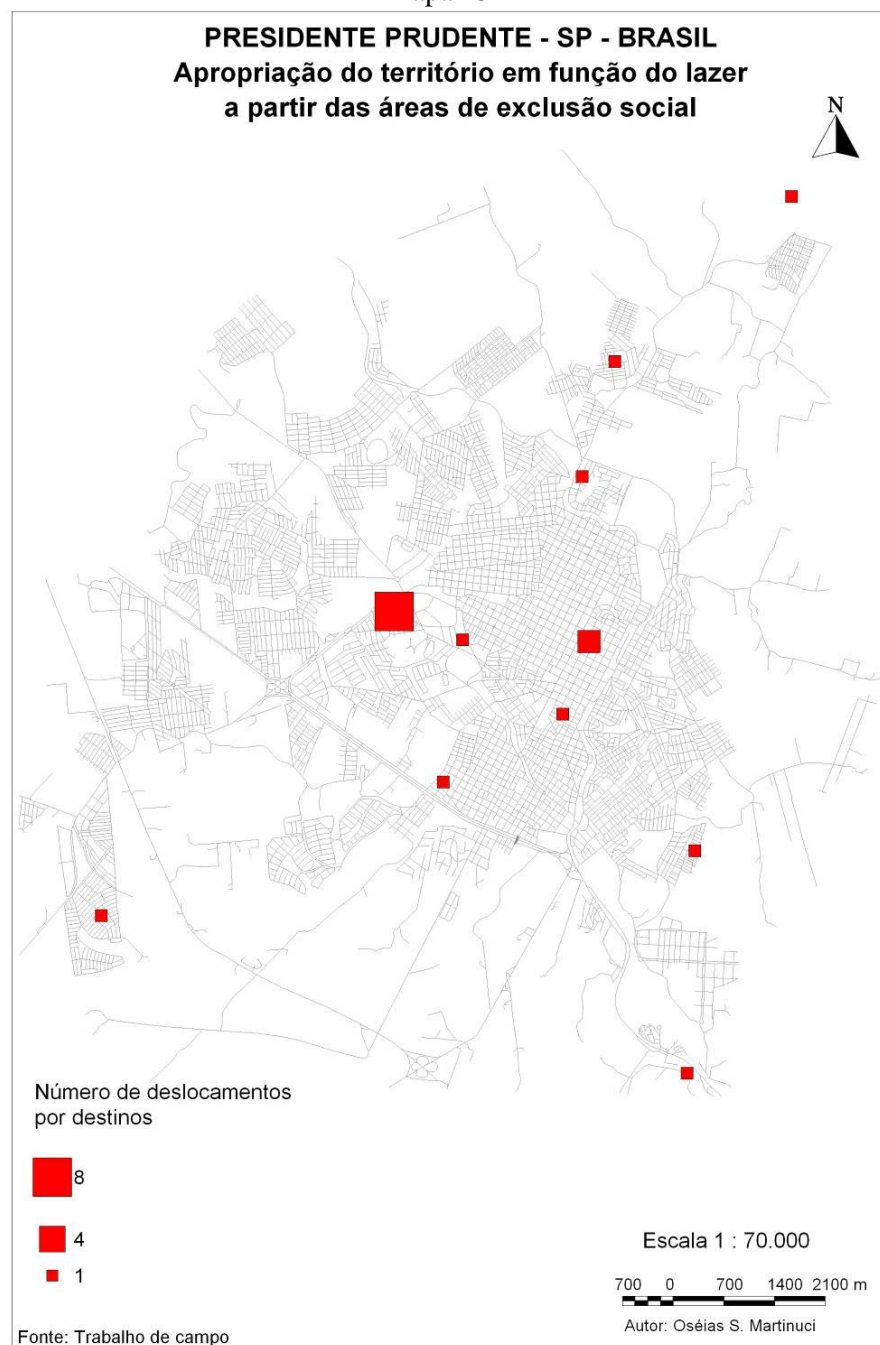
Os deslocamentos por motivos religiosos (mapa 11) se dão, basicamente, a partir do bairro para regiões mais centrais da cidade. Os maiores responsáveis pela configuração desse mapa são os evangélicos, que possuem uma dispersão pela cidade mais ampla que os católicos. Na parte norte da cidade é possível observar deslocamentos para fora da malha urbana.

Mapa 12



Apesar da existência de postos de saúde nas proximidades dos setores pesquisados, o mapa 12 há uma dependência expressiva em relação ao HU (Hospital Universitário). Além dele vale destacar a atração exercida pelo Posto de Saúde 24 horas do bairro Ana Jacinta, localizado na parte sudoeste da cidade, procurado, inclusive pelos moradores do Jardim Morada do Sol, da parte nordeste.

Mapa 13



Levantamento: 2006

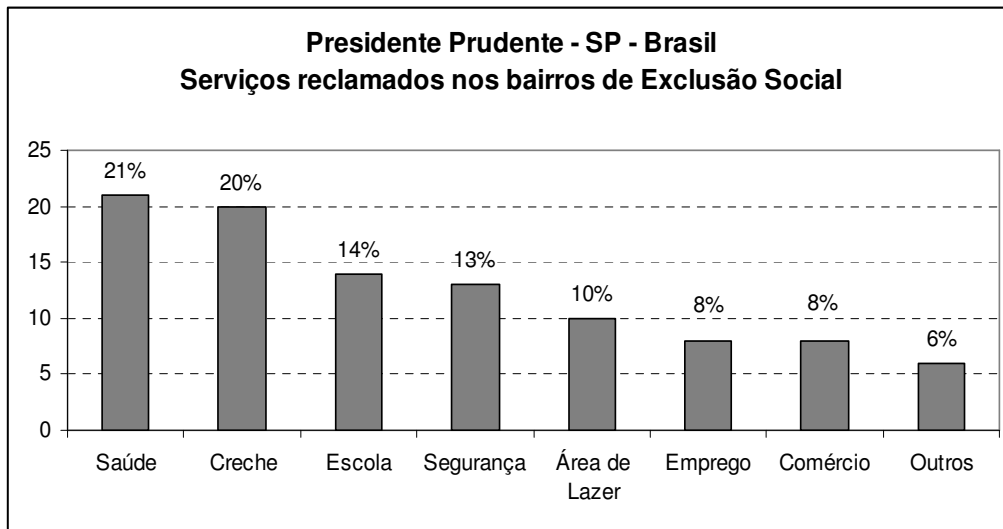
O lazer, certamente, é um caso peculiar, pois quase sempre ele é feito distante dos locais de moradia. O mapa 13 evidencia que a centralidade, neste aspecto, está nos dois shoppings centers da cidade, além do centro tradicional. Mesmo sabendo que este tipo de prática é pouco freqüente entre a população carente, é possível observar que ela é bastante dispersa, do ponto de vista dos pontos da cidade freqüentados. Nota-se mais uma vez a presença da atração do bairro Ana Jacinta, na parte sudoeste da cidade.

Como podemos verificar ao visualizar os mapas, o centro frequentemente está presente de maneira expressiva.

Um outro dado, que nos chama a atenção é a dependência da população residente nas áreas de exclusão social em relação aos serviços de saúde de áreas distantes do seu local de moradia. A maioria dos setores analisados tem nas suas proximidades alguma UBS (Unidade Básica de Saúde) para atendimentos mais elementares, no entanto, são utilizados em menor intensidade se comparado a outros centros de saúde mais especializados localizados na malha urbana densa da cidade. É o caso do HU (Hospital Universitário), da Santa Casa e do Palácio da Saúde. Um caso em particular precisa ser destacado. Trata-se de um mini-hospital que atende vinte quatro horas por dia, localizado na porção sudoeste da cidade, que comentamos logo no início de nossa exposição. O bairro Ana Jacinta, ali localizado, apesar da grande distância em relação aos setores de exclusão social, exerce atração sobre muitos moradores que buscam ali atendimento, inclusive daqueles residentes no Jardim Morada do Sol (setor 172).

Ao questionar a população sobre os problemas do bairro, sobre a falta de serviços e infra-estrutura, o que mais compareceu foi a questão da saúde (ver gráfico 2 na página seguinte), não necessariamente sobre a necessidade de uma unidade de saúde mais próxima, mas sim sobre a qualidade do serviço prestado. Houve várias reclamações sobre demora no atendimento, falta de remédios, falta de médico, falta de um pronto socorro de atendimento vinte e quatro horas, para mencionar as mais recorrentes.

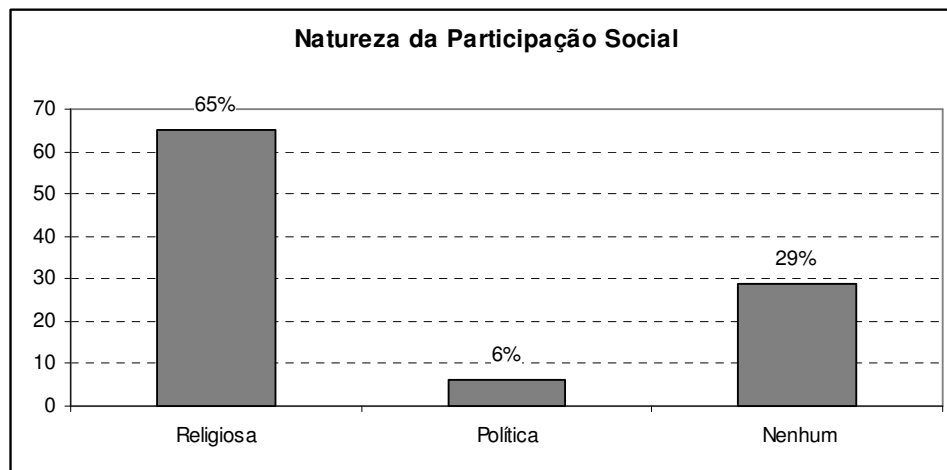
Gráfico 2



Fonte: Autor, 2006

Discorremos ao longo do trabalho de forma bastante intensa sobre a dimensão política, como elemento fundamental para se entender a pobreza. Buscamos com a aplicação do questionário, captar o envolvimento social e até mesmo político da população em questão. Vejamos o gráfico 3.

Gráfico 3



Fonte: Autor, 2006

Pelo que pudemos entender do gráfico acima, o envolvimento sócio-político é extremamente incipiente, abaixo daquelas cifras registradas pela PME realizada pelo IBGE no ano de 1996. Ainda que estes números não sejam diretamente comparáveis, por se tratar de períodos distintos e realidades diferentes, é possível extrair uma idéia da

precariedade política a que está submetida a população residente em áreas pobres das cidades do interior. Em 1996, a filiação a partidos políticos e a associações comunitárias era de 11,13% na Região Metropolitana de São Paulo. No caso de Presidente Prudente, o envolvimento político é basicamente com associações de moradores. Como vemos acima, a principal forma de envolvimento social e/ou coletivo é com comunidades religiosas, que frequentemente, não tem interesse pelo exercício reivindicatório.

Para Pedro Demo (1990, 2001, 2003), essa incapacidade popular de garantir mínimos sociais, de modo que se faça valer os direitos garantidos na Constituição, é resultado da pobreza política da sociedade, que não consegue fazer ouvir e concretizar os seus anseios. Uma grande parcela da população não tem voz e nem vez, muitas vezes reduzidos a condição de *animal laborans* e *homo fabers*, não alçando a condição de *bios politikos*, nos termos definidos por Arendt (2008).

Se os números do associativismo são precários, pouco se pode falar da sua qualidade. Em um trabalho desenvolvido por nós durante a graduação (MARTINUCCI, 2006) pudemos constatar que o comprometimento e o envolvimento com as associações comunitárias são bastante frágeis. Normalmente é o presidente da associação que desenvolve solitariamente as atividades, que parecem ser mais de assistencialismo do que de reivindicações políticas. Nesse mesmo trabalho mencionamos também que as associações funcionam mais ativamente durante o período eleitoral, quando o presidente da associação se torna cabo eleitoral para a elite política da cidade, quando não é ele mesmo o candidato a algum cargo.

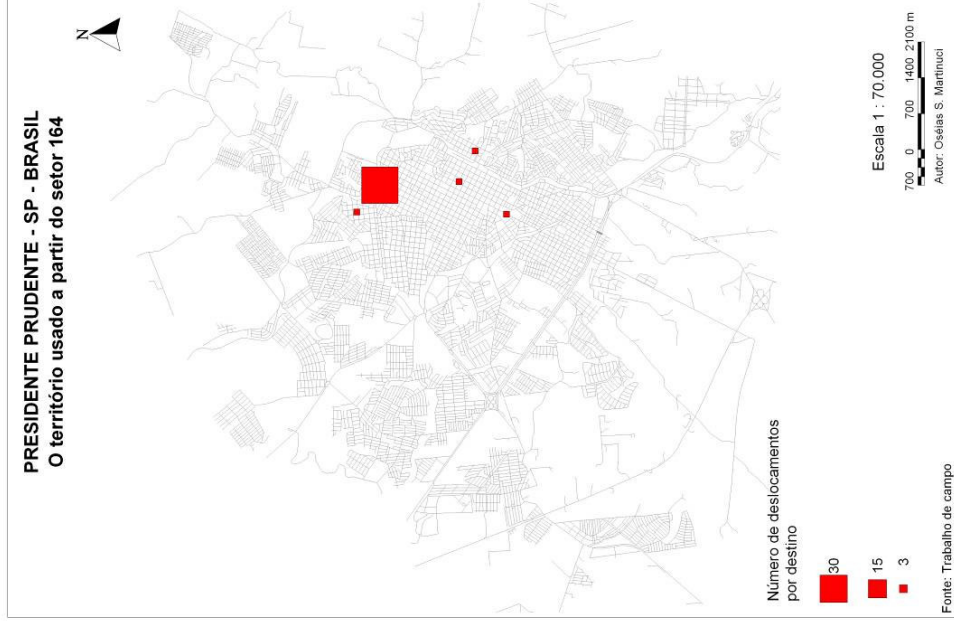
Além de tudo isso, e por conta disso, esse visível comprometimento das associações de bairro com a política, no seu sentido partidário, é a razão pela qual muitos moradores as desacreditam. Na maioria dos casos a população nem mesmo sabe quem faz parte da diretoria da associação.

As formas de convívio social também ficam comprometidas pela falta de espaços de sociabilidade que garantam à população fortalecer os laços sociais. Para a presente pesquisa, uma das formas de captar isso foi através da prática do lazer. No entanto, constatamos que apenas 16% da população desenvolvem alguma forma de lazer. Ainda mais, esse lazer frequentemente não se realiza no local, mas sim em outras áreas da cidade e até mesmo fora dela, como na área rural, por exemplo. Além disso, essa prática se dá mais entre aqueles que detêm uma condição social mais favorável, pois a maioria dos deslocamentos para essa finalidade se dá através do uso de automóvel próprio.

Sendo assim, além da precariedade material, da precariedade socioeconômica, da precariedade de infra-estrutura, há uma precariedade da sociabilidade e por fim, e não menos importante, há a forte presença de uma pobreza política.

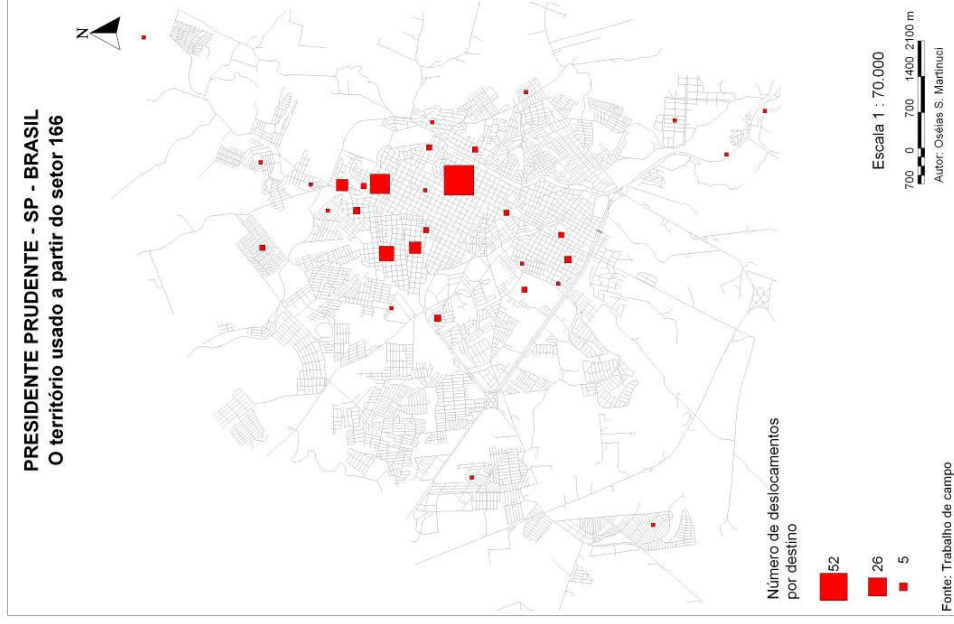
Ao olhar para os mapas de apropriação do território urbano, podemos verificar com muita facilidade que ela se dá com mais intensidade a partir do local de moradia, em direção à área do centro tradicional, diminuindo de intensidade na medida em que as distâncias vão se tornando maiores. Os mapas seguintes nos dão a exata dimensão disso que estamos afirmando aqui. Em função dos ganhos na qualidade da visualização não está presente no mapa o contorno dos setores. Alertamos o leitor que se necessário veja a localização dos setores no mapa 4 para perceber o que afirmamos acima. Relembrando genericamente, que os setores 164, 166, 169, 172 estão localizados no norte da cidade, enquanto que os setores 220 e 240 estão no sudeste.

Mapa 14



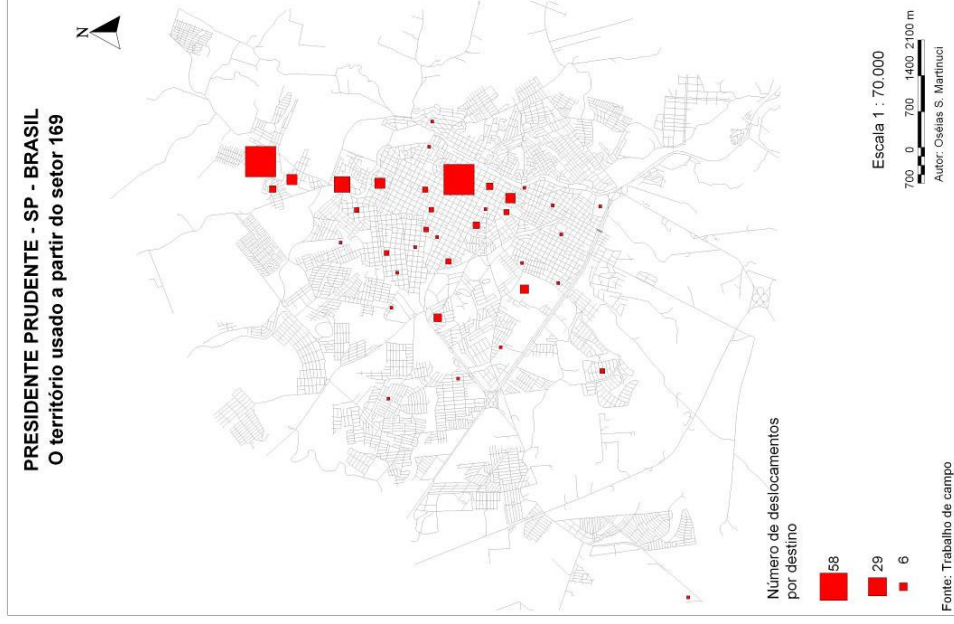
Levantamento, 2006

Mapa 15



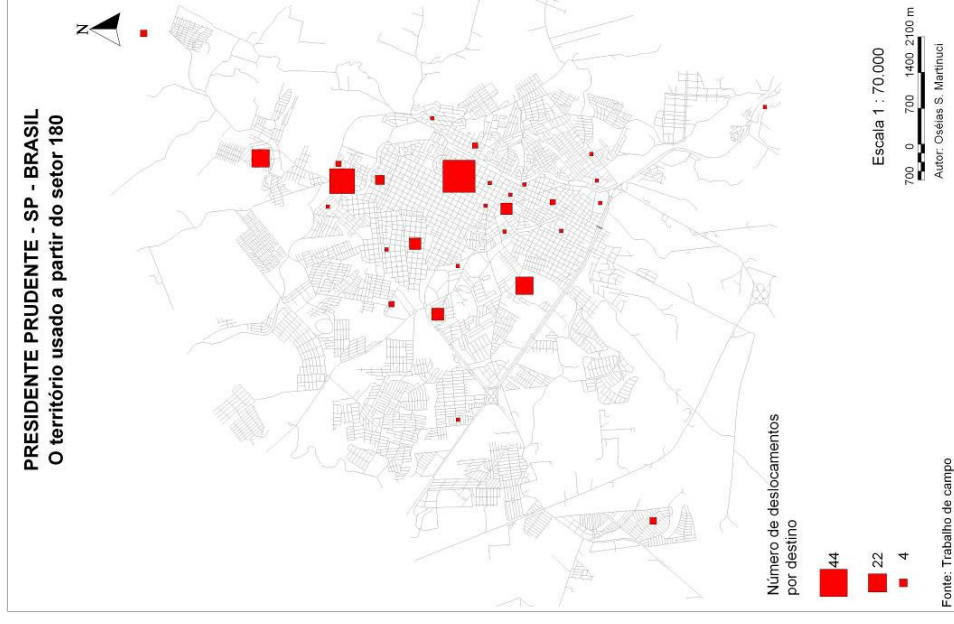
Levantamento, 2006

Mapa 16



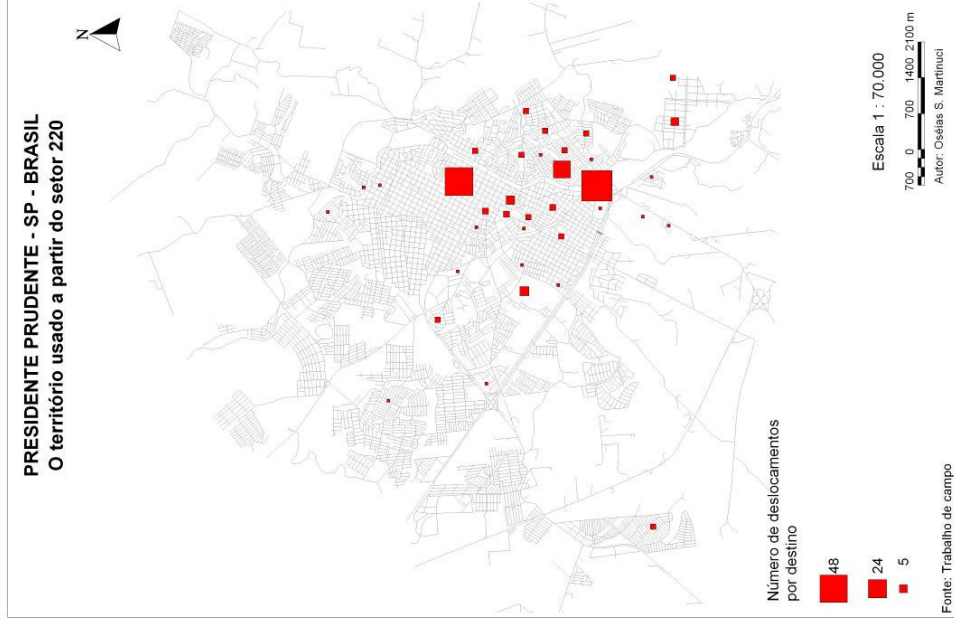
Levantamento, 2006

Mapa 17



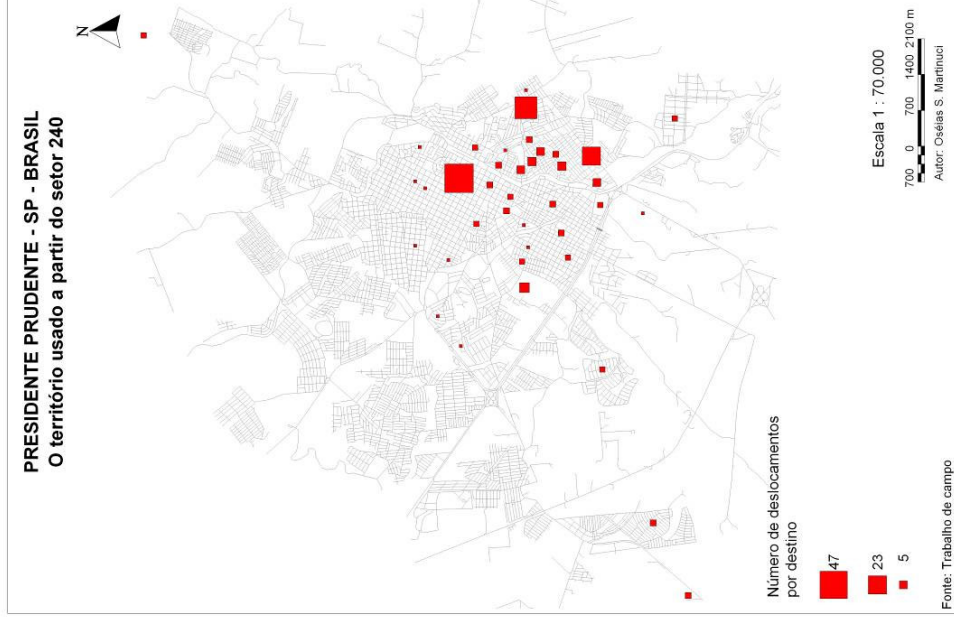
Levantamento, 2006

Mapa 18



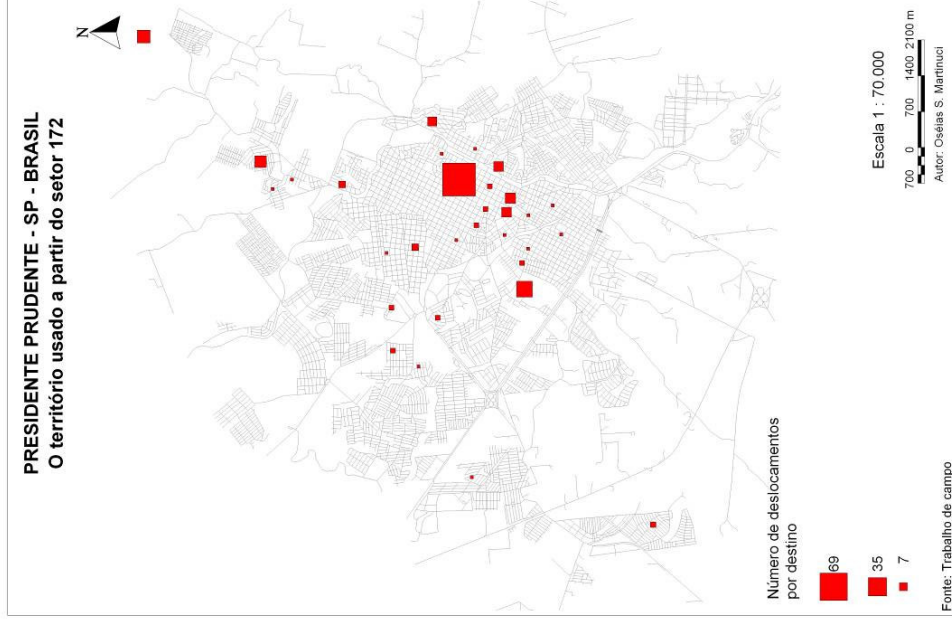
Levantamento, 2006

Mapa 19



Levantamento, 2006

Mapa 20

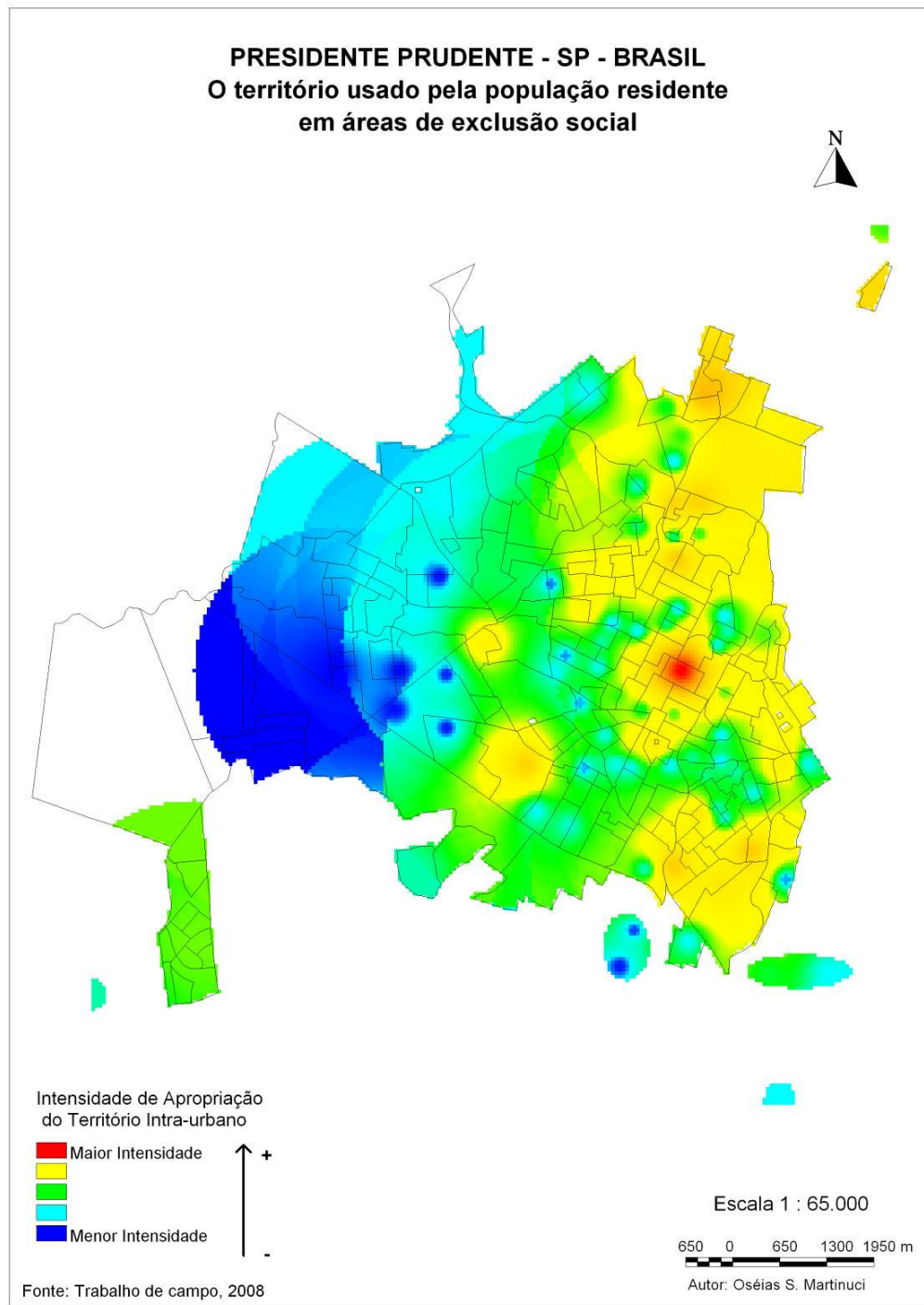


É possível constatar a partir do conjunto de mapas expostos nas páginas anteriores, aquilo que afirmamos anteriormente, que a apropriação do território se dá a partir do lugar de moradia para as áreas mais distantes. Temos apenas como exceção dessa assertiva o setor 172 (Mapa 20, ao lado), como afirmamos anteriormente, altamente dependente dos serviços e infra-estruturas localizadas em outras áreas da cidade.

Na medida em que se aumenta a distância, a intensidade de apropriação vai diminuindo. As interrupções dessa continuidade de intensidade de apropriação podem ser caracterizadas como áreas dotadas de centralidade.

Para deixar mais claro isso, achamos mais adequado expressar a apropriação através de outra forma de representação. Para tanto, elaboramos um mapa de grade, que pode ser visualizado na página seguinte.

Mapa 21 – O território usado em Presidente Prudente



Elaboração: 2008

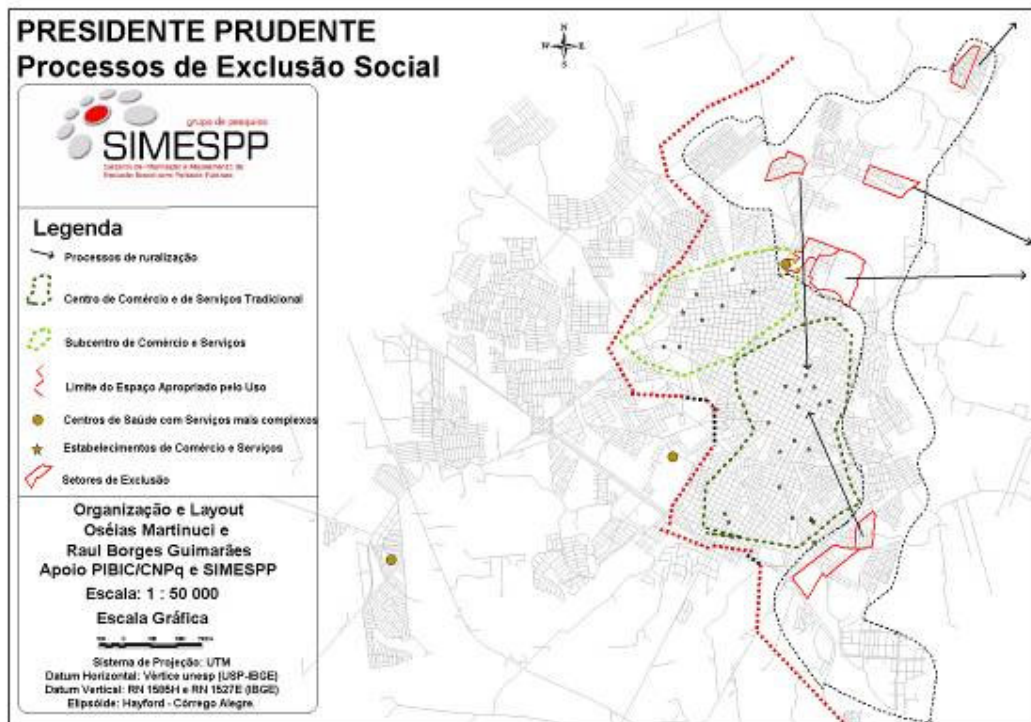
Através do mapa acima (Mapa 21), que pretende representar o território apropriado e efetivamente usado pela população pobre da cidade, podemos verificar que a intensidade da apropriação, de modo geral, vai da parte leste e na medida em que

aumenta a distância em relação a essa área (que é a área onde estão localizados os setores de exclusão, sobremaneira) essa intensidade vai diminuindo gradativamente. Na outra ponta desse mapa há uma irrupção quando chegamos ao bairro Ana Jacinta, atestando nele uma pequena centralidade.

Outro aspecto bastante significativo no mapa diz respeito a força e a centralidade do centro tradicional na cidade média. Ele, sem dúvida, constitui ainda um nó de encontro da população residente das mais diferentes áreas. O centro é o local de encontro dos pobres. Não somente para os pobres, mas para os ricos ele também ainda tem uma importância fundamental.

Nossa idéia, ao expor esses mapas, não é fazer uma descrição exaustiva das suas particularidades, mas sim buscar e identificar neles as estruturas elementares do espaço intra-urbano. Antes disso, ainda na graduação, buscamos elaborar um mapa síntese dos processos sociais intra-urbanos engendrados na cidade de Presidente Prudente. Tentamos expressar ali o modo como a população se apropriava do espaço, no entanto, ele se mostrou um mapa de difícil leitura. Vejamos a referida representação a seguir.

Mapa 22



Fonte: Martinuci, 2006

Vendo os resultados gráficos do mapa síntese, nasceu o interesse em trabalhar esses mesmos processos através de uma abordagem coremática, e melhorar a visualização, ganhando nos aspectos semiológicos. Trabalhamos, então, no sentido de uma abordagem coremática dos processos sociais e territoriais intra-urbanos que se inicia com Presidente Prudente e, em seguida, toma São José do Rio Preto como exemplo para perceber aquilo que é geral (os padrões) e aquilo que é peculiar. Isso que fazemos a seguir.

A partir do mapeamento dos fluxos e de apropriação do território intra-urbano para as mais diferentes finalidades, foi possível esboçar algumas estruturas elementares do espaço urbano prudentino, dando-nos um modelo elementar dos processos sociais e territoriais.

5.2. A composição dos modelos

Tomando como referência os dados captados através da aplicação de questionários, foram elaborados dezenas de mapas, chegando-se a um mapa-síntese da cidade de Presidente Prudente (Mapa 22), vista a partir de suas áreas pobres. Apesar de expressar os processos sociais e a mobilidade e ter sido exaustivamente pensando e refeito, tomando como base uma cartografia tradicional, sua eficácia visual se mostrou aquém do esperado, exigindo do leitor bastante atenção para entendê-lo.

Temos tomado como referência a noção de território usado (SANTOS, 2001), buscando compreender as suas formas e seus funcionamentos (SILVEIRA, 2006). Pensando nas afirmações desses dois autores, intentamos aqui relacionar esse conceito com as idéias de Brunet (2007), para o qual a sociedade, ao se apropriar do território através do trabalho e, por assim dizer, do uso, produz formas e figuras significativas com as quais o geógrafo precisa aprender a lidar e, conseqüentemente, aprimorar a análise territorial. Desse modo, Brunet afirma:

... o trabalho das sociedades humanas, produzem o espaço geográfico, ou o território se vocês assim preferirem, e criam-lhe figuras significativas. Eu tenho aqui, a necessidade de uma dupla hipótese. De início, a produção do espaço pela ação humana responde a certas necessidades quotidianas e a certas lógicas sociais. Todo grupo humano tem necessidade de se abrigar, de se nutrir, de se defender, de se mudar, de se reproduzir, etc. Com isto, ele retira parte dos diferentes recursos locais, e fazendo isso, ele cria novos recursos. Ele é sensível às distâncias e às rugosidades que separam os lugares e sua ação passa pelas formas de apropriação dos territórios. Em seguida, segunda hipótese, esses resultados se

traduzem no espaço pelas configurações, pelos campos, pelos lugares, pelas redes mais ou menos complexas. Sua complexidade – é uma hipótese forte – resulta no meu sentido da composição de algumas figuras, geralmente simples, que associam os lugares entre eles. Ora, o estudo dessas figuras é, na verdade, reveladora da maneira como as sociedades produzem o espaço e, por isso, disto que elas são, de seu “ser” mesmo. Estas figuras dizem muito sobre os processos que estão em jogo, sobre as estratégias dos atores e mesmo sobre as tendências da evolução. (BRUNET, 2007, p. 3, tradução nossa)

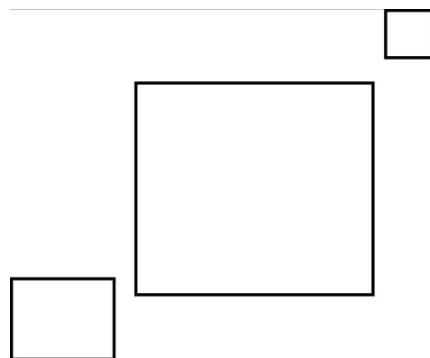
Tomando tais hipóteses como referência, e visando aprimorar o mapa dos processos sociais intra-urbanos a partir das áreas de exclusão, propomos então um modelo coremático, no qual conseguimos uma melhor qualidade visual e, ainda, expressar alguns processos não explicitados no mapa síntese.

Face à ampla possibilidade de leitura, abordaremos a dimensão intra-urbana de Presidente Prudente, em primeiro lugar, elencando as suas principais características, evidenciando suas estruturas, para em seguida compor o modelo. É preciso lembrar que apesar de em algum momento expressar graficamente uma única estrutura, ele não se explica por si só, mas em correlação com as demais. Esta assertiva é ainda mais verdadeira e mais forte na escala intra-urbana, se comparada com outras escalas geográficas.

A seguir mostramos a composição intra-urbana do modelo prudentino.

1. As três principais unidades territoriais.

Figura 9

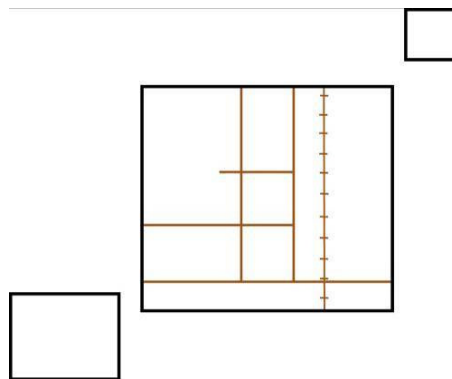


Em Presidente Prudente identificamos três principais unidades territoriais a partir das quais temos a primeira estrutura elementar da cidade (Figura 9). Estas três unidades estão definidas pelas contigüidades urbanas e pelas suas características internas. A primeira é a malha urbana densa da cidade, onde está concentrada a maioria dos serviços e infra-estruturas e para onde conflui toda a população, ao menos uma vez

ao mês. A segunda é a área localizada na porção sudoeste da cidade, definida pela descontinuidade territorial urbana. Trata-se de um bairro que, ao longo do tempo e com uma atuação bastante expressiva de sua associação de moradores, conseguiu garantir à população um comércio bastante expressivo localmente, assim como vários serviços públicos e boa infra-estrutura. A terceira unidade territorial está localizada na porção nordeste, onde estão os setores de exclusão social. Tratam-se de áreas bastante precárias, não somente do ponto de vista das condições socioeconômicas de seus moradores, mas também por causa da ausência marcante de serviços e infra-estruturas básicos. Um outro complicador são os efeitos de fricção promovidos pelo grande afastamento dessa área em relação à malha urbana densa. Soma-se então a estes condicionantes gerais a segregação urbana imposta a essa população carente, que enfrenta dificuldades de mobilidade e acessibilidade.

2. As principais vias da cidade.

Figura 10

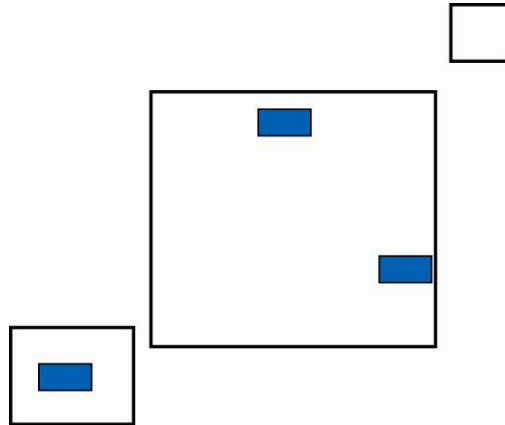


Ao longo dessas principais vias (Figura 10) se localizam grande parte dos serviços e infra-estruturas urbanos, dos quais faz uso a população pobre, assim como as demais classes da cidade. Além disso, é por meio das principais vias que se definem os padrões de acessibilidade aos principais centros, pelo grande fluxo de linhas de ônibus que para eles afluem. Parece-nos claro afirmar que as vias mais importantes estão sumariamente localizadas na nossa primeira unidade territorial, ou seja, na cidade compacta.

No entanto, o que mais nos interessa nessa estrutura elementar é a linha férrea, considerada um divisor das condições sociais da cidade, haja vista que todos os setores censitários de exclusão social estão sumariamente a leste da linha.

3. Os principais centros de comércio e serviços.

Figura 11

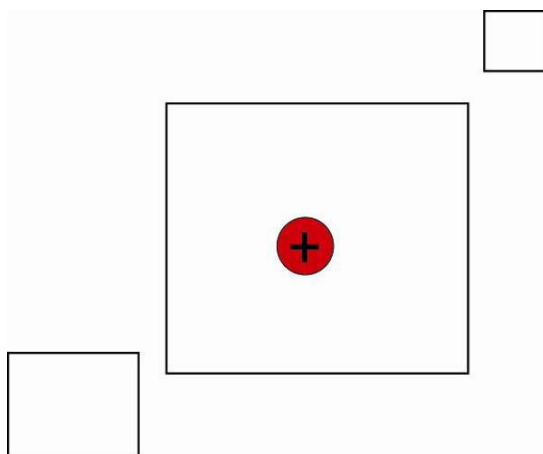


Os principais centros de comércio e serviços da cidade (Figura 11), a maioria deles localizados na malha urbana densa. Temos dois deles localizados na cidade compacta, um na porção norte da cidade, que atende a população dos setores de exclusão social situados próximos àquela área. Um outro na porção sudeste da cidade, que de igual forma atende a população dos setores de exclusão social, localizados nas proximidades.

Logo depois do principal centro urbano, o mais expressivo dos centros de comércio e serviços é aquele localizado na segunda unidade territorial, ou seja, o da porção sudoeste da cidade. Disto podemos afirmar que essa área tem inserção relativamente privilegiada na cidade, pois, apesar de afastada, goza de amplo abastecimento em serviços e infra-estrutura, além de grande acessibilidade e possibilidades de mobilidade, definida pela grande quantidade de linhas de ônibus intra-urbanos.

4. O centro tradicional

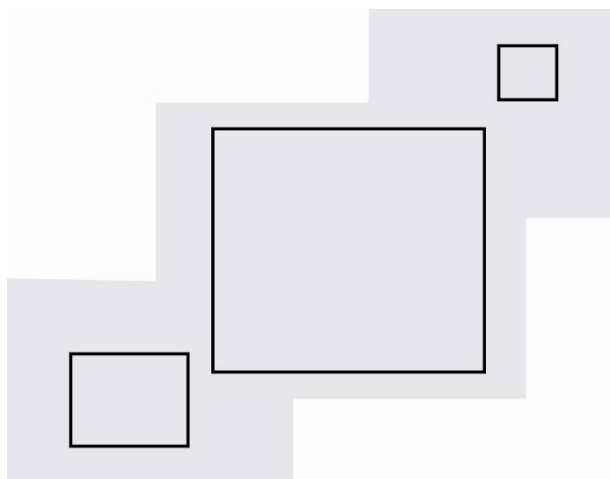
Figura 12



O mais importante dos centros (Figura 12) tem sua área delimitada pelas principais vias sendo, portanto, uma área de maior acessibilidade, permitindo que ele tenha sua importância afirmada em função intensidade de fluxos que para ele convergem. Certamente, trata-se do ponto de convergência de toda a população, sejam ricos, sejam pobres.

5. O território do trabalho.

Figura 13

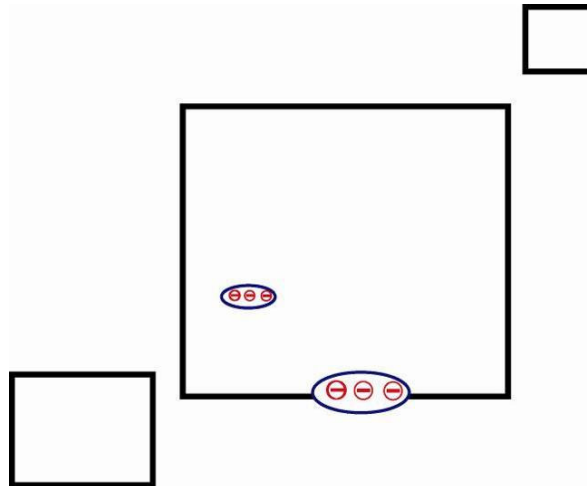


O território do trabalho extrapola os limites urbanos da cidade (Figura 13), chegando às áreas rurais. Nas áreas mais periféricas vemos um misto de um modo de vida rural com um modo de vida urbano. Assim, a apropriação espacial da população pobre através do trabalho se dá em toda a cidade e além dela. Além disso, dá-se em

todos os pontos da cidade, em qualquer lugar. Até mesmo nos lugares onde não entraria em outra situação, como nos condomínios de alto padrão, ela entra na condição de trabalhadora. De modo geral, é por meio do trabalho que o pobre se apropria da cidade e o faz com grande intensidade.

6. Condomínios fechados de alto padrão

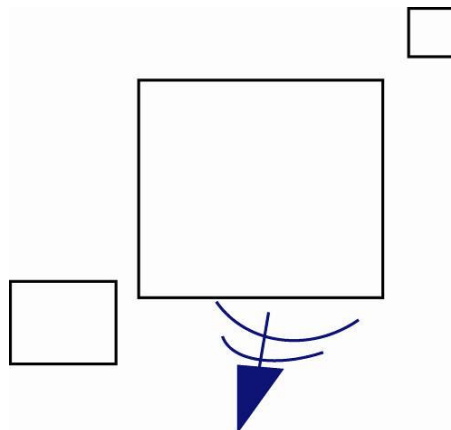
Figura 14



Como já mencionamos antes, há certos pedaços da cidade que o pobre só acessa na condição de trabalhador, como é o caso dos condomínios fechados (Figura 14), alguns deles na periferia sul da cidade, outro em uma posição mais central.

7. Frentes de expansão urbana

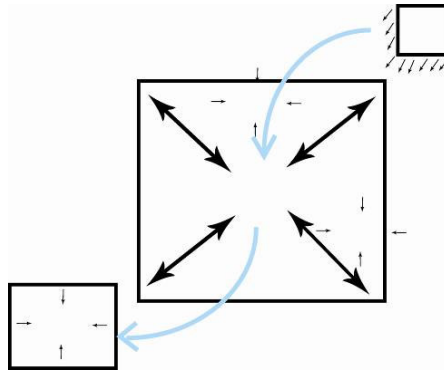
Figura 15



O mercado imobiliário nas cidades médias é altamente dinâmico, e os condomínios fechados de alto padrão se proliferam cada vez mais, além de abrir novas frentes de valorização imobiliária e, por conseguinte, de expansão territorial urbana, como é o caso da parte sul da cidade (Figura 15).

8. Os fluxos.

Figura 16

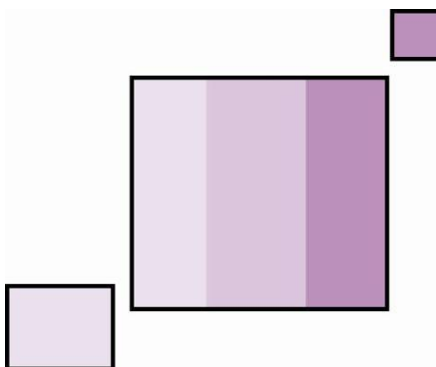


Os fluxos (Figura 16), já mencionados anteriormente, ocorrem de maneira preponderante em direção ao centro tradicional da cidade e também em direção à área sudoeste da cidade, que goza de importantes serviços públicos procurados pela população pobre de outras áreas, até mesmo pelos residentes da área nordeste.

Vale mencionar os fluxos estabelecidos pela população residente do setor 172, na busca por serviços mais específicos no bairro Ana Jacinta. O trajeto, normalmente é feito por ônibus e tem uma interrupção no centro da cidade, para em seguida se dirigir ao bairro destino.

9. Apropriação do território urbano

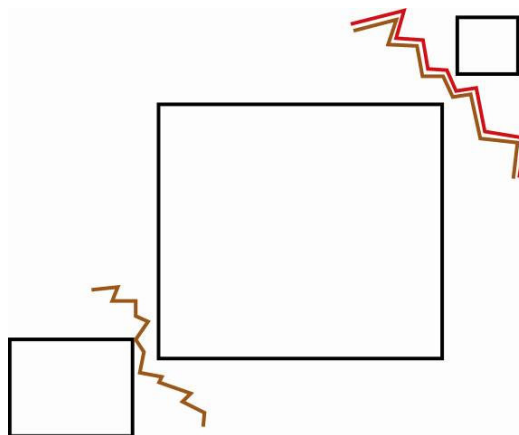
Figura 17



Temos, então, do ponto de vista do uso do território, uma apropriação a partir do local de moradia, que no presente caso se trata das áreas de exclusão social, localizadas sumariamente na porção leste da cidade (Figura 18).

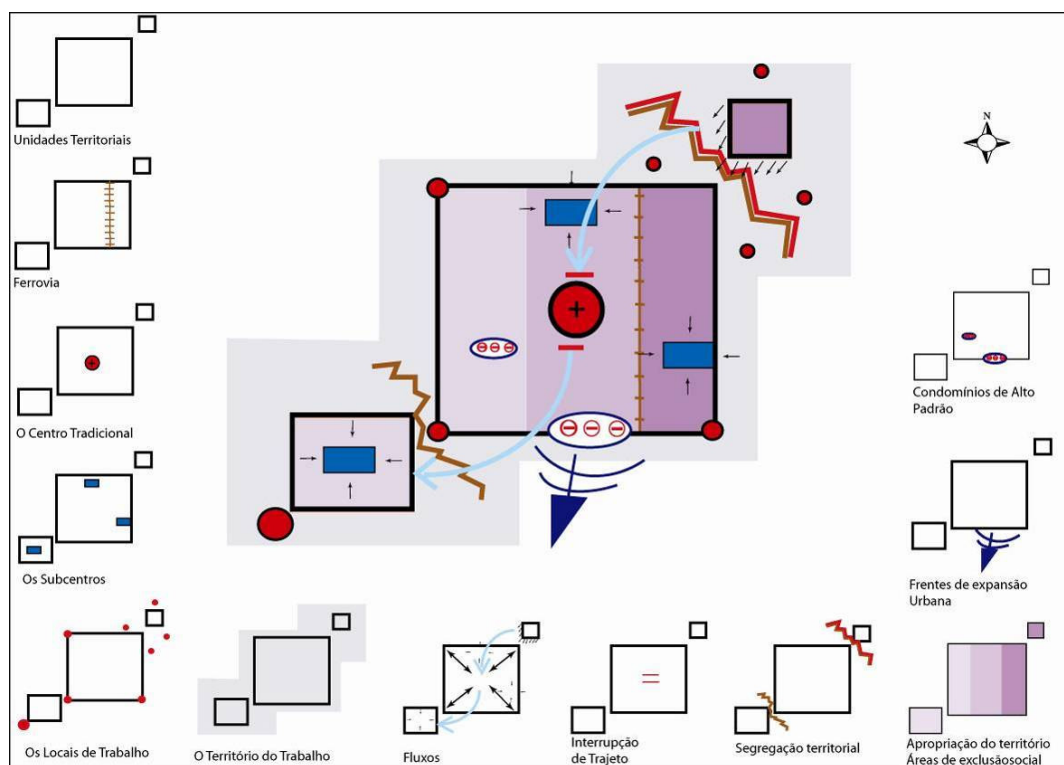
10. Segregação sócio-espacial

Figura 18



Uma outra estrutura elementar trata da fragmentação do tecido urbano (figura 18), conformato pela especulação do mercado imobiliário nas cidades médias, quando se guarda grande quantidade de terras urbanas em processo de valorização, enquanto a população mais carente sofre os seus danos. Na porção norte da cidade isso é uma questão paradigmática, pois aliado á fragmentação do tecido espacial, estão as condições sócio-econômicas da população ali residente, podendo-se falar, então em segregação sócio-espacial. A porção sudoeste, por sua vez, como goza de uma ampla gama de serviços e infra-estrutura, além de grande quantidade de linhas de ônibus para outras partes da cidade, aliada às condições socioeconômicas mais favoráveis, tem inserção mais intensa na vida urbana, sofrendo, portanto, um processo de segregação sócio-espacial menos severo.

Figura 19 – Modelo de Presidente Prudente



Elaboração: 2007-2008

De forma geral, podemos notar duas características principais na aplicação dos modelos para a análise territorial: 1) a qualidade gráfica é indiscutivelmente superior. Ao eliminar as estruturas contingentes e evidenciar somente o essencial, a representação se revela menos poluída e de leitura mais agradável; 2) por suas características de representação daquilo que é essencial, conseguimos fazer uma leitura territorial mais precisa, mais organizada e mais orientada. Conseguimos obter do modelo as principais características dos territórios, representar os processos sociais e articular escalas e realidades.

Pelos resultados obtidos de uma primeira modelização para a cidade de Presidente Prudente (Figura 19), acreditamos ser possível uma abordagem coremática de outras cidades médias e a realização de uma análise conjunta e comparativa que nos permite sair dos particularismos e entender nossas cidades na sua essência. Nesse sentido pretendemos avançar.

No próximo capítulo buscamos analisar mais uma cidade média, especificamente, São José do Rio Preto e, também, realizar um exercício de modelização gráfica, propondo, ao final, um modelo para ela. Ao final buscaremos uma

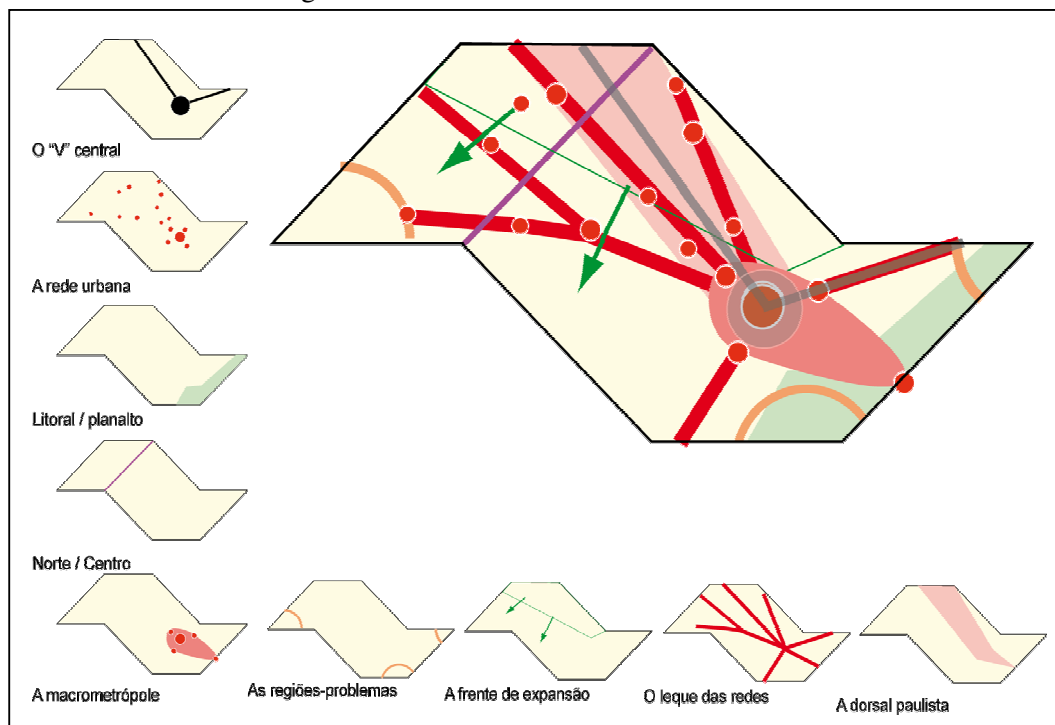
avaliação das semelhanças nos processos e dinâmicas sócio-territoriais, esboçando-os como questões gerais a serem considerada para demais cidades médias.

6. A CIDADE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

A cidade de São José do Rio Preto foi tomada aqui não como um estudo de caso, mas como um exemplo a ser examinado em comparação com Presidente Prudente, cidade já abordada no capítulo anterior. O que estamos buscando aqui são padrões espaciais na escala intra-urbana e, mais especificamente, através da análise coremática, padrões da pobreza e da exclusão social das cidades médias do interior do Estado de São Paulo. Importa-nos desvendar os circuitos de produção e reprodução da pobreza urbana, assim como a apropriação e o uso do território intra-urbano.

Vejamos, mais uma vez, o modelo elaborado por Théry para o Estado de São Paulo, no sentido de situar a cidade de São José do Rio Preto.

Figura 20 – Modelo do Estado de São Paulo



Fonte: Théry, 2007

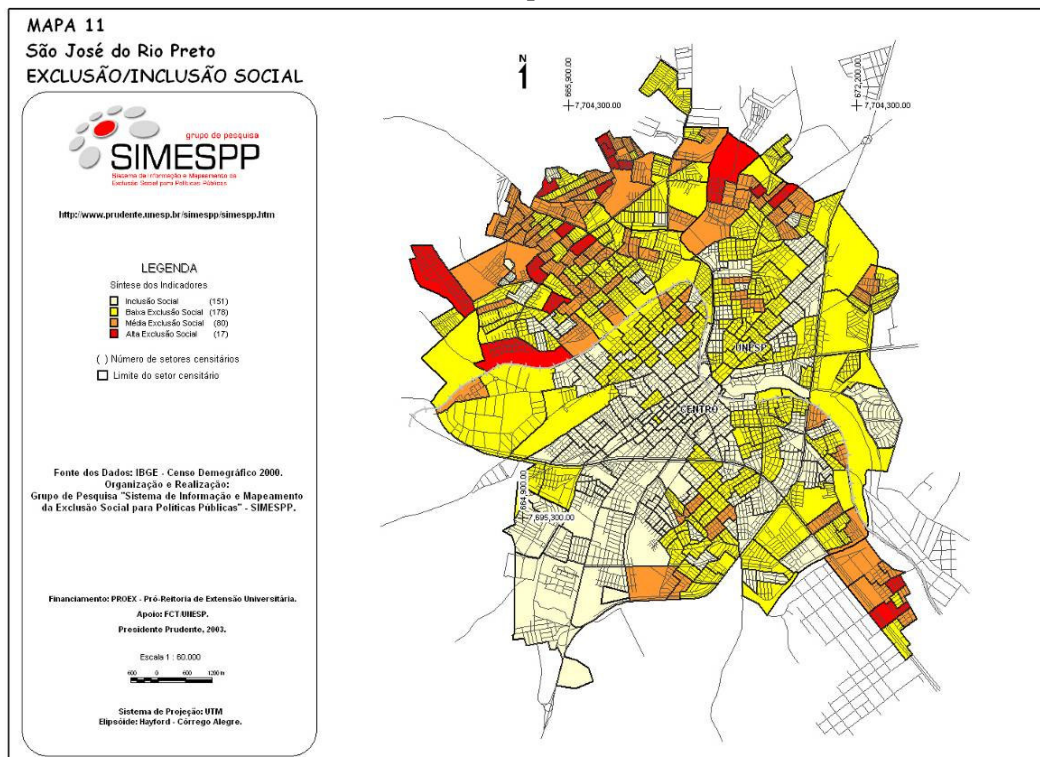
São José do Rio Preto, localizada no norte de São Paulo, como pode ser percebido através do modelo proposto (Figura 20), se insere em uma das regiões mais dinâmicas do Estado. Trata-se de uma cidade média, com atestada importância regional, como diversos trabalhos já apontaram (WHITACKER, 2003 e VIEIRA, 2005), uma das mais importantes, localizada em um dos principais eixos de desenvolvimento.

Conforme o modelo, ela se insere no que, estruturalmente, Théry chamou de “V Central” e “Dorsal Paulista”.

Para além de sua privilegiada inserção na economia paulista, muito importante do ponto de vista regional, é preciso atentar para as suas dinâmicas intra-urbanas. Interessa-nos, sim, saber como se dá o uso do território pela população pobre e, por conseguinte, identificar processos gerais de produção e reprodução das iniquidades sociais e espaciais.

A cidade possui uma população de aproximadamente 360 mil habitantes, segundo os dados do IBGE (CENSO 2000). O mapeamento da exclusão social dessa cidade, realizado pelo grupo de pesquisa CEMESPP, revelou a existência de 17 setores de exclusão social na cidade. Vejamos o mapa produzido pelo grupo.

Mapa 23



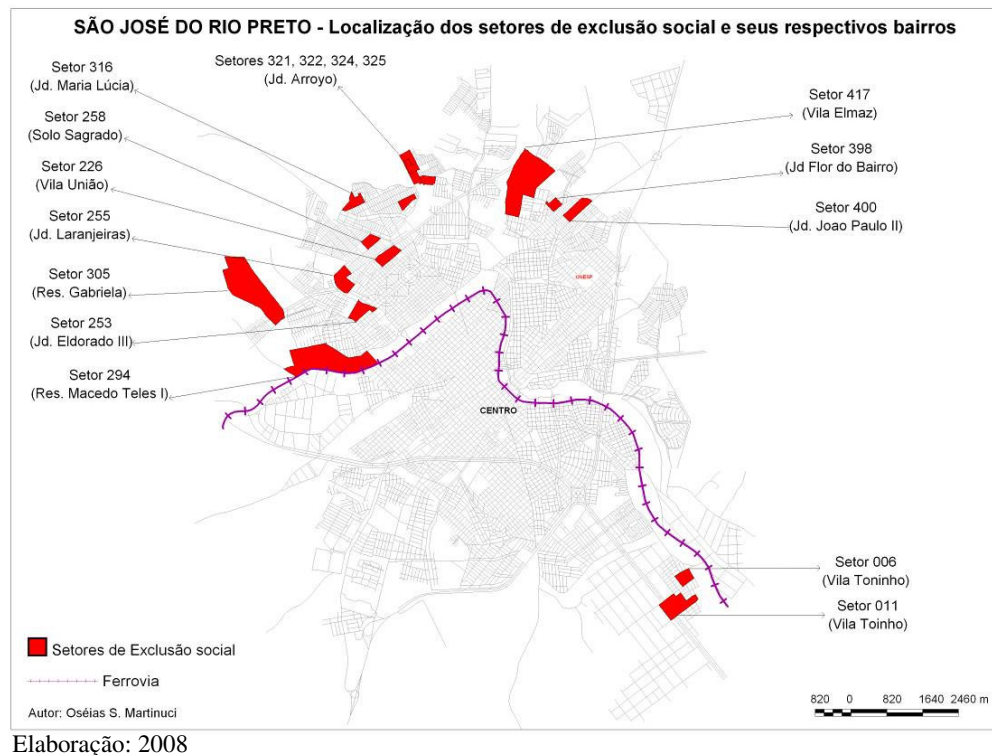
Fonte: CEMESPP, 2004.

Visualizando o mapa de inclusão/exclusão social da cidade (mapa 23), podemos tirar algumas observações preliminares. Uma primeira delas é que os setores considerados de alta exclusão social estão localizados, sobremaneira na porção norte e noroeste da cidade (15 no total), enquanto que na parte sudeste da cidade o mapa atesta a existência de dois setores. A segunda observação é a concentração dos setores de

inclusão social na porção central, sul e sudoeste. Esta última área, a sudoeste, é onde se concentra uma grande parte dos empreendimentos imobiliários de alto padrão, reduto da população que detém os mais altos rendimentos.

No mapa seguinte, podemos visualizar com mais clareza os setores de exclusão social, assim como os respectivos bairros neles inseridos.

Mapa 24



Uma característica que tem se feito presente em várias cidades de porte médio do interior paulista diz respeito à disposição geográfica da linha de ferro, freqüentemente um divisor das condições sociais intra-urbanas. No caso de São José do Rio Preto esta característica também prevalece, com quinze dos dezessete setores de alta exclusão social localizadas ao norte da ferrovia (ver mapa 24).

Como explicitado na tabela 5, foi definido uma amostra de 367 questionários a serem aplicados nas áreas de exclusão social, com base em Gerardi e Silva (1981). Seguindo o mínimo da amostra e obedecendo ao peso de cada setor em termos populacionais para a determinação da quantidade de questionários por setor, foram aplicados na cidade um total de 372, que nos permitiram fazer o mesmo que foi feito para Presidente Prudente.

Procuramos abordar as questões intra-urbanas pertinentes para São José do Rio Preto e sua população em situação de pobreza, não somente a partir dos dados levantados com os questionários, mas também, buscando incorporar informações resultantes da observação direta em campo. É o caso, por exemplo, de bairros que não constavam em nossas bases cartográficas, localizados no extremo norte. Isto, para nós, não é um complicador, que de alguma forma comprometa nossa pesquisa, pelo contrário, revela como as mudanças sociais e territoriais se dão de forma contínua em nossas cidades, em especial nas de porte médio, onde o mercado imobiliário é altamente dinâmico. Certamente essa dinamicidade afeta de forma bastante acentuada os pobres, que são levados, conseqüentemente, a buscar áreas mais distantes dos espaços melhor estruturados. Como alertava Milton Santos, a cidade não é dual, ela é um único sistema integrado por vários subsistemas que se comunicam. Mais especificamente, trata-se de uma relação de subordinação imposta pelo mercado imobiliário, que influencia, sobremaneira, o processo de autoconstrução nas áreas periféricas urbanas. Trata-se aqui dos nexos de subordinação que o circuito superior exerce sobre o inferior, como mencionado por Silveira (2007).

O mapa seguinte mostra as principais discontinuidades de São José do Rio Preto.

Mapa 25



Elaboração: 2008

Um exemplo de bairro que não constava na nossa base cartográfica é o Parque da Cidadania, localizada no extremo norte da cidade (mapa 25), ao que parece, bastante afetado pelas descontinuidades territoriais. Na observação direta em campo, podemos perceber toda uma gama de serviços e comércio típicos do circuito inferior da economia. Além disso, era nítida a condição de um bairro que iniciou recentemente a sua construção, com uma grande parte das residências ainda inacabadas. Certamente, é um bairro que tem sido levantado por autoconstrução. Há grandes probabilidades de que essa área, no próximo censo do IBGE, que será realizado em 2010, seja classificada

como sendo de exclusão social. Ao mesmo tempo em que surgem novas áreas precárias da cidade.

Atentamos para o fato de que temos aqui situações que se assemelham à cidade de Presidente Prudente, como bairros segregados na periferia¹⁷, marcados pela descontinuidade territorial.

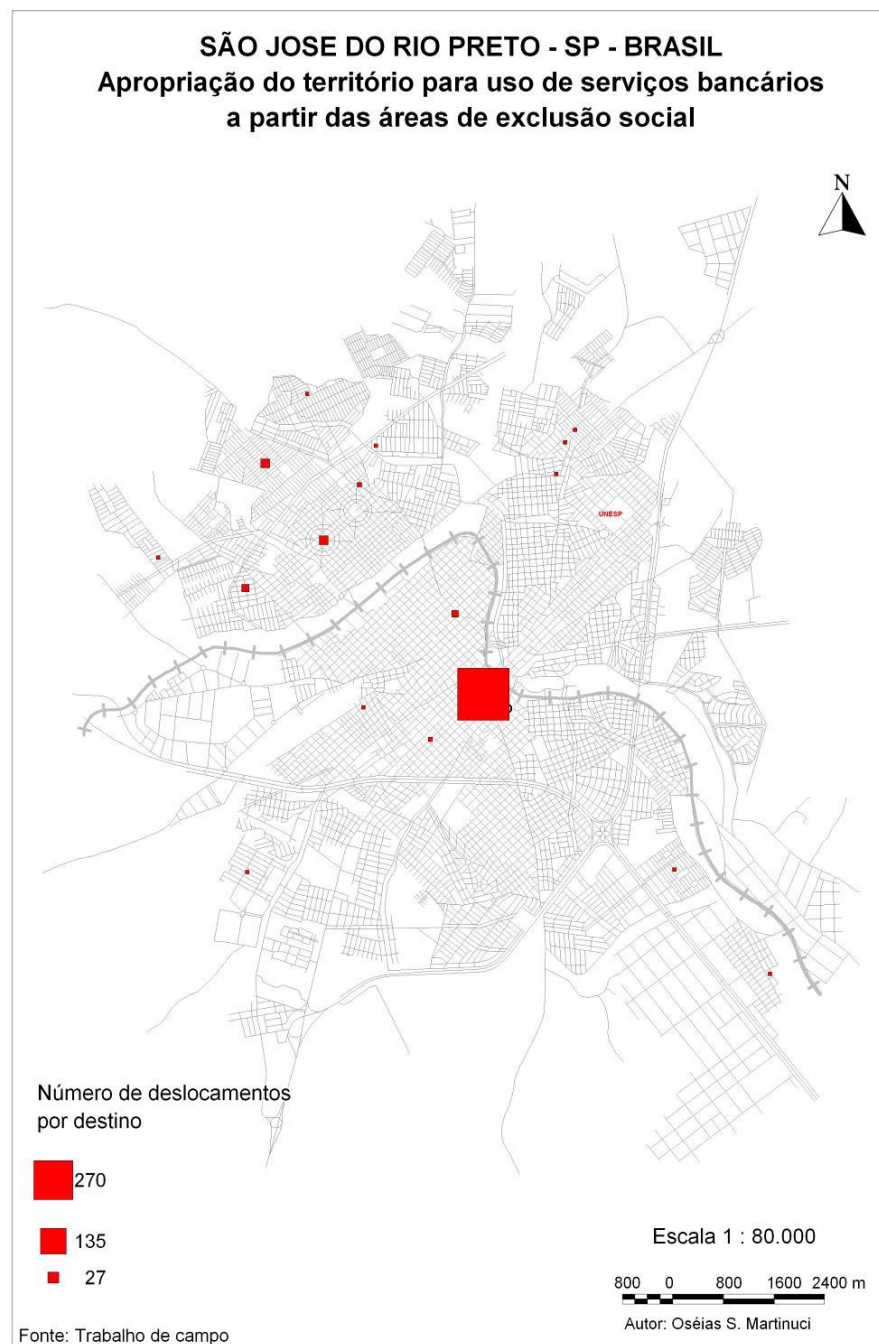
Em se tratando do Parque da Cidadania, temos exemplo análogo em Presidente Prudente, que é o Jardim Morada Sol, bairro separado da cidade compacta e altamente dependente de serviços e infra-estruturas localizadas em outras áreas do espaço urbano. Ao mesmo tempo a Vila Toninho (setores 006 e 011), no sudeste de São José do Rio Preto, se assemelha com o bairro Ana Jacinta de Presidente Prudente, marcado pela descontinuidade territorial, mas ainda assim um subcentro de comércio e serviços, relativamente importante, para as demais áreas pobres da cidade. A Vila Toninho conta assim, com serviços de saúde, comércio e até mesmo agência bancária, como pudemos verificar em campo.

Com a análise dos mapas poderemos perceber essa situação.

Importa agora atentar para as similitudes no padrão de apropriação do território urbano, considerando as diferentes necessidades cotidianas da população. Em termos de concentração e dispersão dos usos, assim como no caso de Presidente Prudente temos dois exemplos típicos. Um primeiro trata da apropriação do território para o uso dos serviços bancários, em que se nota o mesmo padrão. Vejamos o mapa.

¹⁷ É importante, destacar aqui que não estamos usando periferia como sinônimo de pobreza, uma vez que atualmente a periferia urbana tem assumido novos conteúdos, onde podem ser encontrados vários loteamentos fechados com alto padrão de construção. Mais detalhes sobre essa questão ver Sposito (2004), no seu trabalho “Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo”.

Mapa 26

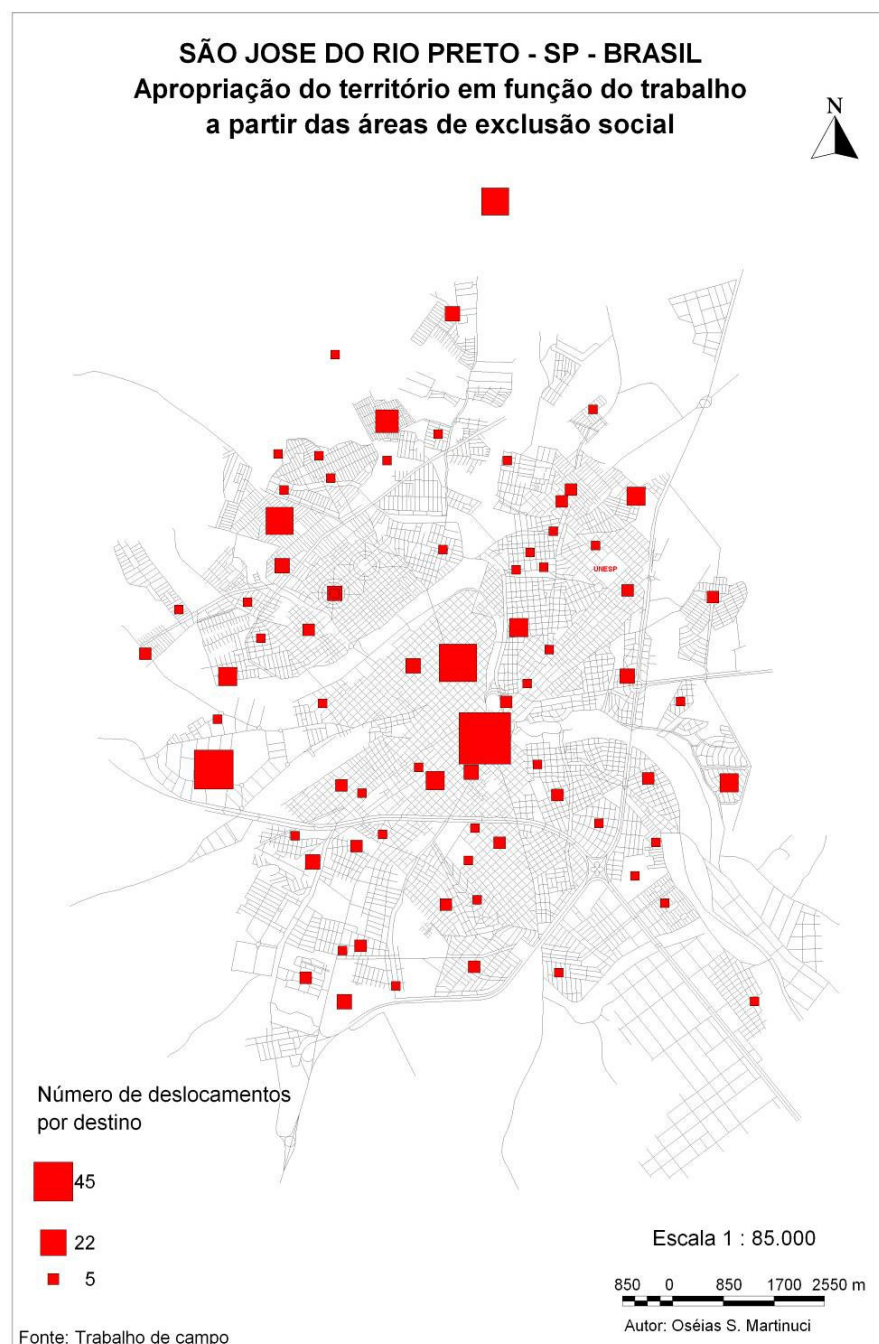


Apesar de conter alguns pontos mais dispersos pela cidade, o padrão de uso dos serviços bancários é altamente concentrado, como mostra o mapa 26, evidenciando a importância do centro tradicional no contexto urbano de uma cidade média com relação a esse tipo de serviço. É possível ainda observar, ao relativizar a condição territorial da

rede bancária, a existência de um subcentro no noroeste da cidade, onde é possível encontrar algumas agências bancárias.

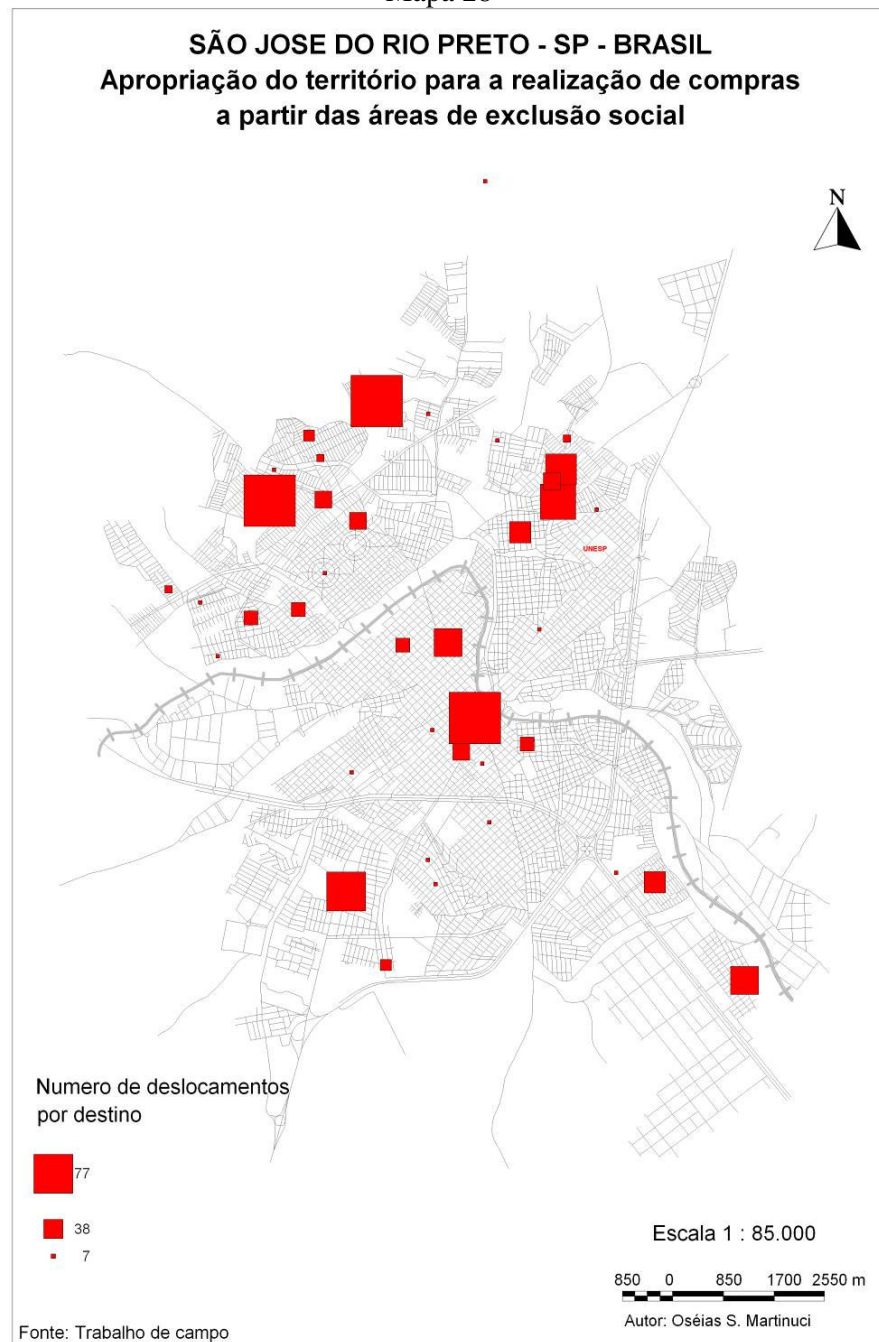
Diversamente ao que acontece com os serviços bancários, altamente concentrados, a variável trabalho assume uma condição ou uma configuração territorial mais dispersa. Vejamos o que mostra o mapa 27.

Mapa 27



Podemos verificar no mapa anterior que na condição de trabalhador, o pobre se apropria mais intensamente do território urbano, apresentando um padrão de dispersão muito intenso pela cidade, ainda que haja alguns pontos de maior concentração como, por exemplo, o centro tradicional e os distritos industriais. O trabalho, inclusive, faz com que esses trabalhadores se apropriem de territórios para além do perímetro urbano. Se observarmos o mapa no extremo norte, poderemos verificar uma importante apropriação para fora da cidade. Além disso, espaços de auto-segregação, como é o caso de condomínios localizados na porção sul e leste da cidade, só podem ser acessados pela grande maioria dos pobres da cidade, na condição de trabalhadora.

Mapa 28



Levantamento, 2008

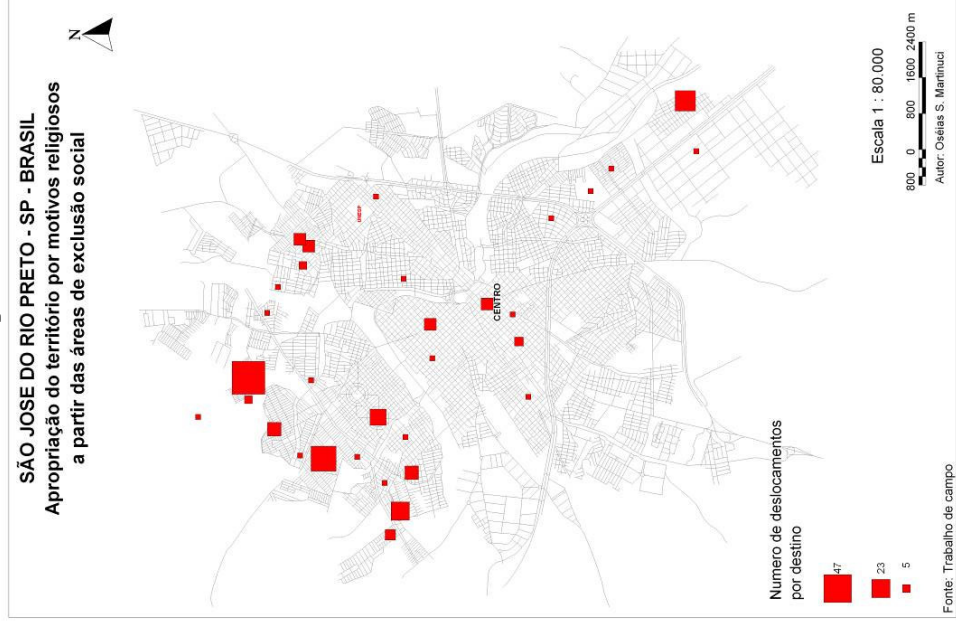
O mapa 28, por conseguinte, que trata da apropriação do território para a realização de compras, atesta para a existência de uma forte centralidade na periferia no que diz respeito a esse quesito. Recebe especial destaque as áreas localizadas a nordeste, situadas próximas aos setores de exclusão social. Isso se dá em função da existência de

estabelecimentos de importantes redes de supermercados nestas áreas, em particular, ao longo da Avenida Mirassolândia (a nordeste) e ao longo da Avenida Danilo Galeazzi (ao norte) que atendem a população local.

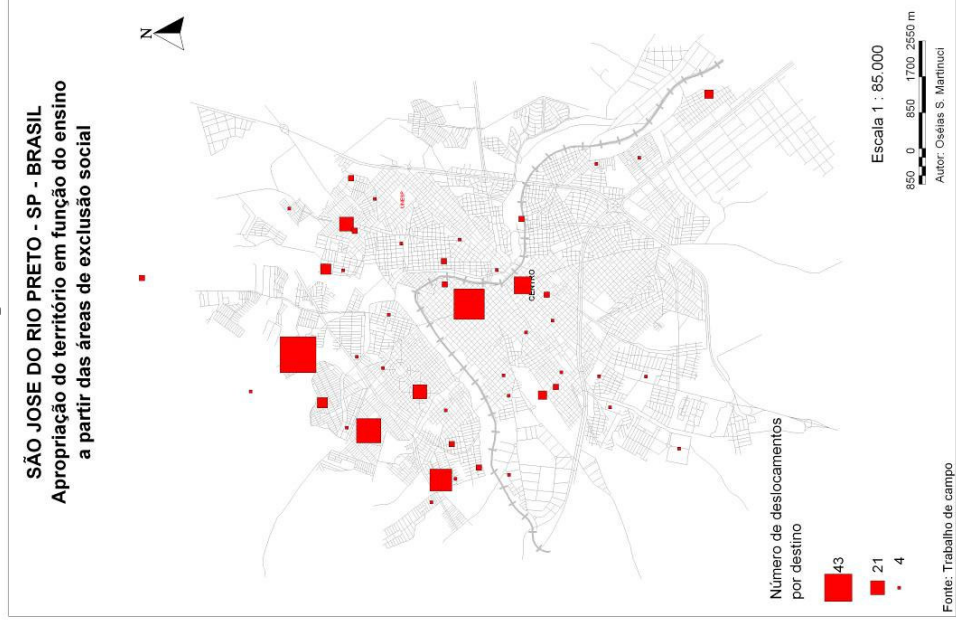
Parece-nos que em função da existência de centros de comércio e serviços expressivos ao norte, o processo de segregação sócio-espacial tende a ser mais acirrado. Se por um lado há uma menor dependência em relação ao centro tradicional da cidade, para uma população de parques rendimentos (em certa medida, um aspecto favorável), por outro lado há fragmentação da vivência entre as diferentes classes sociais. Temos então um processo de segmentação social, segundo os termos de Sobarzo (2004), em que o encontro entre os diferentes fica cada vez mais difícil.

Nas páginas seguintes expomos os mapas de apropriação do território em função do ensino, dos motivos religiosos, dos serviços de saúde e, por fim, do lazer. Em seguida, vejamos as possibilidades de análise a partir da percepção dos padrões espaciais.

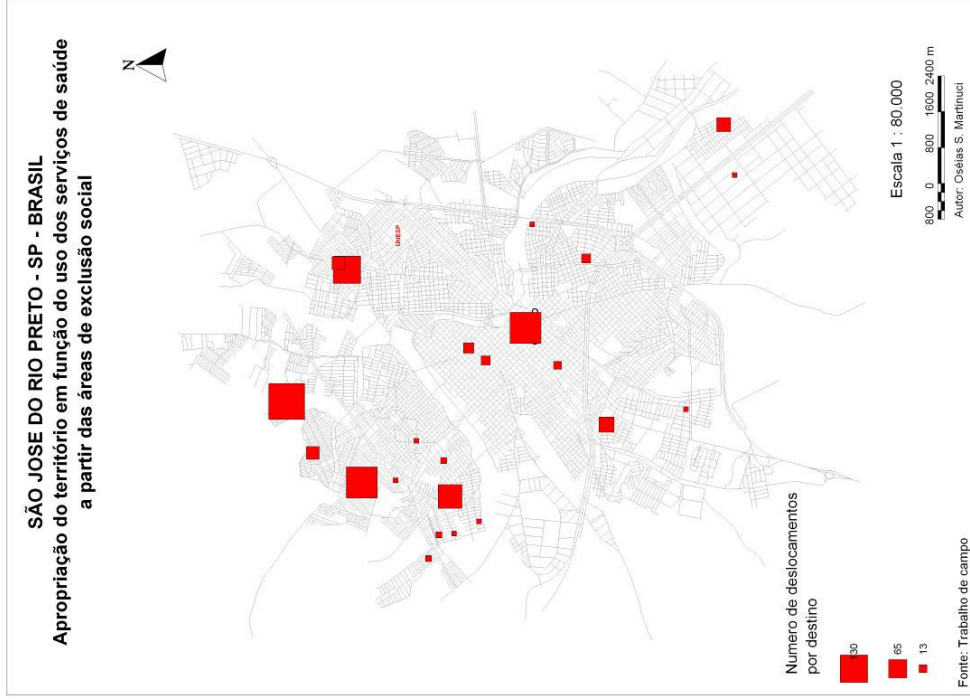
Mapa 29



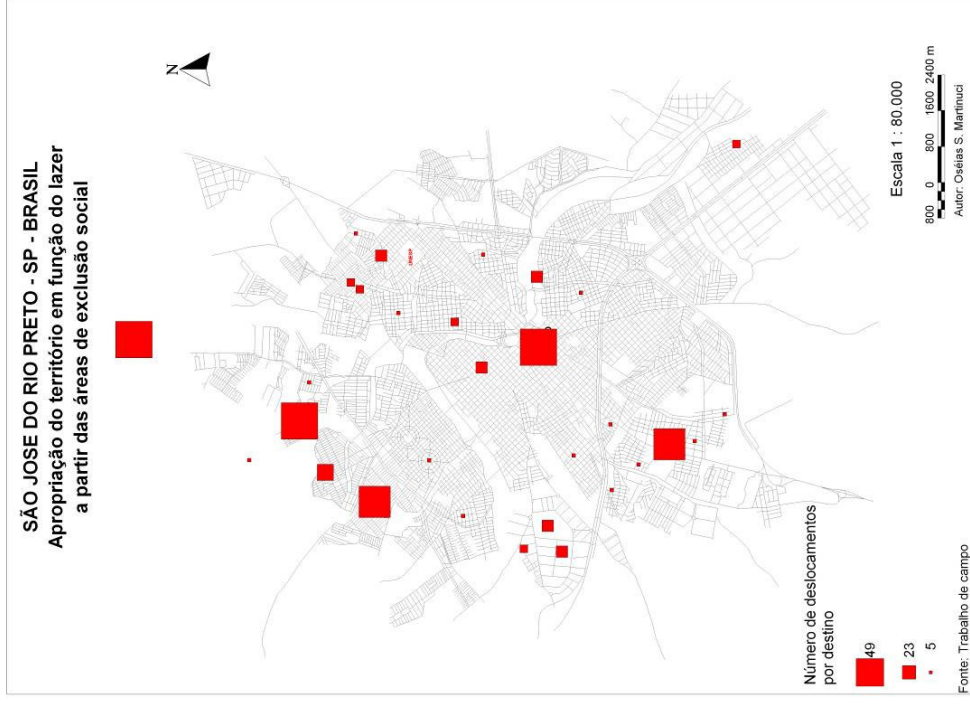
Mapa 30



Mapa 31



Mapa 32

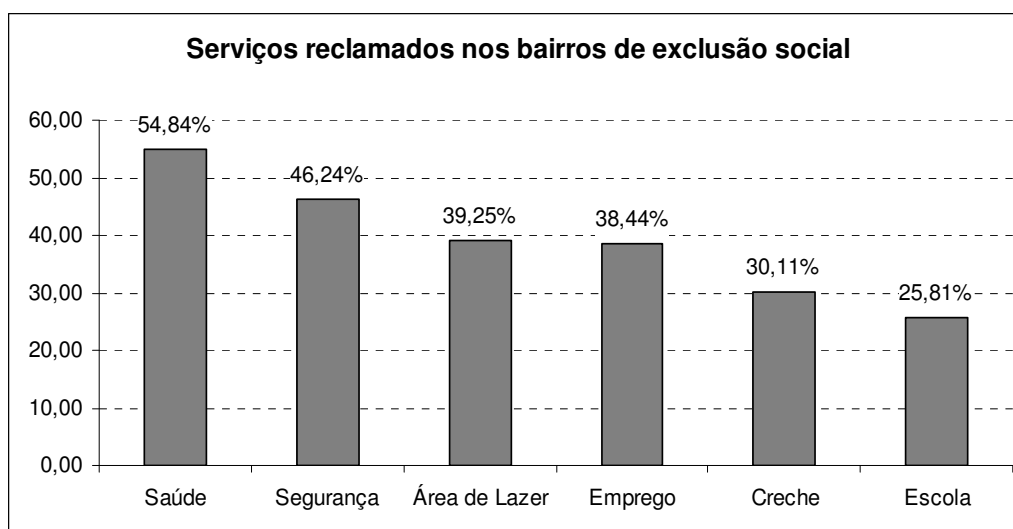


Os três primeiros mapas (29, 30 e 31) atestam à concentração da apropriação do território na parte norte da cidade. De modo geral, há uma dependência menos intensa em relação às áreas mais centrais. A segregação sócio-espacial parece se dar em São José do Rio Preto de maneira mais intensa que em Presidente Prudente.

O mapa 31, referente ao uso do território em função dos serviços de saúde, evidencia a existência de alguns centros de saúde na parte norte que atendem a população local. No entanto, há uma reclamação muito expressiva em relação, principalmente a qualidade dos serviços prestados: falta de remédios, demora no atendimento e falta de certas especialidades médicas.

O gráfico seguinte nos dá a exata dimensão assumida pela questão da saúde.

Gráfico 4



Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Vale mencionar que a questão que contemplava as queixas da população local, presente no "Item V", tratava-se de uma questão de múltipla escolha. Então, os percentuais constantes no gráfico fazem relação com total de entrevistas realizadas.

Assim como ocorre em Presidente Prudente, a questão da saúde assume especial destaque, sendo, assim, o primeiro item reclamado pelos moradores, com 54,84% dos apontamentos, como mostra o "gráfico 4". Não se trata, necessariamente, de falta de postos de saúde nas proximidades, mas sim da precariedade dos serviços prestados. Em São José do Rio Preto, isso é muito mais marcante, já que a dependência em relação aos centros de saúde com serviços mais complexos, como a Santa Casa e o Hospital de Base

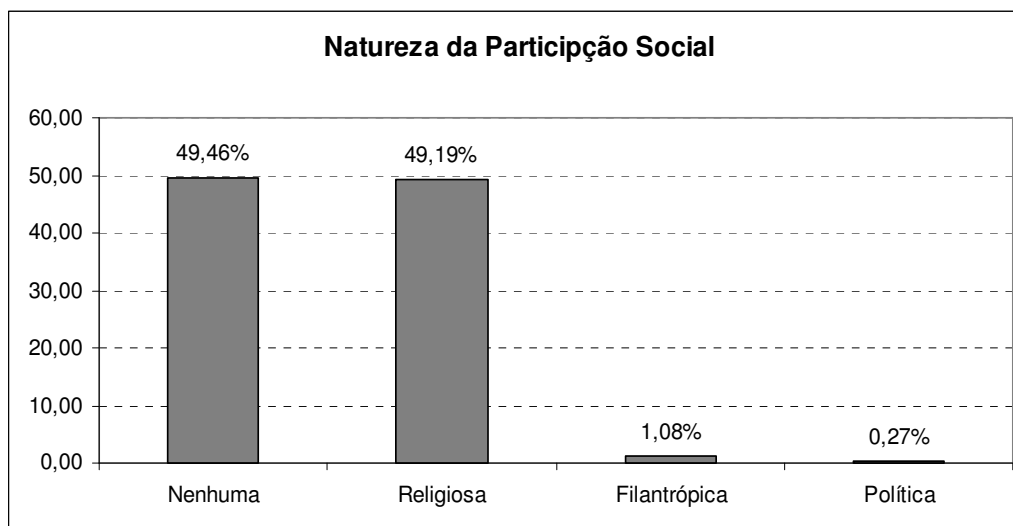
(HB), é bem menos intensa se comparada com Presidente Prudente. Observando o mapa 31, verificamos que a intensidade da apropriação se concentra, basicamente, nas proximidades dos setores pesquisados.

Outro elemento, peculiar das áreas de exclusão social de São José do Rio Preto, é a questão da segurança pública, sendo o segundo problema apontado (46,24%). Eram constantes as reclamações dos moradores referentes à insegurança. Alguns moradores chegaram a reclamar projetos sociais nos seus respectivos bairros, principalmente para a juventude (2,42% das respostas).

Questões relacionadas à falta de áreas de lazer, ou então a falta de áreas de lazer seguras, ocupa o terceiro lugar (39,25%). Para uma população com mobilidade reduzida, a existência de espaços destinados ao lazer e à sociabilidade próximos ao local de moradia, é essencial. Perguntada sobre a prática de lazer, 53,23% dos entrevistados afirmaram não desenvolver nenhuma atividade dessa natureza. Além disso, o lazer ainda parece ser privilégio daqueles que, de alguma forma, possuem uma condição econômica mais favorável, uma vez que de 48,28% daqueles que praticam lazer, o fazem de automóvel próprio, em áreas distantes do seu bairro, frequentemente fora da malha urbana, como é possível verificar no mapa 32.

A dimensão política da pobreza, também é muito precária em São José do Rio Preto. Ainda mais precária que na cidade de Presidente Prudente, segundo nossas constatações. Enquanto que em Presidente Prudente encontramos 6% da população envolvida com alguma forma de envolvimento sócio-político, em São José do Rio Preto este percentual é mais baixo ainda, da ordem de 0,27%.

Gráfico 5

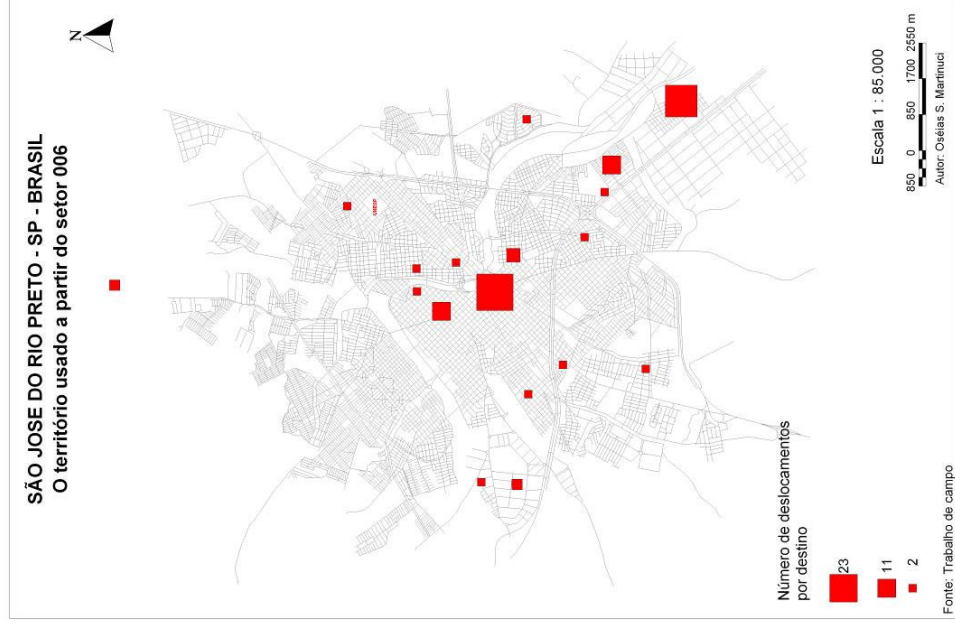


Fonte: Trabalho de campo, 2008.

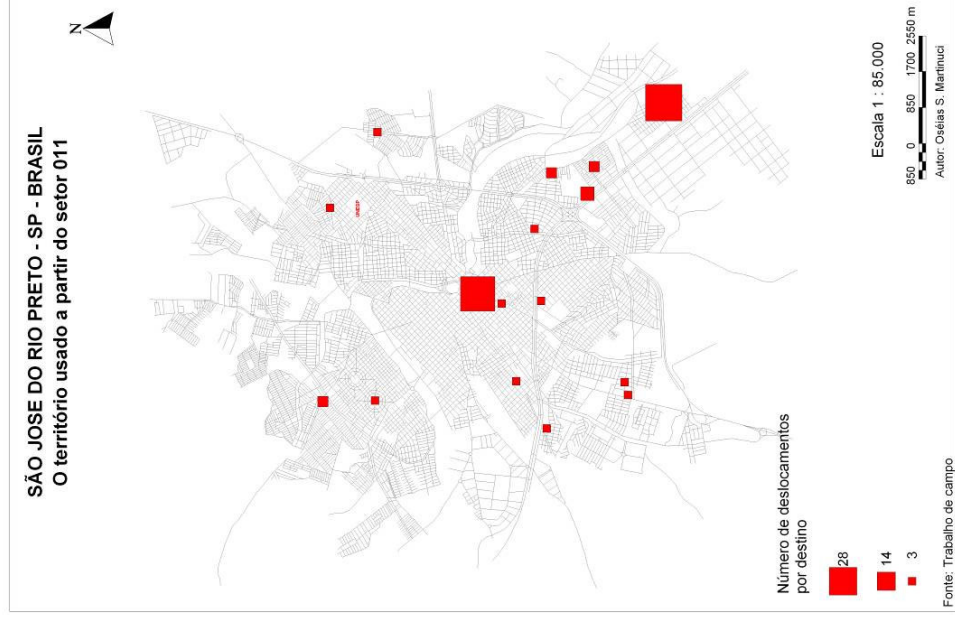
É significativo o percentual da população que afirma não ter qualquer forma de participação social, da ordem de 49,19%, como mostra o “gráfico 5”. Esses dados atestam, não somente a pobreza política, como também a fragilidade dos laços sociais. Isto tende a reforçar ainda mais os traços de segregação intra-urbana, ajudando a reforçar as desigualdades sócio-espaciais, já que não há atores sociais fortes o suficiente para fazer o contraponto, em especial nas cidades médias, como é o caso das duas que são tomadas como exemplo nesse trabalho.

Em Presidente Prudente constatamos que a população residente nos setores de exclusão social se apropria mais intensamente do território a partir do seu local de moradia e do seu entorno mais próximo e, na medida em que aumenta a distância de sua residência, essa apropriação vai diminuindo de intensidade. A partir da página seguinte expomos mais um conjunto de mapas, que mostram a apropriação do território urbano levada a cabo por cada setor censitário. Lembramos que os setores 006 e 011 são aqueles localizados na porção sudeste, enquanto que os demais na parte norte.

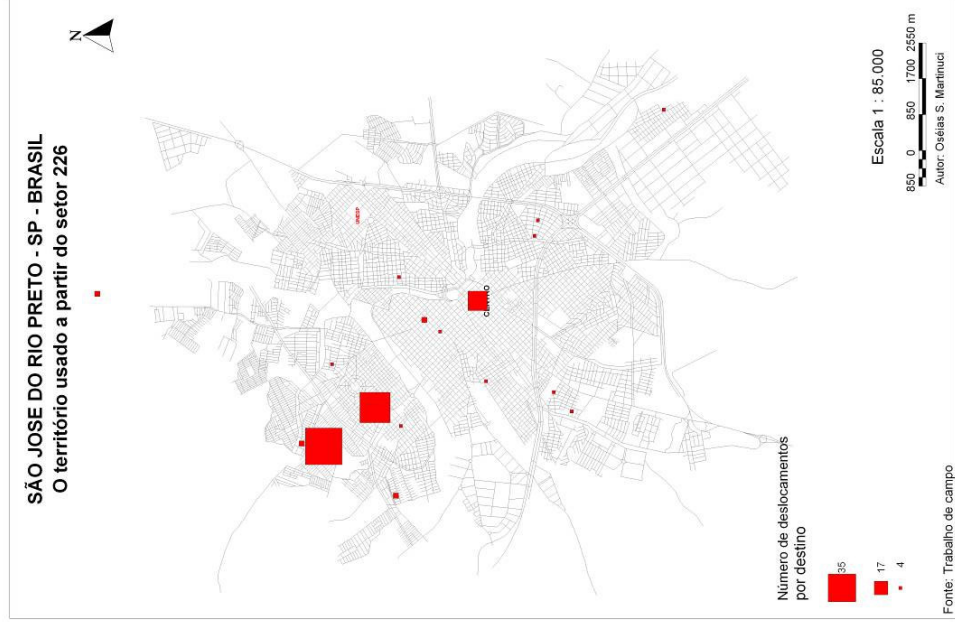
Mapa 33



Mapa 34

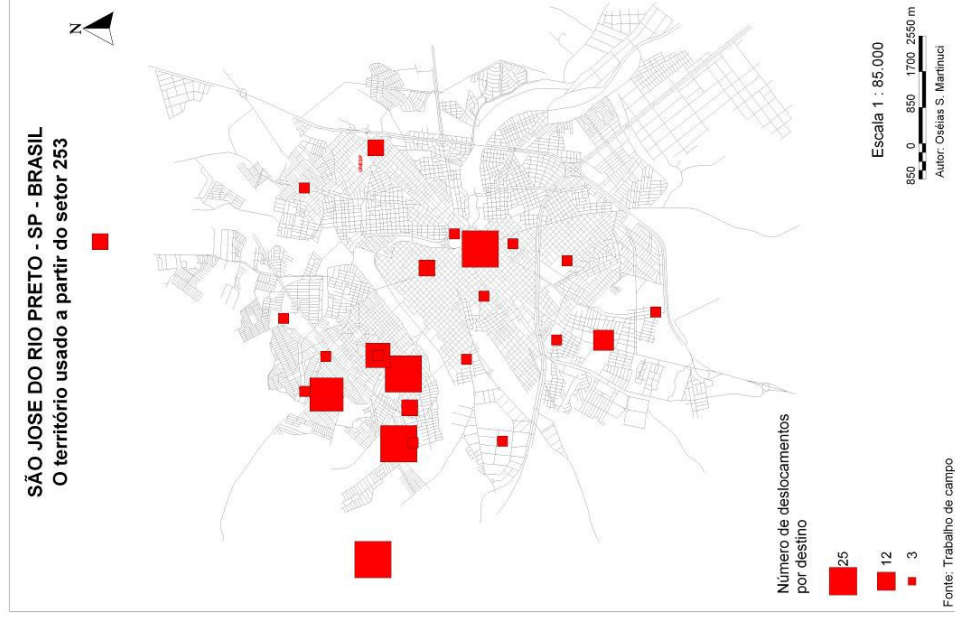


Mapa 35



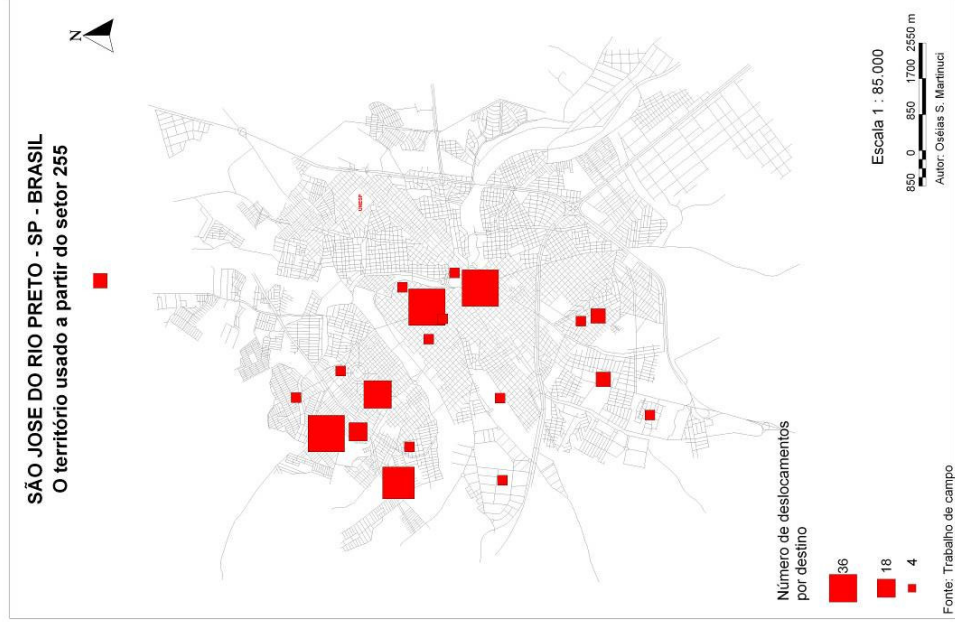
Levantamento: 2008

Mapa 36

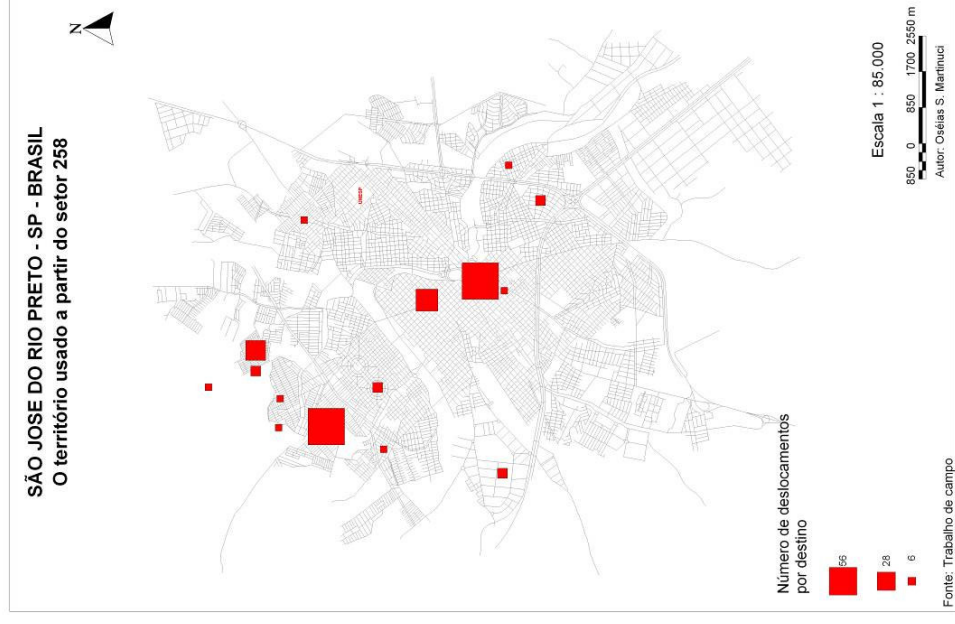


Levantamento: 2008

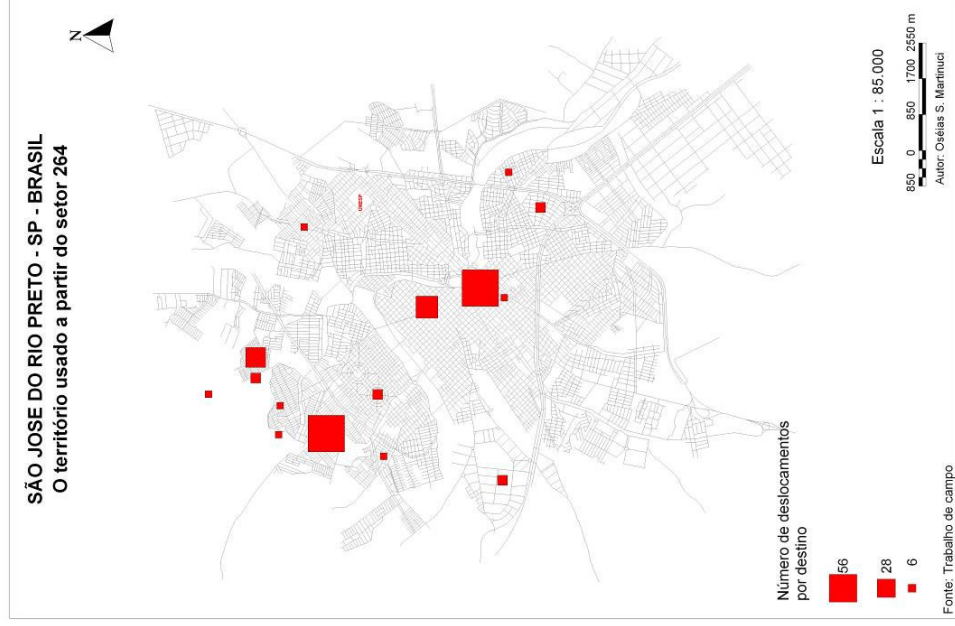
Mapa 37



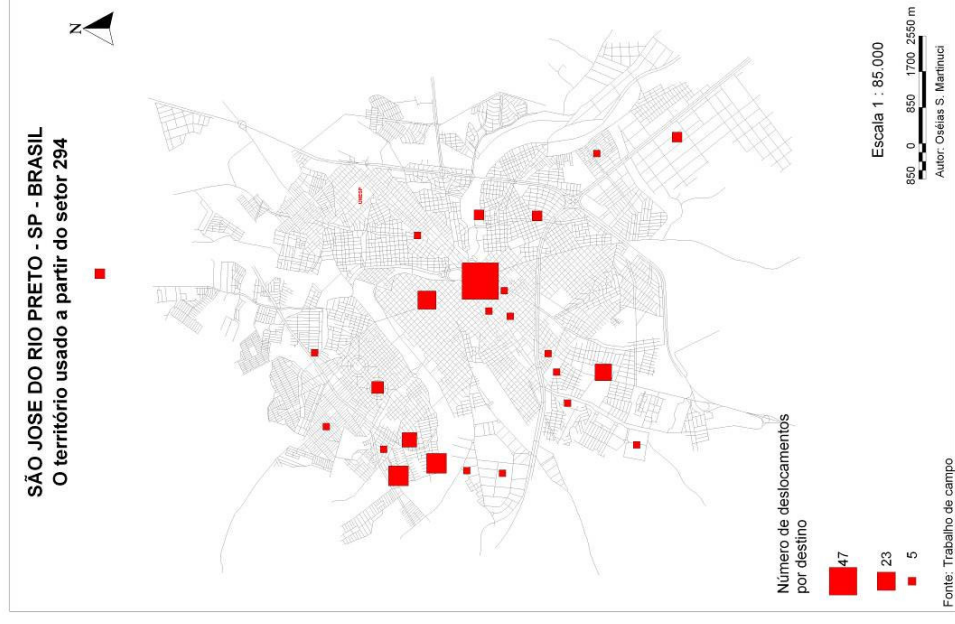
Mapa 38



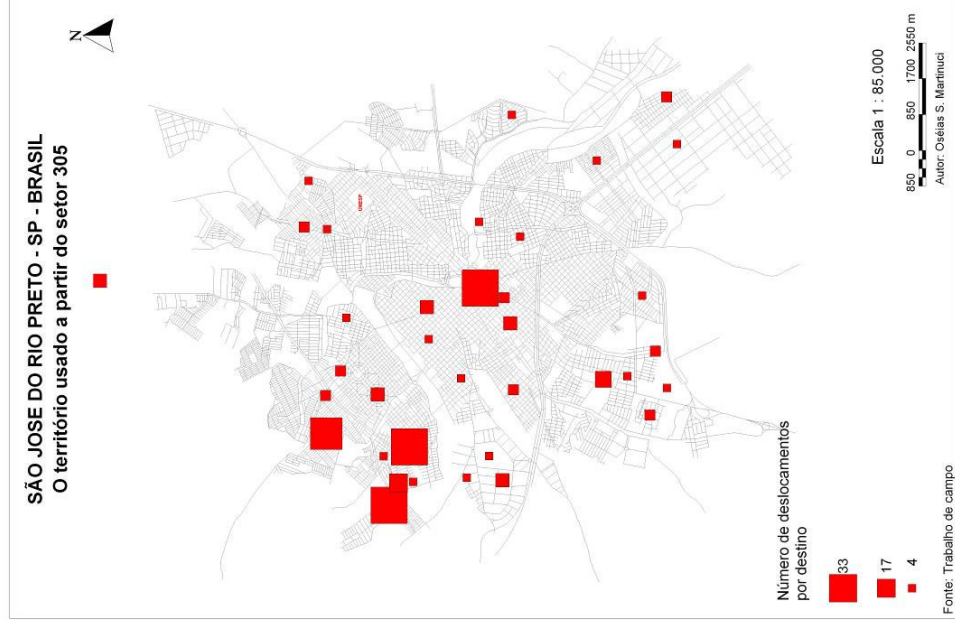
Mapa 39



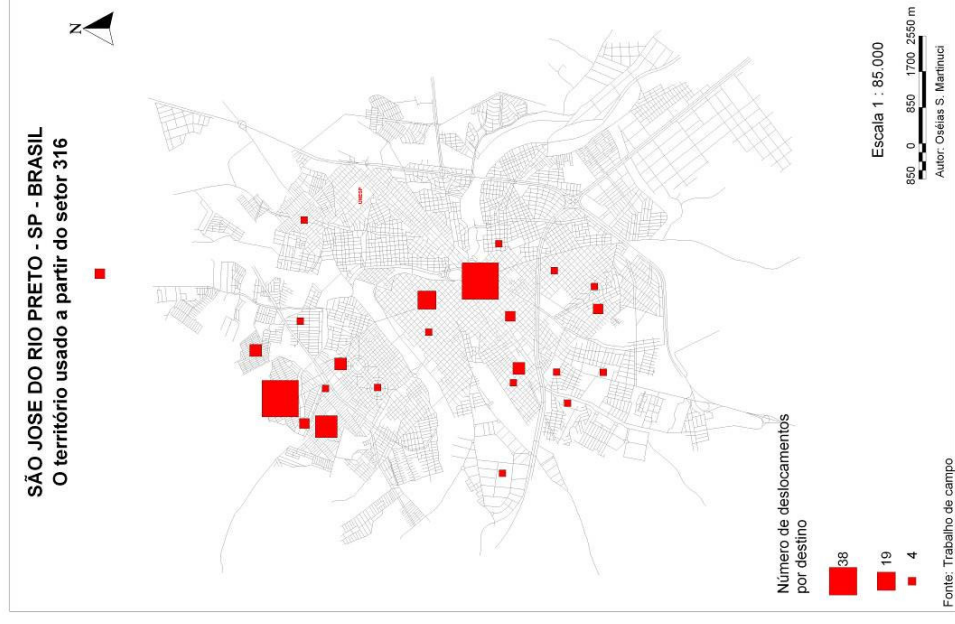
Mapa 40



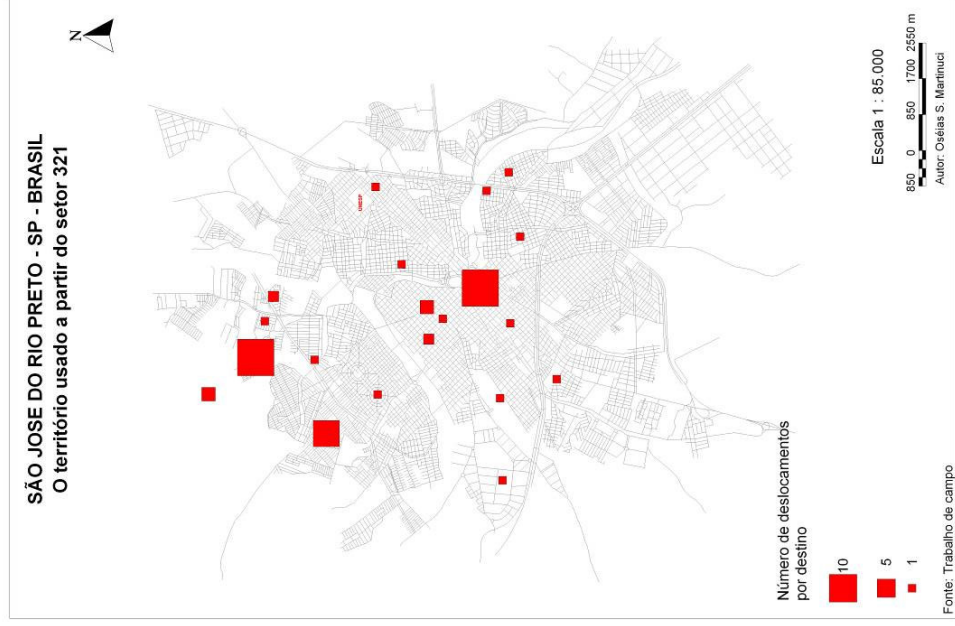
Mapa 41



Mapa 42

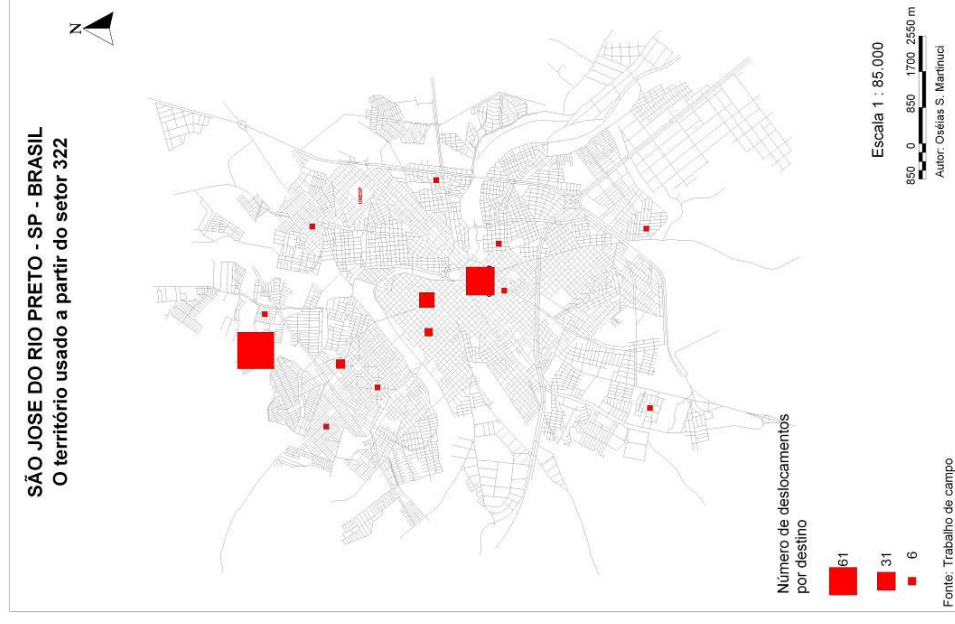


Mapa 43



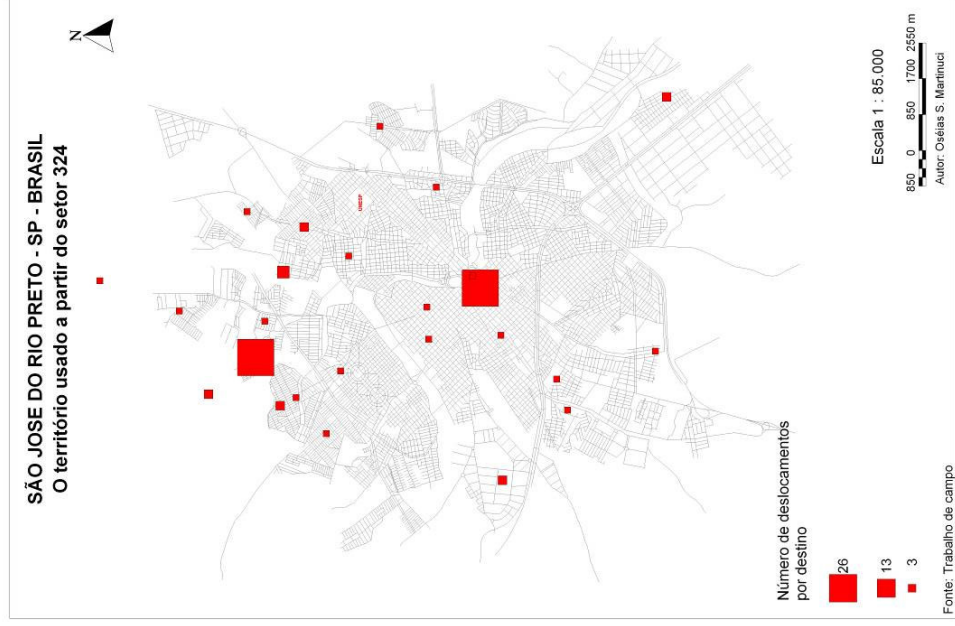
Levantamento: 2008

Mapa 44

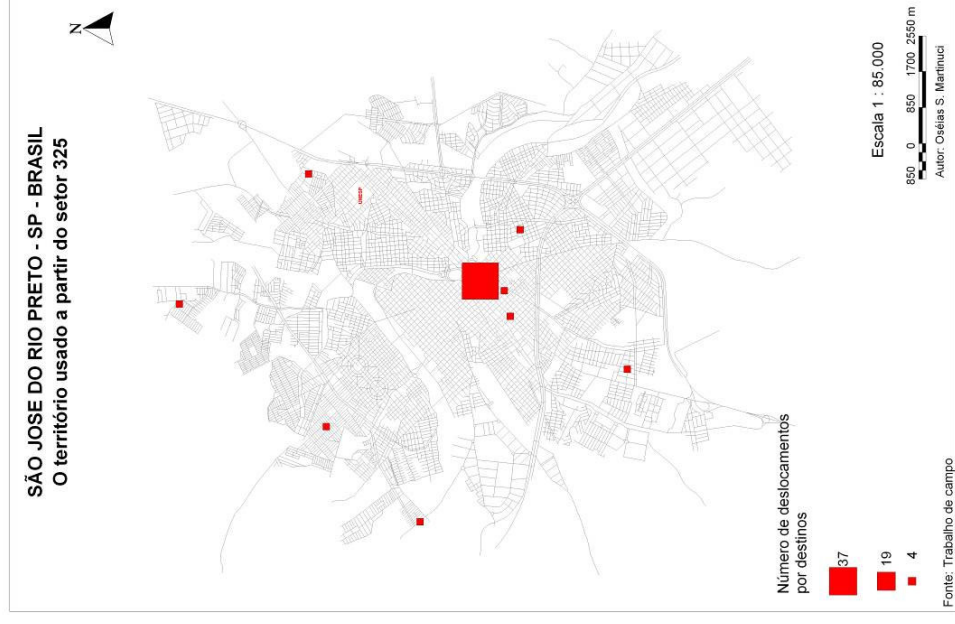


Levantamento: 2008

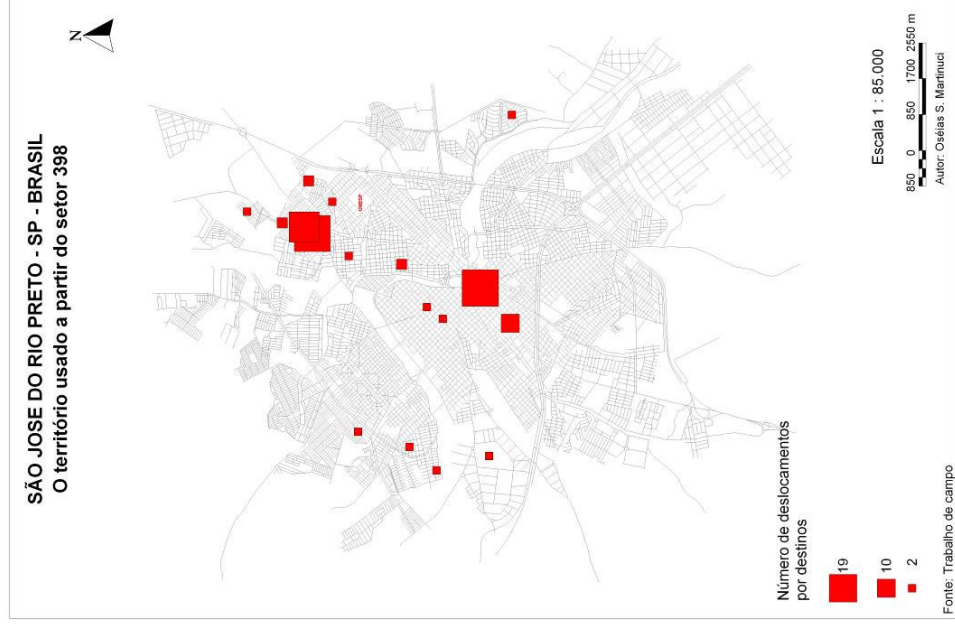
Mapa 45



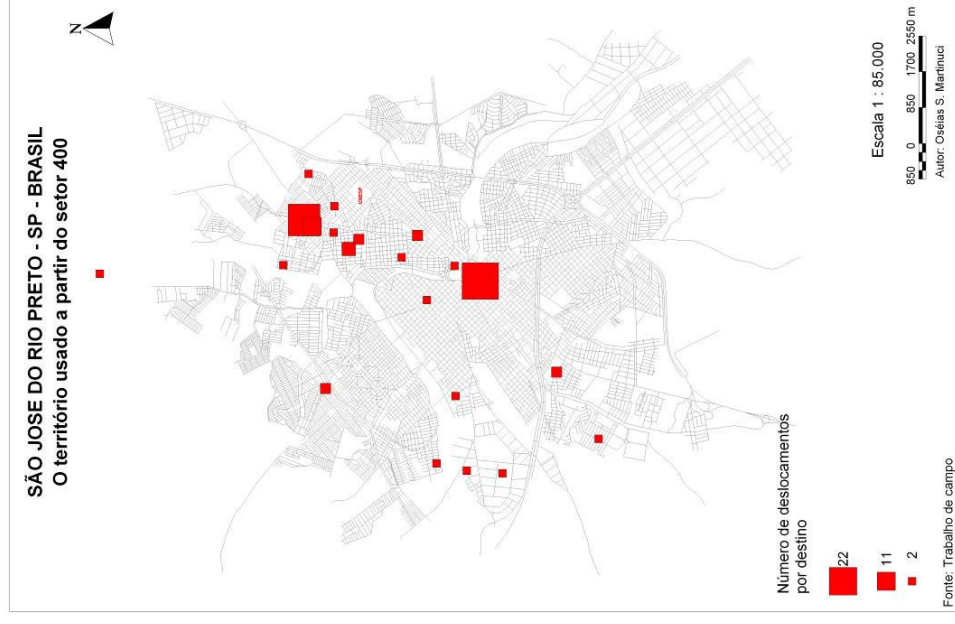
Mapa 46



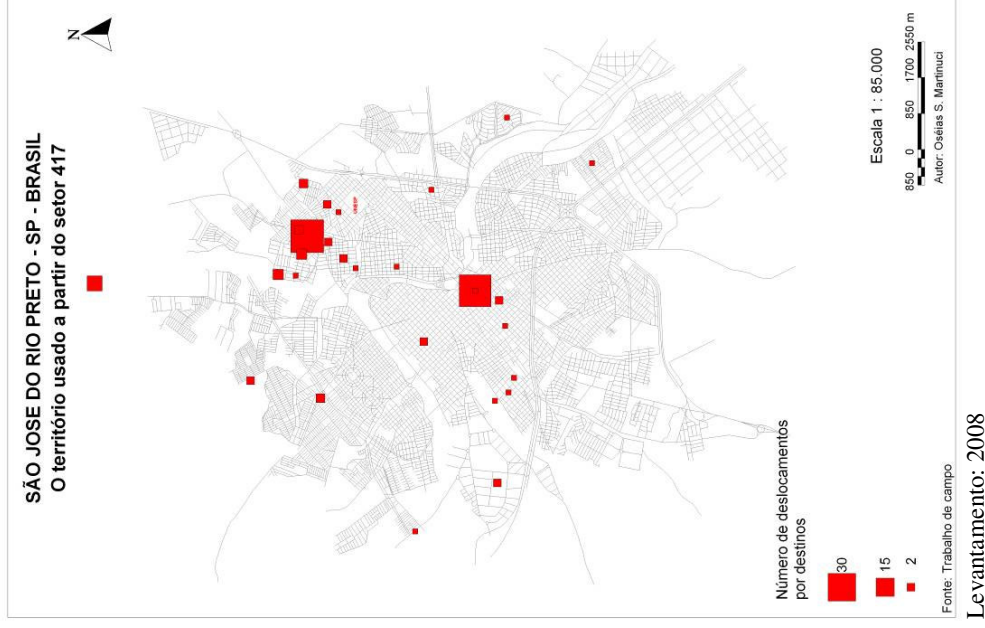
Mapa 47



Mapa 48



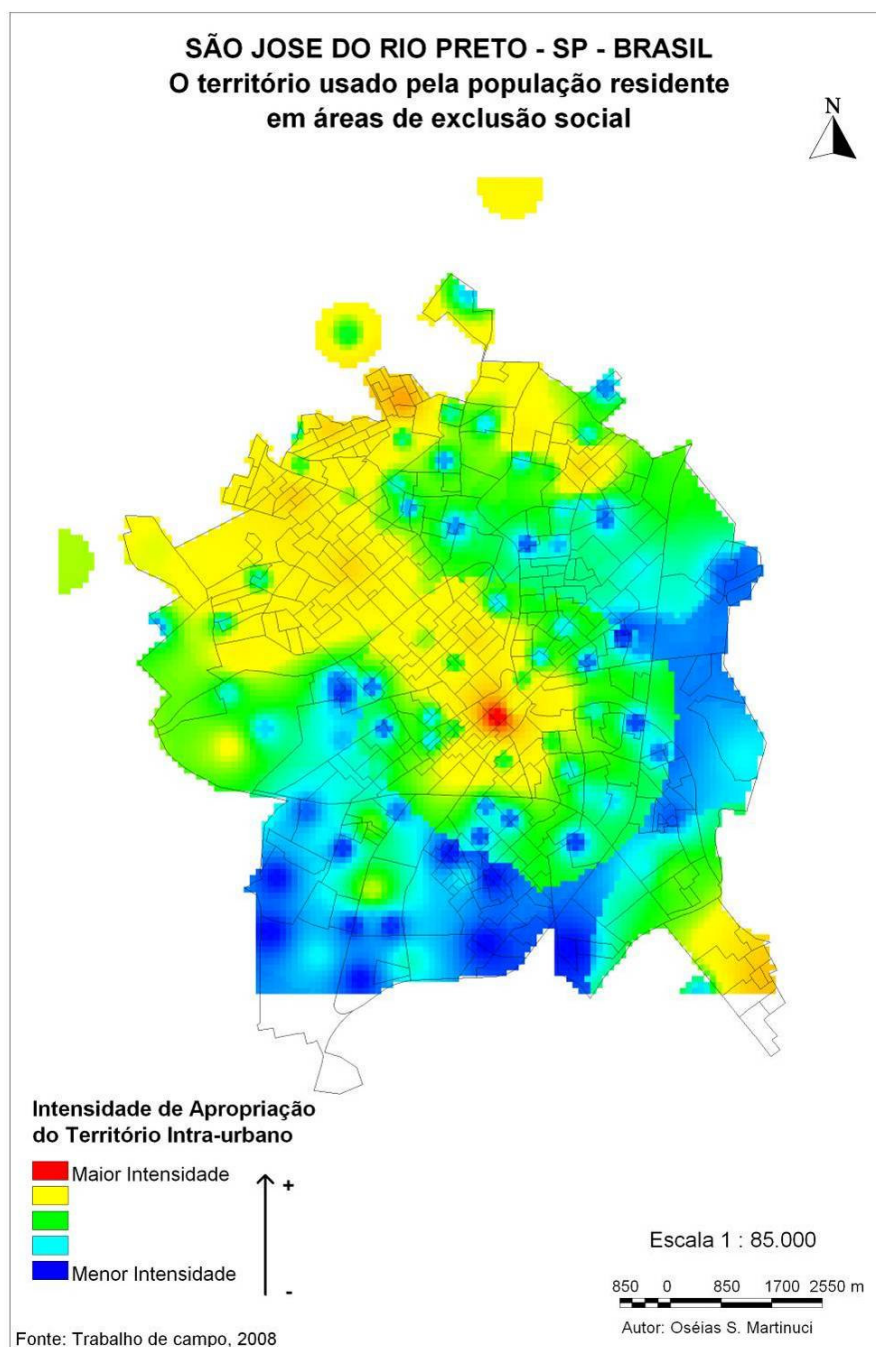
Mapa 49



Observando os mapas, percebe-se o mesmo padrão de apropriação do território urbano, predominando a assertiva, de maior apropriação do local de moradia e seu entorno mais imediato, em direção ao centro da cidade. O conjunto dos mapas atesta a grande importância que o centro possui para a população, não somente das áreas pobres da cidade, mas também das áreas mais ricas, característica ainda forte nas cidades médias. Deduzimos, então, que o centro é o locus de encontro dos pobres e, além disso, locus de encontro das diferentes classes sociais.

A partir do mapa de grade podemos ter uma visão sintética de todos os mapas que foram expostos até aqui. Vejamos na página seguinte:

Mapa 50

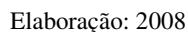


Elaboração: 2008

O mapa pretende representar o território efetivamente usado e apropriado pela população pobre da cidade. Como podemos verificar, a área nordeste, apesar de ser considerada como de inclusão social, conta com um importante centro de comércio e serviços e tem, portanto, a sua importância e centralidade. A existência desses sub-

No que tange aos padrões espaciais, há muitas similitudes entre as duas cidades tomadas como exemplo, de modo que poderiam ser extrapoladas para a realidade de outras cidades médias do interior do país.

Figura 20 – O modelo de São José do Rio Preto



7. CONCLUSÃO

Primeiramente, é preciso dizer, o estudo das cidades médias do interior do Estado de São Paulo, certamente avançará muito ao incorporar formas inovadoras de análise espacial e territorial. A teoria dos coremas, com certeza, se caracteriza como uma dessas formas inovadoras, que poderão ajudar muito a pensar nossas cidades de maneira articulada, e não mais como casos particulares que, freqüentemente, não conseguem dialogar entre si. Precisamos sair dos estudos de caso e buscar teorias mais abrangentes de organização do espaço urbano, para que os intercâmbios de conhecimento produzido e, até mesmo, as análises inter-escalares se tornem mais freqüentes.

Mas um modelo não parte do nada, ele tem que passar, ainda, para a sua composição, pela cartografia de base, pela cartografia tradicional. Correlacionando e analisando o conjunto de mapas é possível identificar vários processos de produção urbana. No entanto, a representação desses processos pode ser bastante complicada a partir dos moldes da cartografia tradicional. Através da teoria dos coremas é possível chegar uma representação que expresse graficamente, e adequadamente, em termos semiológicos, os processos identificados.

Pensando nos exemplos expostos no corpo deste trabalho, acreditamos que a análise possibilitada pela teoria dos coremas nos ajudam a avançar nessas discussões. Atentando para os dois modelos resultantes da análise do território efetivamente usado pela população pobre da cidade, é possível perceber processos similares que estruturam o espaço urbano das diferentes realidades consideradas. Os modelos territoriais resultantes facilitaram sobremaneira a análise comparativa entre São José do Rio Preto e Presidente Prudente. Acreditamos ser possível fazer isto também para outras cidades, e alçar o mesmo êxito, principalmente no que diz respeito às possibilidades abertas de análise comparativa.

O processo de análise dos mapas e a conseqüente construção dos modelos gráficos para São José do Rio Preto, revelaram muitas semelhanças nos processos sócio-territoriais, de produção e reprodução das desigualdades sociais:

- a) O centro tradicional ainda permanece um ponto nodal, de alta importância para todo território urbano, sendo os serviços bancários o exemplo paradigmático desse tipo de concentração.

- b) Além do centro tradicional, frequentemente há outros subcentros urbanos que atendem mais diretamente a população que mora nos setores de exclusão social. Esses subcentros quase sempre estão num entorno imediato dos setores considerados.
- c) A partir da constatação acima, podemos afirmar que a intensidade da apropriação do território se dá a partir do local de moradia (o *lugar*), e do seu entorno mais próximo em direção as regiões mais distantes da cidade, em que na medida em que se afasta do lugar de origem essa intensidade vai gradativamente diminuindo. Assim, nos modelos, a estrutura que representa a intensidade de apropriação do território caracteriza, ao mesmo tempo, também, as condições de inclusão/exclusão social.
- d) Nas duas cidades, assim como ocorre em outras, a linha férrea se caracteriza como uma linha divisória das condições sociais, uma vez que a maioria dos setores de exclusão social está situada ao seu norte e/ou ao seu leste.
- e) O território do trabalho assume características muito peculiares, pois ele extrapola os limites do território urbano, no campo ou até mesmo em outras cidades. Através do trabalho, a população pobre se apropria, não somente de modo bastante difuso, mas também bastante intenso, pois ele é feito todos os dias, ao contrário da maioria das demais dimensões aqui considerada (compras, serviços bancários, lazer, religião, etc.).
- f) O território do trabalho ainda revela uma outra estrutura das cidades médias. Trata-se dos enclaves urbanos, caracterizados pelos condomínios fechados alto padrão. São verdadeiros territórios de auto-segregação em que a população só adentra na condição de mão-de-obra. Em função disso, são espaços de acesso restrito e, portanto, menos intenso. Além disso, é preciso atentar, que esses enclaves, frequentemente, estão localizados nos limites da malha urbana, ou para usar um termo mais comum, na periferia. Isto atesta para a mudança dos conteúdos da periferia, como já alertamos neste trabalho. Sinteticamente, a riqueza também está na periferia.
- g) A partir da assertiva acima, encontramos uma outra estrutura elementar conseqüente. Principalmente em São José do Rio Preto, ficaram muito claros os vetores de expansão urbana, orientados para o mercado imobiliários de alto padrão, que se dão a partir desses enclaves urbanos. Nessas porções da cidade, o mercado imobiliário e da construção civil, estão altamente aquecidos.

- h) Por fim, assistimos a um amplo processo de segregação urbana, mais intensa em umas áreas que outras, ou mais em uma cidade do que em outras, é verdade, mas é inegável que ele está presente. Conformada por uma malha urbana descontínua, é possível encontrar unidades territoriais, relativamente desconexas da cidade compacta. Ainda que a periferia esteja mudando de conteúdos na cidade média, e que periferia não possa ser entendida mais como sinônimo de pobreza, talvez a assertiva inversa ainda seja verdade. Ou seja, a pobreza ainda é, sobremaneira, periférica. Assim sendo, nos limites da cidade a população sofre intenso processo de segregação urbana, quanto mais se houver a existência de subcentros que atenda as necessidades mais imediatas da população nas proximidades das áreas de pobreza. Isso acarreta a frágil inserção da população no cotidiano da cidade, implicando em fragmentação das vivências, da impossibilidade do encontro das diferenças.
- i) Algumas áreas periféricas, pelo fato de possuírem subcentros de comércio, serviços e trabalho, acabam atraindo fluxos da população residente em outros extremos da cidade. Apesar de não serem tão expressivos se comparados a outros centros mais importantes, as grandes distâncias percorridas para chegar a esses subcentros nos levam a considerá-los como subcentros dotados de certa centralidade, já que ao observar o mapa de apropriação do território, onde a premissa é que quanto mais longe do local de residência menor é a intensidade de apropriação, quando há uma irrupção no *degradê* dessa apropriação, como é o caso das duas cidades, podemos identificar e fazer aparecer essa característica. Em Presidente Prudente, trata-se do Bairro Ana Jacinta e em São José do Rio Preto da Vila Toninho.

De forma geral, podemos notar duas características principais na aplicação dos modelos para a análise territorial: 1) a qualidade gráfica é indiscutivelmente superior. Ao eliminar as estruturas contingentes e evidenciar somente o essencial, a representação se revela menos poluída e de leitura mais agradável; 2) por suas características de representação daquilo que é essencial, conseguimos fazer uma leitura territorial mais precisa, mais organizada e mais orientada. Conseguimos obter do modelo as principais características dos territórios, representando graficamente conceitos e processos sociais e articulando escalas e realidades.

Na análise territorial intra-urbana, mais especificamente, a composição dos coremas assume um caráter relacional muito forte, pois as estruturas elementares não se explicam e, muito menos, explicam a realidade total, por si só. Elas são partes integrantes e inter-relacionais de um todo que, para ser bem compreendido, precisa ser interpretado articulando as estruturas elementares que compõem o modelo.

Face às questões acima expostas, entendemos que é preciso expandir o uso desse método de análise territorial para mais cidades do interior, não somente do Estado de São Paulo, mas também do Brasil. Isso nos ajudará a elaborar modelos de análises territoriais mais gerais que identificam tais cidades. Por assim dizer, poderemos chegar a um modelo específico das cidades médias do Brasil – um corotipo. No entanto, para isso precisamos avançar no estudo coremático de outras cidades médias do Brasil.

Além do estudo coremático dessas cidades, acreditamos ser necessário o aprofundamento de duas outras discussões. Uma primeira, ampliar ainda mais a discussão sobre a dimensão territorial da exclusão social que é, por definição, multidimensional. Afirmamos isso em função de que os trabalhos que tratam da questão espacial da exclusão, sempre a têm mais como recorte empírico, colocando a abordagem teórica dessa discussão em um segundo plano. Acreditamos que a noção de “*território usado*”, focalizado sob determinados segmentos sociais, pode ser muito revelador de como eles se apropriam do espaço urbano. Isso nos ajuda a compreender melhor, questões como a fragmentação urbana e a segregação sócio-espacial, processos que mantêm íntimas relações com a exclusão social.

Uma segunda discussão diz respeito à dimensão política da pobreza e da exclusão social, que precisa estar constantemente na agenda de pesquisas que tratem desses dois temas, uma vez que tal dimensão é essencial para entender a força social das classes sociais. É preciso lembrar, as classes mais abastadas tem a favor de si o dinheiro, o que lhes garante lugares sociais e territoriais privilegiados. No entanto, para aqueles que não tem ao seu favor o dinheiro, é a qualidade política, nos termos cunhados por Pedro Demo, que faz a diferença. Principalmente no interior do país faltam pesquisas que tratem dessa questão que, por conseguinte, ajudem a ampliar a nossa compreensão da exclusão social, pois ela está ali de maneira incontestável.

Por último, é preciso alargar as pesquisas dessa natureza para cidades médias do interior do Brasil. Importa avançar na análise do território usado intra-urbano, tratar da dimensão política da questão social e avançar no uso da teoria dos coremas. Para isso, talvez tenhamos que fazer um esforço no sentido de aproximar autores como Milton

Santos e Roger Brunet na agenda das pesquisas brasileiras. Além disso, buscar em outros pesquisadores, igualmente importantes, conceitos e processos que possam, por conseguinte, ter uma expressão gráfica.

Entendemos que, no presente trabalho, conseguimos realizar alguns avanços nesses aspectos, aproximando autores que não costumam dialogar numa mesma pesquisa, lançando algumas premissas da coremática no campo da pesquisa urbana brasileira e reforçando uma abordagem da dimensão política da pobreza e da exclusão. Certamente, há muito por se fazer ainda e, acreditamos que o presente trabalho abre algumas possibilidades de direcionamento de futuras pesquisas, que se preocupem com os segmentos mais pobres da população das cidades do nosso país.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2008.

BERTIN, J. **A neográfica e o tratamento gráfico da informação**. Curitiba : UFPR, 1986.

_____. Ver ou ler : um novo olhar sobre a cartografia. **Seleção de textos**, AGB, São Paulo, v. 18, p. 45-62, 1988.

_____. **Semiologie graphique**. 3. ed. Paris : EHESS, 1999.

BOARD, C. A contribuição do geógrafo para a avaliação de mapas como meio de comunicação de informações. **GEOCARTOGRAFIA** (textos selecionados de cartografia teórica). FFLCH (USP). USP: São Paulo, 1994.

BRUNET, R. La composition des modèles dans l'analyse spatiale. **L'Espace géographique**, n. 4, 1980, p. 253-265.

_____. La cartes modèle e les corèmes. **Mappemonde**, n. 4, 1986, p.2-6.

_____. **La carte, mode de emploi**. Paris: Fayard/Reclus, 1987.

_____. **Le déchiffrement du monde**. Paris: Belin, 2001.

_____. **Pour une pratique raisonnée et rationnelle de la représentation des territoires**. Disponível em

<http://www.mgm.fr/ARECLUS/page_auteurs/Brunet4.html> Acesso em fevereiro de 2007a.

_____. **Des modèles em géographie? Sens d'une recherche**. Disponível em <http://www.mgm.fr/ARECLUS/page_auteurs/Brunet3.html>. Acesso em fevereiro de 2007c.

CARO, P; FAIVRE, E; GROSJEAN, F. **Le carte, outil de diagnostic et de prospective pour les politiques scolaires.** Disponível em <<http://mappemonde.mgm.fr/num10/articles/art06202.html>>. Acesso em março de 2006.

CAMARA, G; MONTEIRO, A. M. V; MEDEIROS, J. S. de. Fundamentos Epistemológicos da ciência da informação. In: CAMARA, G; DAVIS, C; MONTEIRO, M. **Introdução à ciência da geoinformação.** São José dos Campos: INPE, 2001.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. da C; CORREA, R. L. **Geografia: conceitos e temas.** 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 117-140.

CENTRO DE ESTUDOS E MAPEAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS (Presidente Prudente, SP). **Atlas da exclusão social do interior paulista.** Presidente Prudente, 2004. 1 CD ROM.

COSTA, A. B. **Exclusões sociais.** Lisboa: Gradiva, 1998.

DEMO, P. **Pobreza política.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. **Cidadania pequena.** Campinas: Editores Associados, 2001.

_____. **Pobreza da pobreza.** Petrópolis: Vozes, 2003.

DIAZ, L. M. Instituições do estado e produção e reprodução da desigualdade na América Latina. In: CIMADAMORE, A. D; CATTANI, A. D. (orgs). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina.** Porto Alegre: Clacso/Tomo, 2007.

DOSSE, F. **A história do estruturalismo.** v. 2. Campinas: Unicamp, 1994.

FERRAS, R. **Les modeles graphiques na géographie.** Paris/Montpelier: Economica/GIP Reclus, 1993.

GERARDI, L. H. O; SILVA, B. C. N. **Quantificação em geografia**. São Paulo: Difel, 1981.

GIRARDI, G. Leitura de mitos em mapas. In: **Geografares**. Vitória, n. 1, v. 1, p. 41-50, jun. 2000.

GIRARDI, E. P. **Atlas da questão agrária brasileira**. Qualificação (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

GUIMARAES, R. B; VIEIRA, A. B; NUNES; M. Cidades médias: territórios da exclusão. **Revista Cidades**. Presidente Prudente, v. 2, n. 4, p. 267-287, 2005.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **O mito da desterritorialização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HARVEY, D. **Teorias, leyes y modelos em geografia**. Madrid: Aliança Editorial, 1983.

HÉRODOTE: **Les géographes, la science et l'illusion**. Paris, v. 97, n. 76, jan/mar. 1995.

JOLY, F. **A cartografia**. 10. ed. Campinas: Papirus, 2007.

KANAKUBO, T. O desenvolvimento da cartografia teórica contemporânea. **GEOCARTOGRAFIA** (textos selecionados de cartografia teórica). FFLCH (USP). USP: São Paulo, 1995.

KARTZ, M. B. **The undeserving poor: from the war on poverty, and the underclass**. New York: Pantheon, 1990.

KOEMAN, C. O princípio da comunicação na cartografia. **GEOCARTOGRAFIA** (textos selecionados de cartografia teórica). FFLCH (USP). USP: São Paulo, 1995.

KOLACNY, A. Informação cartográfica: conceitos e termos fundamentais na cartografia moderna. **GEOCARTOGRAFIA** (textos selecionados de cartografia teórica). FFLCH (USP). USP: São Paulo, 1992.

LACOSTE, Y. **A geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

_____. Les geographes, la science et l'illusion. In: **Herodote**: Paris, v. 97, n. 76, jan/mar. 1995.

_____. **Dictionnaire de geographie**. Armand Colin: Paris, 2003.

LEVITAS, R. What is social exclusion? In: GORDON, D; TOWNSEND, P (orgs.). **Breadline Europe**: the measure of porverty. Bristol, U. K.: The Police Press, 2000.

LOCH, R. E. N. Cartografia: representação, comunicação e visualização dos dados espaciais. Florianópolis: UFSC, 2006.

MARICATO, E; TANAKA, G. O planejamento urbano e a questão fundiária. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro: SBPC, v. 38, n. 227, 2006, p. 16-23.

MARISCO, L. M. O. **A norma e o fato**: abordagem analítica da segregação sócio-espacial e exclusão social a partir dos instrumentos urbanísticos. 2003. 224f. Tese (Doutorado em Geografia). FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2003.

MARTINELLI, M. **Mapas da geografia e cartografia temática**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre a exclusão,

pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINUCI, O. S. Os circuitos da pobreza urbana e o perfil sócio-político na cidade média de Presidente Prudente – SP. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE CIDADES MÉDIAS. 2.; 2006, Uberlândia. **Anais...** Universidade Federal de Uberlândia, 2006, p. 1-15.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2008.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MIÑO, O. S. **Os espaços da sociabilidade segmentada**: a produção do espaço público em Presidente Prudente. 2004. 224f. Tese (Doutorado em Geografia). FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2004.

OLIVEIRA, C. **Dicionário cartográfico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FIBGE, 1983

PEDON, N. A participação popular na produção do espaço urbano de Araçatuba – SP. 2005. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2005.

POCHMANN, M; AMORIM, R. (orgs). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

POCHMANN, M. et al (orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**: dinâmica e manifestação territorial. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Atlas da exclusão social no Brasil**: os ricos do Brasil. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Atlas da exclusão no mundo**. São Paulo: Cortez, 2004.

PONCET, P. **Quel fond de carte pour l'Australie?**. Mappemonde, n. 74, v. 2, 2004. Disponível em < <http://mappemonde.mgm.fr/num2/articles/art04206.html> >. Acesso em novembro de 2006.

RAISZ, E. **Cartografia geral**. Rio de Janeiro: Científica, 1969.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES 1993. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

ROBERT, S. **Le paysage visible de la Promenade des Anglais à Nice**: essai d'une représentation cartographique dynamique. Disponível em <<http://mappemonde.mgm.fr/num14/articles/art07201.html>> Acesso em abril de 2007.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROSA, F. S. Impactos da Informática na Cartografia. In: Simpósio Intencional sobre Novas Tecnologias Digitais em Geografia e Cartografia, 1996, São Paulo. **Anais...** LEMADI, São Paulo, 1996.

SANTOS, D. **A reinvenção do espaço**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. **Por uma nova geografia**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2001.

_____. **O espaço dividido**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Economia espacial**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007

_____. **Por uma outra globalização**. 15. ed. São Paulo: Record, 2008a.

_____. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008b.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 10. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SILVEIRA, M. L. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. **GEOUSP**. São Paulo: USP, n. 19, 2006, p. 81-91.

_____. Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os circuitos da economia urbana. In: CONGRESSO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 10., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2007. p. 1-21.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnósticos e alternativas. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. São Paulo: Cebrap, 1970.

SOARES, B. R. Repensando as cidades médias no contexto da globalização. **Formação**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, n. 6, p. 55-63, 1999.

SOUZA, M. L. **A prisão e a agora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SPOSATI, A. (coord). **Mapa da inclusão/exclusão social da cidade de São Paulo**. São Paulo: Educ, 1997.

SPOSITO, E. S. **Migração e permanência das pessoas nas cidades pequenas**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). FFLCH/USP. São Paulo, 1982.

_____. O espaço dividido: elementos para discussão. **Revista de Geografia**. São Paulo: UNESP, v. 2, p.151-154, 1983.

_____. A teoria dos dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos: seu esquecimento ou sua superação. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente: AGB, n. 21, p. 43-51, 1999.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em Presidente Prudente**: a lógica da expansão territorial urbana. 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia). IGCE/UNESP. Rio Claro, 1983.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (org). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente. GASPERR, 2001, p. 609-643.

_____. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo. **Investigaciones Geográficas**, n. 54, p. 114-139, 2004.

_____. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo. 508f. Tese de Livre-Docência. FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2004.

THERY, H. A dimensão temporal da modelização gráfica. In: **Geousp**. São Paulo, n. 17, p. 171-183, 2005.

_____. Modelização gráfica para a análise regional: um método. In: **Geousp**. São Paulo, n. 15, p. 179-188, 2004.

_____. **Sciences sociales e identité de la géographie**. Disponível em <http://www.atmos.ggf.br/novosite/index.php?option=com_content&task=view&id=37&Itemid=26> Acesso em fevereiro de 2007.

_____. **Chaves para a leitura do território paulista**. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/produtos/atlasecon/>> Acesso em maio de 2007.

_____. **Atlas do Brasil**. 2. ed. São Paulo, EDUSP, 2008.

VIEIRA, A. B. **O lugar de cada um**: indicadores sociais de desigualdade intra-urbana. 2005. 168f. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2005.

WHITACKER, A. M. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto – SP**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia). FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2003.